



# PREGÃO ELETRÔNICO

**90100/2026**

## CONTRATANTE (UASG)

(090166 – Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos “Dr. Osiris Florindo Coelho)

## OBJETO

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE READEQUAÇÃO 10 LEITOS DE UTI ADULTO (PAVIMENTO TÉRREO)**

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

“Sigiloso, nos termos do art. 24 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).”

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 29/06/2026 às 11h (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

**Menor preço**

## MODO DE DISPUTA:

**Aberto**

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO**



Baixe o app Compras.gov.br  
e apresente sua proposta

ESP-HOSP.REG.DR.O.F.COELHO,EM F.DE VASCONCELO

# Edital 91/2026

## Informações Básicas

|                    |   |                    |                           |
|--------------------|---|--------------------|---------------------------|
| Número do artefato | UASG  | Editado por        | Atualizado em             |
| 91/2026            | 90166-ESP-HOSP.REG.DR.O.F.COELHO,EM F.DE VASCONCELO | ANA PAULA DE MELLO | 12/06/2026 12:42 (v 0.11) |
| Status             | ASSINADO  |                    |                           |

## Outras informações

|   |                       |                         |
|---|-----------------------|-------------------------|
| Categoria   | Número da Contratação | Processo Administrativo |
| VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia |                       | 024.00162058/2025-25    |

## 1. Do objeto

**HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS "DR. OSÍRIS FLORINDO COELHO"****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90100/2026**(Processo Administrativo nº [024.00162058/2025-25](#))

Torna-se público que o(a) **Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos "Dr. Osiris Florindo Coelho"**, por meio do(a) Setor de Compras, sediado(a) à Rua Prudente de Moraes, 257 – Vila Correa - Ferraz de Vasconcelos – São Paulo – SP – CEP 08502-230, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do **Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023**, da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

### 1. DO OBJETO

**1.1.** O objeto da presente licitação é **Prestação de Serviços de Readequação 10 leitos de UTI Adulto (Pavimento Térreo)**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**1.2.** A licitação será realizada em único item.

## 2. Do registro de preços

### 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

**2.1.** A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

### 3. Da participação na licitação

#### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

**3.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**3.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**3.1.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.2.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.3.** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**3.4.** Nos limites previstos no art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007](#), e no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

**3.5.** Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

**3.5.1.** Para os item..... a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no [art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#) (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10), nos termos do art. 48 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

**3.5.1.1.** O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**3.5.2.** Para os itens **01**, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), observado o disposto no § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#)

**3.6.** Não poderão disputar esta licitação:

**3.6.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

**3.6.2.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º [do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

**3.6.3.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

**3.6.4.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**3.6.5.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**3.6.6.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

**3.6.7.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**3.6.8.** agente público do órgão ou entidade licitante;

**3.6.9.** aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

**3.7.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do [art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**3.7.1.** A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata o subitem anterior estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**3.8.** O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o subitem 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**3.9.** No que concerne aos subitens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**3.10.** Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**3.11.** Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

## **4. Da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação**

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**4.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**4.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o *preço*, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**4.3.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**4.3.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**4.3.2.** não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo [7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

**4.3.3.** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

**4.3.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**4.4.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado](#), conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequente .

**4.4.1.** Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, no item 3.5.

**4.4.2.** Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham



celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

**4.4.3.** Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no subitem 4.4.1 ou no subitem 4.4.2, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

**4.4.4.** Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

**4.4.5.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

**4.4.6.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)

**4.5.** A falsidade da declaração de que trata os subitens 4.3 a 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

**4.6.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

**4.7.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**4.8.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**4.9.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**4.10.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. Do preenchimento da proposta

### 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

**5.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**5.1.1.** Valor unitário e total estimado do item;

**5.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**5.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**5.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**5.5.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

**5.6.** As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

**5.6.1.** Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita no subitem anterior deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

**5.6.2.** Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o subitem anterior, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

**5.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**5.8.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**5.9.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

**5.10.** O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do **contrato**.

## **6. Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances**

### **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**6.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**6.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

**6.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

**6.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**6.5.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

**6.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**6.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido no início deste Edital, correspondendo ao menor preço ou maior desconto, respectivamente).

**6.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 9.086,00 (nove mil oitenta e seis reais)** e incidirá no valor **total** do item.

**6.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**6.10.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

**6.11.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**6.11.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

**6.11.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**6.11.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**6.11.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

- 6.11.5.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15.** No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 6.18.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.18.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.18.5.** Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, no item 3.
- 6.19.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.19.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.19.1.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.19.1.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 6.19.1.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.19.1.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.19.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.19.2.1.** empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;
- 6.19.2.2.** empresas brasileiras;

**6.19.2.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**6.19.2.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

**6.19.3.** Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**6.19.4.** Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#), quando for o caso.

**6.20.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer *acima do preço máximo* definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento

**6.20.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**6.20.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.20.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**6.20.4.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**6.20.5.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

**6.23.** Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. Da fase de julgamento

### 7. DA FASE DE JULGAMENTO

**7.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), legislação correlata e no subitem 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**7.1.1.** SICAF;

**7.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

**7.1.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

**7.1.4.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

**7.1.5.** Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

**7.1.6.** Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

**7.1.7.** Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).

**7.2.** Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da [Lei nº 8.429, de 1992](#).

**7.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#))

**7.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

**7.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

**7.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

**7.4.** Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

**7.5.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os subitens 3.5 e 4.5 deste Edital.

**7.6.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

**7.6.1.** Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**7.6.2.** Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o subitem 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

**7.7.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**7.7.1.** conter vícios insanáveis;

**7.7.2.** não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

**7.7.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

**7.7.4.** não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**7.7.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

**7.8.** Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**7.8.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**7.8.1.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**7.8.1.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**7.9.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

**7.10.** Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta

**7.10.1.** O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, nos termos do disposto no § 5º do art. 56 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)

**7.11.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

**7.11.1.** O ajuste de que trata o subitem anterior se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.



**7.11.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**7.12.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## 8. Da fase da habilitação

### 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

**8.1.** Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados na documentação que constitui Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**8.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-nanceira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**8.1.2.** Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**8.1.3.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**8.2.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

**8.3.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

**8.4.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**8.5.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**8.6.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**8.7.** A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

**8.7.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

**8.8.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

**8.8.1.** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

**8.9.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**8.9.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

**8.10.** A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**8.10.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.



**8.11.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

**8.11.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**8.11.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**8.12.** Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**8.13.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no subitem 8.9.1.

**8.14.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**8.15.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

**8.15.1.** Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

**8.16.** A disciplina da adjudicação, da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

## **9. Da ata de registro de preços**

### **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**9.1.** A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **10. Da formação do cadastro de reserva**

### **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

**10.1.** A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **11. Dos recursos**

### **11. DOS RECURSOS**

**11.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

**11.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**11.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**11.3.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**11.3.2.** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

**11.3.3.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**11.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**11.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**11.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**11.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**11.8.** O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**11.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**11.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico **www.compras.gov.br** e/ou **hrfvcompras@gmail.com**

## **12. Das infrações administrativas e sanções**

### **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**12.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:

**12.1.1.** der causa à inexecução parcial do contrato;

**12.1.2.** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**12.1.3.** der causa à inexecução total do contrato;

**12.1.4.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

**12.1.5.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

**12.1.5.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**12.1.5.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**12.1.5.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

**12.1.6.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**12.1.6.1.** recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

**12.1.7.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

**12.1.8.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**12.1.9.** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**12.1.10.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**12.1.10.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**12.1.10.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**12.1.11.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**12.1.12.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei n.º 12.846, de 2013](#).

**12.2.** Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**12.2.1.** advertência;

**12.2.2.** multa;

**12.2.3.** impedimento de licitar e contratar; e

**12.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**12.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**12.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**12.3.2.** as peculiaridades do caso concreto;

**12.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**12.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**12.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.4.** A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

**12.4.1.** A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**12.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

**12.6.** Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**12.7.** A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no subitem 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**12.8.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**12.9.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos subitens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

**12.10.** A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no subitem 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**12.11.** A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**12.12.** As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

**12.13.** Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

**12.14.** Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

**12.15.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**12.16.** A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

**12.17.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**12.18.** Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

**12.19.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

**12.20.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

## **13. Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento**

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**13.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**13.2.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio mensagem eletrônica para [hfvcompras@gmail.com](mailto:hfvcompras@gmail.com).

**13.3.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**13.3.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

**13.4.** A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado no subitem subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**13.4.1.** As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e nos endereços eletrônicos na Internet [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br), sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

**13.5.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

**13.6.** A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

**13.7.** A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

## **14. Das disposições gerais**

### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1.** Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

**14.1.1.** Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

**14.2.** A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

**14.2.1.** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

**14.2.1.1.** Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

**14.2.1.2.** Se não for possível atualizar os documentos referidos no subitem anterior por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

**14.2.1.3.** Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

**14.2.1.4.** Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

**14.2.1.5.** Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

**14.2.1.5.1.** a apresentação do(s) documento(s) que o adjudicatário, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo;

**14.2.1.5.2.** a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa.

**14.2.2.** O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco)** dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

**14.2.2.1.** O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

**14.2.2.2.** O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

**14.2.2.3.** Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

**14.2.3.** Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

**14.2.4.** Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

**14.3.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**14.4.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

**14.5.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**14.6.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**14.7.** As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**14.8.** Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

**14.9.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**14.10.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**14.11.** No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**14.11.1.** As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

**14.11.2.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

**14.12.** Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no [Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025](#), e na [Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026](#), quando for o caso.

**14.13.** Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

**14.14.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos endereços eletrônicos **[www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br)**

**14.15.** Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

**14.16.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

**14.16.1.** ANEXO I - Termos de Referências 200/2024;

**14.16.1.1.** - -- Estudo Técnico Preliminar e seus anexos;

**14.16.2.** ANEXO II – Minuta de Contrato;

**14.16.3.** ANEXO III - Resolução-SS nº 65, de 01 de Abril de 2024;

**14.16.4.** ANEXO IV – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;

**14.16.5.** ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões);

Ferraz de Vasconcelos, 11 de Junho de 2026

**Aline Nogueira Vieira**

**Diretor Técnico de Saúde III**

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



**ALINE NOGUEIRA VIEIRA**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 12/06/2026 às 12:42:37.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - TERMO DE REFERENCIA 269 2025.pdf (5.91 MB)
- Anexo II - CONTRATO90166\_000073\_2026.pdf (115.78 KB)
- Anexo III - RESOLUCAO SS N 65, DE 1 DE ABRIL DE 2024 - sancoes.pdf (691.1 KB)
- Anexo IV - MODELO DA PLANILHA DE PROPOSTA.pdf (1.83 MB)
- Anexo V - MODELO DAS DECLARACOES.pdf (443.29 KB)

## **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

ESP-HOSP.REG.DR.O.F.COELHO,EM F.DE VASCONCELO

# Termo de Referência 269/2025

## Informações Básicas

**Número do artefato** UASG  
269/2025

**Editado por**  
ANA PAULA DE MELLO

**Atualizado em**  
02/06/2026 20:33 (v 0.17)

**Status**  
ASSINADO

## Outras informações

**Categoria**  
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia

**Número da Contratação**  
024.00162058/2025-2

**Processo Administrativo**  
024.00162058/2025-2

## 1. Definição do objeto

1.1. Contratação de serviço para **Readequação de 10 leitos UTI Adulto Pavimento Térreo**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO   | CATMAT | UNIDADE DE MEDIDA | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|---|--------|-------------------|--------|----------------|-------------|
| 1    | 216500 - SERVICO DE ADAPTACOES, REPAROS, REFORMA, INSTALACAO EM OBRAS CIVIS -AGRUPAMENTO DE PRECOS UNITARIOS PARA PREGAO ELETRONICO | 19224  | Serviço           | 1      |                |             |

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o [Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023](#).

1.1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no [Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023](#).

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **COMUM**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do [Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023](#).

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **06 (seis) meses**, contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

### Subcontratação

1.4. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual

## 2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2025], nos termos do [Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023](#), conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

## 3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. Requisitos da contratação

### Garantia da Contratação

#### Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis**:

4.1.1. Aplicar, sempre que possível, a logística reversa dos resíduos sólidos gerados pela CONTRATADA nas instalações das CME, visando a sustentabilidade.

### Garantia da Contratação

4.2. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da [Lei nº 14.133, de 2021](#), no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.3 No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o fornecedor deverá prestar garantia, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

I - **Caução em dinheiro.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado.

II - **Caução em títulos da dívida pública.** Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

III - **Fiança bancária.** Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - **Seguro-garantia.** A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria.

V - **Título de capitalização.** Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

4.3.1 A não prestação da garantia equivale à recusa injustificada de formalização da contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando o fornecedor vencedor às sanções previstas nas normas pertinentes.

4.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

## Vistoria

4.5. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08H00 às 15H00 horas, agendamento através do telefone **(11) 4674-8458** e/ou através do e-mail: **jrbdc51@gmail.com**

4.6. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.7. Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pelo fornecedor comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.8. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.9. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

## 5. Modelo de execução do objeto

### 5.1. OBJETO DO FORNECIMENTO.

5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. *Início da execução do objeto: **05 (CINCO)** dias da assinatura do contrato;*

5.1.2. *Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:*

5.2 A presente contratação visa à execução de readequação da antiga UTI Pediátrica para 10 Leitos de UTI Adulto, no pavimento térreo do Hospital Dr. Osíris Florindo Coelho, devendo atender aos seguintes requisitos mínimos técnicos, legais e operacionais:

5.3 Requisitos Técnicos: Execução de serviços de engenharia e arquitetura, incluindo demolições, adaptações de alvenaria, instalações elétricas, hidráulicas, gases medicinais, climatização e demais sistemas pertinentes ao funcionamento de uma UTI adulto;

5.4 Utilização de materiais e equipamentos compatíveis com ambiente hospitalar, observando critérios de resistência, facilidade de higienização, segurança e durabilidade;

5.5 Garantia de adequação às normas técnicas e sanitárias vigentes, especialmente: RDC nº 50/2002 da ANVISA (e suas atualizações); Normas da ABNT (como a NBR 9077, NBR 5410, NBR 7256, entre outras pertinentes); Normas municipais e estaduais de segurança, acessibilidade e instalações hospitalares; Implantação de soluções que garantam o controle de infecção hospitalar, com acabamentos e fluxos adequados; Adaptação do layout conforme os fluxos operacionais de uma UTI adulto, promovendo a funcionalidade e o atendimento humanizado.

5.6 Requisitos Operacionais: A empresa contratada deverá apresentar, previamente à execução: Projeto arquitetônico e executivo detalhado; Memorial descritivo técnico completo, com especificações de materiais e métodos construtivos; Planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro; ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) dos profissionais responsáveis; Documentação dos funcionários envolvidos, incluindo comprovação de vínculo, treinamentos e exames admissionais; Acervo técnico compatível com readequações hospitalares, preferencialmente com comprovações em serviços de mesma complexidade; A empresa deverá realizar visita técnica obrigatória "in loco", para levantamento de áreas, conferência de medidas e verificação das condições do local, como pré-requisito para elaboração de proposta; Nenhuma medição será aceita com base em escalas dos desenhos. Todos os quantitativos deverão ser conferidos e validados presencialmente pela empresa executora.

5.7 Requisitos Administrativos e Legais: A contratada deverá apresentar regularidade fiscal e trabalhista, conforme exigências legais vigentes para participação em processos licitatórios; Manutenção de responsável técnico legalmente habilitado durante toda a vigência da readequação; Cumprimento da legislação vigente referente à segurança do trabalho, meio ambiente, normas de construção civil, acessibilidade e vigilância sanitária; Garantia mínima da readequação dos serviços conforme previsto em contrato e normas técnicas aplicáveis.



## 6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da Contratada, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

6.8 O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) ([Lei nº 14.133, de 2021](#), art. 117, *caput*).

### Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021](#), art. 117, §1º e [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso II);

6.12. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pela contratada ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso III).

6.13. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso IV).

6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Lei federal nº 14.133, de 2021](#), artigo 117, § 2º);

6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso II);

### Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, incisos II e III).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, inciso IV).

6.18. Sempre que solicitado pelo Contratante, a Contratada deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

### Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), inciso III do art. 2º).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso IX).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VI).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VIII).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, VII e parágrafo único).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), para aferição da qualidade da prestação dos serviços ou observará o disposto neste item.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. Execução Física;

7.3.2. Conformidade Técnica dos Serviços Realizados;

7.3.3. Padrões de Qualidade.

## Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **10 (dez)** dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, 'a', da [Lei nº 14.133, de 2021](#) e arts. 17, X, e 18, VI, do [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.4.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 17, X, [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.4.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 18, VI, [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.4.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.4.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.4.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.4.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.4.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da [Lei nº 14133, de 2021](#))

7.4.9. *O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.*

7.4.10. *Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.*

7.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.6.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, VII).

7.6.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.6.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.6.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.6.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), com a comunicação ao contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.8. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## Liquidação

7.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais ([art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.12. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a. o prazo de validade;
- b. a data da emissão;
- c. os dados do contrato e do órgão contratante;
- d. o período respectivo de execução do contrato;
- e. o valor a pagar; e
- f. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.13. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.14. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## Prazo de pagamento

7.20. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#).

7.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#), c/c o [artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990](#)), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

## Forma de pagamento

7.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do contratado no **Banco do Brasil S/A**.

7.22.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

7.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.24. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.29.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.25. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

#### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

#### Forma de fornecimento

8.2. O regime de execução do contrato será: **por preço global**

#### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física**: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal** ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - **EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cada stro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* e/ou *[Municipal/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. *O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.*

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.22. certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

8.22.1. Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;

8.23. *Balanco patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:*

8.23.1. *Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);*

8.23.2. *As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º); e*

8.23.3. *Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.*

8.23.4. *Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.*

8.23.5. *Caso o licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de 10.% do [valor total estimado da contratação.*



8.24. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### Qualificação Técnica

8.25. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

8.25.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.26. Registro ou inscrição do licitante na entidade profissional **Certidão de Acervo Técnico (CAT)**, emitida pelo **CREA/CAU**, em plena validade;

8.27. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista na subdivisão acima por meio da apresentação, no momento da celebração da contratação, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

### Qualificação Técnico-Operacional

8.28. Comprovação de capacidade operacional, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando a execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação, especialmente no âmbito de readaptações hospitalares ou intervenções em ambientes críticos;

8.28.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

8.28.1.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de **06 (seis) meses** na prestação de serviços compatíveis, sendo aceito o somatório de atestados ou certidões de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os meses serem ininterruptos;

8.28.2. Comprovação de que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

8.28.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço compatível com o objeto da contratação, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 2017, aplicável por força da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 2022, c/c o art. 1º, inciso VII, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023;

8.28.3. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;

8.28.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços, dentre outros documentos;

8.28.5. O(s) atestado(s) deverá(ão) referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.29. Declaração de que o licitante possui ou instalará escritório no local Município de São Paulo/SP, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, conforme modelo constante do Anexo II;

8.30. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora;

8.31. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitidos em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133, de 2021 e a disciplina sobre o tema.

### Qualificação Técnico-Profissional

8.32. Comprovação de que a licitante possui, em seu quadro permanente, profissional devidamente habilitado junto ao conselho de classe competente, na qualidade de responsável técnico;

8.32.1. Apresentação de **Certidão de Acervo Técnico (CAT)**, emitida pelo **CREA/CAU**, vinculada ao(s) profissional(is) indicado(s), comprovando experiência na execução de serviços de complexidade similar ao objeto da presente contratação;

8.32.2. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma da subdivisão acima deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021);

32.2. Por ocasião do início da execução do contrato, a comprovação do vínculo do(s) profissional(is) a que se refere a subdivisão anterior poderá se dar mediante a apresentação de contrato de trabalho, de anotações da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social, ou, no caso de prestador de serviços autônomo, do respectivo contrato de prestação de serviços, ou, no caso de sócio(s), de cópia do contrato social atualizado;

32.3. Deve o licitante apresentar relação dos compromissos assumidos que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico indicado na subdivisão anterior;

32.4. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

## **Outras comprovações**

8.33. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

8.34. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.34.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.34.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.34.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.34.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.34.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.34.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.34.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento aos subitens anteriores.

## **9. Estimativas do Valor da Contratação**

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.]

## **10. Adequação orçamentária**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: [090166];

II) Fonte de Recursos: [];

III) Programa de Trabalho: [];

IV) Elemento de Despesa: [ ];

V) Plano Interno: [...];

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JOAO ROBERTO DE BARROS**

Diretor I



*Assinou eletronicamente em 02/06/2026 às 12:18:18.*

Despacho: Aprovo o Termo de Referência

**ALINE NOGUEIRA VIEIRA**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 02/06/2026 às 20:33:41.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Estudo\_Tecnico\_Preliminar\_307\_2025.pdf (4.93 MB)
- Anexo II - INSTRUMENTO DE MEDICAO DE RESULTADOS.pdf (251.64 KB)
- Anexo III - MODELO DE DECLARACAO DE INSTACAO DE ESCRITORIO.pdf (320.78 KB)
- Anexo IV - MODELO DECLARACAO QUE TOMOU CONHECIMENTO DE TODAS INFORMACOES.pdf (235.62 KB)

Estudo Técnico Preliminar 307/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 024.00162058/2025-25

2. Descrição da necessidade

2.1. A presente contratação se faz necessária a abertura de 10 (dez) leitos de UTI adulto, pois atualmente a Unidade **Hospital Osiris Florindo Coelho - Ferraz de Vasconcelos**, possui 20(vinte) leitos de UTI adulto, localizada no 4º andar. Após a inauguração desses 20 (vinte) leitos o antigo espaço da UTI, que ficava no 1º andar foi revitalizado para receber os 10 (dez) leitos da UTI Pediátrica anteriormente localizada no setor térreo. Ocorre que com a alta demanda e crescente taxa de ocupação na UTI adulto, o número atual de leitos tem se mostrado insuficiente, o que tem despertado uma grande preocupação por parte da Diretoria Técnica III desta Unidade.

O Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos atualmente dispõe de 20 leitos de UTI adulto, os quais operam, com frequência, em índices de ocupação próximos ou iguais a 100%. Esse cenário reflete o aumento progressivo da demanda assistencial observada nos últimos meses, tanto em decorrência do crescimento do número de atendimentos de urgência e emergência, quanto do incremento no volume de cirurgias eletivas e de média complexidade.

Com o objetivo de garantir maior resolutividade assistencial e melhorar a rotatividade dos pacientes cirúrgicos, propõe-se a ampliação em 10 novos leitos de UTI adulto, totalizando 30 leitos.

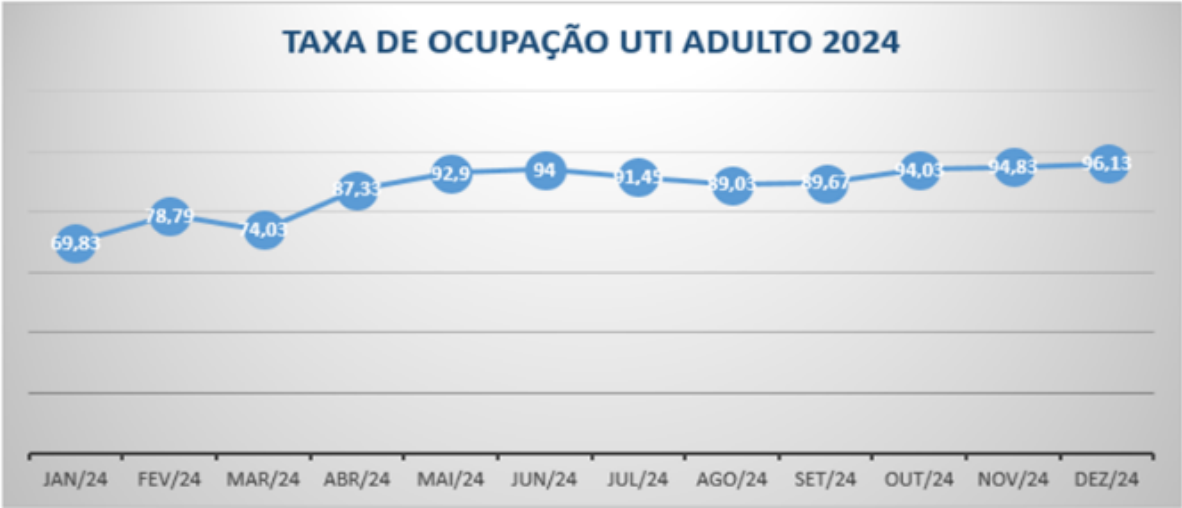
Importante destacar que a medida não requer construção de nova área física, assim uma adequação do espaço já existente, assegurando a conformidade com as normas sanitárias e estruturais vigentes.

A expansão da capacidade de terapia intensiva permitirá:

- Desafogar a fila de pacientes críticos aguardando vaga de UTI;
- Evitar cancelamentos de cirurgias eletivas por ausência de leitos de pós-operatório intensivo;
- Reduzir o tempo de permanência hospitalar e otimizar o uso dos leitos clínicos;
- Melhorar os indicadores de desfecho clínico e mortalidade hospitalar;
- Atender à crescente demanda da região, que conta com o HRFV como referência em média e alta complexidade.

Dessa forma, a ampliação dos leitos de UTI adulto configura uma necessidade técnica e assistencial, fundamentada no aumento do volume de atendimentos e na necessidade de manter a continuidade e segurança dos procedimentos cirúrgicos, assegurando o funcionamento pleno e eficiente do Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos.

| TAXA DE OCUPAÇÃO UTI ADULTO 2024 |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |       |
|----------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|-------|
| jan/24                           | fev/24 | mar/24 | abr/24 | mai/24 | jun/24 | jul/24 | ago/24 | set/24 | out/24 | nov/24 | dez/24 | MÉDIA |
| 69,83                            | 78,79  | 74,03  | 87,33  | 92,9   | 94     | 91,45  | 89,03  | 89,67  | 94,03  | 94,83  | 96,13  | 87,67 |



- 2.2. A intervenção será realizada no **pavimento térreo da unidade hospitalar** e tem como finalidade garantir que a nova estrutura da UTI atenda aos requisitos técnicos, normativos e funcionais exigidos para o cuidado intensivo de pacientes adultos, conforme as diretrizes da legislação sanitária vigente (ANVISA, RDCs, NBRs e demais normativas aplicáveis).
- 2.3. O serviço de readequação compreenderá serviços de demolição, readequações e construções necessárias para a completa adaptação do espaço físico, prevendo-se a utilização de materiais e equipamentos compatíveis com ambientes hospitalares, com foco em segurança, acessibilidade, funcionalidade e durabilidade.
- 2.4. Esta readequação é fundamental para ampliar a capacidade de atendimento à população adulta em estado crítico, suprimindo a demanda crescente por leitos de UTI na região e promovendo a otimização da estrutura física já existente, com a devida observância dos critérios de qualidade assistencial e infraestrutura hospitalar.
- 2.5. Este estudo técnico preliminar servirá de base para a estruturação da contratação, viabilizando a elaboração dos documentos técnicos e orçamentários necessários, com vistas à padronização dos orçamentos e à assertividade na execução do futuro serviço de readequação.

### 3. Área requisitante

| Área Requisitante       | Responsável            |
|-------------------------|------------------------|
| Manutenção Geral        | João Roberto de Barros |
| Diretoria de Enfermagem | Fabio Rodrigues Lisboa |

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 4.1 A presente contratação deste serviço, visa à readequação da antiga UTI Pediátrica para 10 Leitos de UTI Adulto, no pavimento térreo do Hospital Dr. Osíris Florindo Coelho, devendo atender aos seguintes requisitos mínimos técnicos, legais e operacionais:
- 4.2. Requisitos Técnicos: Execução de serviços de engenharia e arquitetura, incluindo demolições, adaptações de alvenaria, instalações elétricas, hidráulicas, gases medicinais, climatização e demais sistemas pertinentes ao funcionamento de uma UTI adulto;**
- 4.3. Utilização de materiais e equipamentos compatíveis com ambiente hospitalar, observando critérios de resistência, facilidade de higienização, segurança e durabilidade;**
- 4.4. Garantia de adequação às normas técnicas e sanitárias vigentes, especialmente: RDC nº 50/2002 da ANVISA (e suas atualizações); Normas da ABNT (como a NBR 9077, NBR 5410, NBR 7256, entre outras pertinentes); Normas municipais e estaduais de segurança, acessibilidade e instalações hospitalares; Implantação de soluções que garantam o controle de infecção hospitalar, com acabamentos e fluxos adequados; Adaptação do layout conforme os fluxos operacionais de uma UTI adulto, promovendo a funcionalidade e o atendimento humanizado.
- 4.5. Requisitos Operacionais: A empresa contratada deverá apresentar, previamente à execução do serviço de readequação: Projeto arquitetônico e executivo detalhado; Memorial descritivo técnico completo, com especificações de materiais e métodos construtivos; Planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro; ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) dos profissionais responsáveis; Documentação dos funcionários envolvidos, incluindo comprovação de vínculo, treinamentos e exames admissionais; Acervo técnico compatível com readequações hospitalares, preferencialmente com comprovações em serviços de mesma complexidade; A empresa deverá realizar visita técnica “in loco”, para levantamento de áreas, conferência de medidas e verificação das condições do local, como pré-requisito para elaboração de proposta; Nenhuma medição será aceita com base em escalas dos desenhos. Todos os quantitativos deverão ser conferidos e validados presencialmente pela empresa executora.

**4.6. Requisitos Administrativos e Legais:** A contratada deverá apresentar regularidade fiscal e trabalhista, conforme exigências legais vigentes para participação em processos licitatórios; Manutenção de responsável técnico legalmente habilitado durante toda a vigência da readequação; Cumprimento da legislação vigente referente à segurança do trabalho, meio ambiente, normas de construção civil, acessibilidade e vigilância sanitária; Garantia mínima da readequação e dos serviços conforme previsto em contrato e normas técnicas aplicáveis.

4.7. A licitante deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA/CAU, quando couber.

4.8. É necessário a comprovação da execução de serviços compatíveis com o contratado, em ambientes hospitalares ativos e comum, focando no controle de ruídos, poeira, contaminação ambiental (controle de infecção) e gerenciamento de rotas de resíduos.

4.9. Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação, especialmente no âmbito de readequações hospitalares ou intervenções em ambientes críticos e semi críticos de uma área de 350M<sup>2</sup> aproximadamente.

## **5. Levantamento de Mercado**

5.1. Por meio de pregão eletrônico, método escolhido para aquisição dos materiais necessários à manutenção cotidiana das instalações e estruturas da Unidade Hospitalar.

5.2. As Pesquisas de Preços serão realizadas previamente pela equipe de planejamento, como condição indispensável para o confronto e exame de propostas apresentadas.

5.3. Serão utilizados como referenciais de pesquisa mercadológica as fontes elencadas no Regulamento de Compras do IFMT e Legislações Correlatas sendo que o preço de referência aceitável para a aquisição será subsidiado pela média obtida na pesquisa mercadológica

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1. A presente contratação visa viabilizar a abertura de 10 (dez) novos leitos de UTI adulto no Hospital Dr. Osíris Florindo Coelho, localizado no município de Ferraz de Vasconcelos, a fim de ampliar a capacidade de atendimento em cuidados intensivos. Atualmente, a Unidade conta com 20 (vinte) leitos de UTI adulto situados no 4º andar, inaugurados recentemente como parte da expansão da assistência hospitalar.

6.2. Com a abertura desses leitos, o espaço anteriormente destinado à UTI adulto, localizado no 1º andar, foi revitalizado e adaptado para abrigar a nova UTI Pediátrica, transferida do setor térreo. No entanto, diante da crescente demanda e da alta taxa de ocupação observada nos leitos de terapia intensiva adulto, o quantitativo atual tem se mostrado insuficiente para atender às necessidades da população, comprometendo a qualidade e a tempestividade do atendimento.

6.3. Dessa forma, a contratação ora proposta se justifica pela necessidade de expansão da capacidade instalada de leitos de UTI adulto, como medida estratégica para garantir a continuidade e a eficiência da assistência hospitalar, reduzir filas de espera por internações em terapia intensiva e assegurar uma resposta adequada às demandas emergenciais e de alta complexidade no âmbito da Unidade.

Com o objetivo de garantir maior resolutividade assistencial e melhorar a rotatividade dos pacientes cirúrgicos, propõe-se a ampliação em 10 novos leitos de UTI adulto, totalizando 30 leitos.

A expansão da capacidade de terapia intensiva permitirá:

- Desafogar a fila de pacientes críticos aguardando vaga de UTI;
- Evitar cancelamentos de cirurgias eletivas por ausência de leitos de pós-operatório intensivo;
- Reduzir o tempo de permanência hospitalar e otimizar o uso dos leitos clínicos;
- Melhorar os indicadores de desfecho clínico e mortalidade hospitalar;
- Atender à crescente demanda da região, que conta com o HRFV como referência em média e alta complexidade.

Dessa forma, a ampliação dos leitos de UTI adulto configura uma necessidade técnica e assistencial, fundamentada no aumento do volume de atendimentos e na necessidade de manter a continuidade e segurança dos procedimentos cirúrgicos, assegurando o funcionamento pleno e eficiente do Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos.



7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

1- Os serviços a serem executados estão relacionados conforme tabela abaixo , bem como as suas generalidades.

|                                      |   |           |   |       |        |
|--------------------------------------|---|-----------|---|-------|--------|
| SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE        |   |           |   |       |        |
| COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO |   |           |   |       |        |
| PLANILHA ORÇAMENTARIA                |   |           |   |       |        |
|                                      |   |           |   |       |        |
| Serviço:                             | Readequação da Antiga UTI Pediátrica Pavimento Térreo do Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos |           |   |       |        |
| Local                                | Rua Princesa Isabel, nº 270 - Vila Correa   |           |   |       |        |
|                                      |   |           |   |       |        |
| ITEM                                 | FONTE   | CÓDIGO    | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS  | UNID  | QTDE   |
| 01.00                                |   |           | SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO   |       |        |
| 01.01                                | CDHU  | 01.17.031 | Projeto executivo de arquitetura em formato A1  | UN    | 5,00   |
| 01.02                                | CDHU  | 01.17.051 | Projeto executivo de estrutura em formato A1  | UN    | 2,00   |
| 01.03                                | CDHU  | 01.17.071 | Projeto executivo de instalações hidráulicas em formato A1  | UN    | 5,00   |
| 01.05                                | CDHU  | 01.17.111 | Projeto executivo de instalações elétricas em formato A1  | UN    | 5,00   |
| 01.07                                | CDHU  | 01.17.151 | Projeto executivo de climatização em formato A1   | UN    | 5,00   |
| 01.09                                | Composição  | Com001    | Projeto ASBUILT/Data book para obras de construção e/ou reforma, bem como Manual do Edifício Hospitalar | cj    | 1,00   |
|                                      |   |           |   |       |        |
| 02.00                                |   |           | INÍCIO, APOIO E ADMINISTRAÇÃO DO SERVIÇO  |       |        |
| 02.01                                | CDHU  | 02.03.110 | Tapume móvel para fechamento de áreas   | M2    | 30,00  |
| 02.02                                | CDHU  | 02.05.202 | Andaime torre metálico (1,5 x 1,5 m) com piso metálico  | MXMES | 100,00 |
| 02.03                                | CDHU  | 02.08.020 | Placa de identificação para obra  | M2    | 24,00  |
|                                      |   |           |   |       |        |

|              |      |           |  |    |        |
|--------------|------|-----------|--|----|--------|
|              |      |           |  |    |        |
| <b>03.00</b> |      |           | <b>DEMOLIÇÕES, RETIRADAS E REMOÇÕES</b>  |    |        |
| 03.01        | CDHU | 03.01.020 | Demolição manual de concreto simples   | M3 | 10,00  |
| 03.02        | CDHU | 03.01.040 | Demolição manual de concreto armado  | M3 | 3,00   |
| 03.03        | CDHU | 03.02.040 | Demolição manual de alvenaria de elevação ou elemento vazado, incluindo revestimento | M3 | 5,00   |
| 03.04        | CDHU | 03.03.020 | Apicoamento manual de piso, parede ou teto   | M2 | 90,00  |
| 03.05        | CDHU | 03.03.040 | Demolição manual de revestimento em massa de parede ou teto                          | M2 | 20,00  |
| 03.06        | CDHU | 03.03.060 | Demolição manual de revestimento em massa de piso                                    | M2 | 230,91 |
| 03.07        | CDHU | 03.04.020 | Demolição manual de revestimento cerâmico, incluindo a base                          | M2 | 218,58 |
| 03.08        | CDHU | 03.08.040 | Demolição manual de forro qualquer, inclusive sistema de fixação /tarugamento        | M2 | 100,00 |
| 03.09        | CDHU | 03.09.020 | Demolição manual de camada impermeabilizante   | M2 | 170,41 |
| 03.10        | CDHU | 04.08.020 | Retirada de folha de esquadria em madeira  | UN | 16,00  |
| 03.11        | CDHU | 04.09.020 | Retirada de esquadria metálica em geral  | M2 | 3,00   |
| 03.12        | CDHU | 04.09.060 | Retirada de batente, corrimão ou peças lineares metálicas, chumbados                 | M  | 6,00   |
| 03.13        | CDHU | 04.11.020 | Retirada de aparelho sanitário incluindo acessórios                                  | UN | 6,00   |
| 03.14        | CDHU | 04.11.080 | Retirada de registro ou válvula embutidos  | UN | 10,00  |
| 03.15        | CDHU | 04.30.060 | Remoção de tubulação hidráulica em geral, incluindo conexões, caixas e ralos         | M  | 300,00 |
| 03.16        | CDHU | 04.17.020 | Remoção de aparelho de iluminação ou projetor fixo em teto, piso ou parede           | UN | 38,00  |
| 03.17        | CDHU | 04.17.080 | Remoção de barramento de cobre   | M  | 5,00   |
| 03.18        | CDHU | 04.17.100 | Remoção de base de disjuntor tipo QUIK-LAG   | UN | 45,00  |
| 03.19        | CDHU | 04.22.100 | Remoção de tubulação elétrica aparente com diâmetro externo acima de 50 mm           | M  | 50,00  |
| 03.20        | CDHU | 04.22.120 |  | M  | 30,00  |

|              |            |           |  |    |        |
|--------------|------------|-----------|--|----|--------|
|              |            |           | Remoção de tubulação elétrica embutida com diâmetro externo acima de 50 mm   |    |        |
| 03.21        | CDHU       | 04.21.160 | Remoção de quadro de distribuição, chamada ou caixa de passagem  | M2 | 2,00   |
| 03.22        | CDHU       | 04.19.080 | Remoção de fundo de quadro de distribuição ou caixa de passagem  | M2 | 2,00   |
| 03.23        | CDHU       | 05.04.060 | Transporte manual horizontal e/ou vertical de entulho até o local de despejo - ensacado  | M3 | 50,00  |
| 03.24        | CDHU       | 05.07.050 | Remoção de entulho com caçamba metálica - material volumoso e misturado por alvenaria, terra, madeira, papel, plástico e metal   | M3 | 50,00  |
| 03.25        | Composição | Com003    | Banco de madeira com encosto e pés em ferro fundido pintado  | UN | 1,00   |
|              |            |           |  |    |        |
| <b>04.00</b> |            |           | <b>ALVENARIAS E ELEMENTOS DIVISORES</b>  |    |        |
| 04.01        | CDHU       | 14.04.210 | Alvenaria de bloco cerâmico de vedação de 14 cm  | M2 | 21,00  |
| 04.02        | CDHU       | 14.20.010 | Vergas, contravergas e pilaretes de concreto armado  | M3 | 21,00  |
| 04.03        | CDHU       | 14.30.070 | Divisória sanitária em painel laminado melamínico estrutural com perfis em alumínio, inclusive ferragem completa para vão de porta   | M2 | 21,00  |
|              |            |           |  |    |        |
| <b>05.00</b> |            |           | <b>REVESTIMENTOS</b>   |    |        |
| 05.01        | CDHU       | 17.01.020 | Argamassa de regularização e/ou proteção   | M3 | 10,00  |
| 05.02        | CDHU       | 17.01.060 | Regularização de piso com nata de cimento e adesivo de alto desempenho   | M2 | 174,21 |
| 05.03        | CDHU       | 17.02.020 | Chapisco   | M2 | 42,00  |
| 05.04        | CDHU       | 17.02.220 | Reboco   | M2 | 42,00  |
| 05.05        | CDHU       | 18.08.062 | Revestimento em porcelanato esmaltado polido para área interna e ambiente com tráfego médio, grupo de absorção Bla, assentado com argamassa colante industrializada, rejuntado | M2 | 41,19  |
| 05.06        | CDHU       | 19.01.022 | Revestimento em granito, espessura de 2 cm, acabamento polido  | M2 | 14,00  |
| 05.07        | CDHU       | 19.01.064 | Peitoril e/ou soleira em granito, espessura de 2 cm e largura de 21 cm até 30 cm, acabamento polido  | M  | 4,50   |
|              |            |           |  |    |        |

|              |      |           |  |    |        |
|--------------|------|-----------|--|----|--------|
| 05.08        | CDHU | 21.02.281 | Revestimento vinílico flexível em manta homogênea, espessura de 2 mm, com impermeabilizante acrílico                       | M2 | 174,21 |
| 05.09        | CDHU | 21.10.081 | Rodapé hospitalar flexível em PVC para piso vinílico, espessura de 2 mm e altura de 7,5 cm, com impermeabilizante acrílico | M  | 102,00 |
| 05.10        | CDHU | 18.11.042 | Revestimento em placa cerâmica esmaltada de 20x20 cm, tipo monocolor, assentado e rejuntado com argamassa industrializada  | M2 | 170,41 |
| 5.11         | CDHU | 21.20.500 | Cantoneira em alumínio antiderrapante de 50 x 30 mm  | M  | 20,00  |
|              |      |           |  |    |        |
| <b>06.00</b> |      |           | <b>FORRO, BRISE E FACHADA</b>  |    |        |
| 06.01        | CDHU | 22.02.030 | Forro em painéis de gesso acartonado, espessura de 12,5mm, fixo  | M2 | 230,91 |
|              |      |           |  |    |        |
| <b>07.00</b> |      |           | <b>ESQUADRIA, MARCENARIA E ELEMENTO EM MADEIRA</b>   |    |        |
| 07.01        | CDHU | 23.04.600 | Porta em laminado fenólico melamínico com acabamento liso, batente metálico - 80 x 210 cm                                  | UN | 9,00   |
| 07.02        | CDHU | 23.04.610 | Porta em laminado fenólico melamínico com acabamento liso, batente metálico - 90 x 210 cm                                  | UN | 6,00   |
| 07.03        | CDHU | 23.04.620 | Porta em laminado fenólico melamínico com acabamento liso, batente metálico - 120 x 210 cm                                 | UN | 1,00   |

|              |      |           |  |    |       |
|--------------|------|-----------|--|----|-------|
| 07.04        | CDHU | 23.08.040 | Armário/gabinete embutido em MDF sob medida, revestido em laminado melamínico, com portas e prateleiras    | M2 | 10,00 |
| 07.05        | CDHU | 23.08.060 | Tampo sob medida em compensado, revestido na face superior em laminado fenólico melamínico                 | M2 | 5,40  |
| 07.06        | CDHU | 23.08.100 | Armário tipo prateleira com subdivisão em compensado, revestido totalmente em laminado fenólico melamínico | M2 | 12,00 |
|              |      |           |  |    |       |
| <b>08.00</b> |      |           | <b>ESQUADRIA, SERRALHERIA E ELEMENTO EM ALUMINIO</b>   |    |       |
| 08.01        | CDHU | 25.01.020 | Caixilho em alumínio fixo, sob medida  | M2 | 3,00  |

|              |      |           |  |    |       |
|--------------|------|-----------|--|----|-------|
| 08.02        | CDHU | 25.01.470 | Caixilho fixo tipo veneziana em alumínio anodizado, sob medida - branco                    | M2 | 3,00  |
| 08.03        | CDHU | 25.02.040 | Porta de entrada de correr em alumínio, sob medida   | M2 | 2,50  |
|              |      |           |  |    |       |
| <b>09.00</b> |      |           | <b>ESQUADRIA E ELEMENTO EM VIDRO</b>   |    |       |
| 09.01        | CDHU | 26.02.040 | Vidro temperado incolor de 8 mm  | M2 | 3,60  |
| 09.02        | CDHU | 26.04.010 | Espelho em vidro cristal liso, espessura de 4 mm   | M2 | 4,00  |
| 09.03        | CDHU | 32.06.231 | Película de controle solar refletiva na cor prata, aplicado em vidros                      | M2 | 3,60  |
| 09.04        | CDHU | 26.03.300 | Vidro laminado temperado incolor de 16 mm  | M2 | 58,00 |
|              |      |           |  |    |       |
| <b>10.00</b> |      |           | <b>ESQUADRIA E ELEMENTO EM MATERIAL ESPECIAL</b>   |    |       |
| 10.01        | CDHU | 27.04.040 | Corrimão, bate-maca ou protetor de parede em PVC, com amortecimento à impacto              | M  | 30,00 |
| 10.02        | CDHU | 27.04.052 | Cantoneira adesiva em vinil de alto impacto  | M  | 42,00 |
| 10.03        | CDHU | 21.07.010 | Revestimento em laminado melamínico dissipativo  | M2 | 69,60 |
| 10.04        | CDHU | 23.08.060 | Tampo sob medida em compensado, revestido na face superior em laminado fenólico melamínico | M2 | 35,57 |
| 10.05        | CDHU | 24.02.056 | Porta corta-fogo classe P.120 de 80 x 210 cm, com uma folha de abrir, completa             | UN | 4,00  |
|              |      |           |  |    |       |
| <b>11.00</b> |      |           | <b>FERRAGEM COMPLEMENTAR PARA ESQUADRIAS</b>   |    |       |
| 11.01        | CDHU | 28.01.020 | Ferragem completa com maçaneta tipo alavanca, para porta externa com 1 folha               | CJ | 14,00 |
| 11.02        | CDHU | 28.01.030 | Ferragem completa com maçaneta tipo alavanca, para porta externa com 2 folhas              | CJ | 1,00  |
| 11.03        | CDHU | 28.01.146 | Fechadura eletromagnética para capacidade de atraque de 150 kgf                            | UN | 1,00  |
| 11.04        | CDHU | 28.01.171 | Mola aérea para porta, com esforço acima de 60 kg até 80 kg                                | UN | 14,00 |

|              |      |           |  |    |        |
|--------------|------|-----------|--|----|--------|
| 11.05        | CDHU | 28.20.600 | Fechadura de centro com cilindro para porta em vidro temperado   | UN | 1,00   |
| 11.06        | CDHU | 28.20.650 | Puxador duplo em aço inoxidável, para porta de madeira, alumínio ou vidro, de 350 mm                         | UN | 2,00   |
|              |      |           |  |    |        |
| <b>12.00</b> |      |           | <b>IMPERMEABILIZACAO, PROTECAO E JUNTA</b>   |    |        |
| 12.01        | CDHU | 32.16.060 | Impermeabilização em membrana à base de polímeros acrílicos, na cor branca e reforço em tela poliéster       | M2 | 74,17  |
| 12.02        | CDHU | 17.01.020 | Argamassa de regularização e/ou proteção   | M3 | 1,00   |
|              |      |           |  |    |        |
| <b>13.00</b> |      |           | <b>PINTURA</b>   |    |        |
| 13.01        | CDHU | 33.02.060 | Massa corrida a base de PVA  | M2 | 572,40 |
| 13.02        | CDHU | 33.02.080 | Massa corrida à base de resina acrílica  | M2 | 41,19  |
| 13.03        | CDHU | 33.10.030 | Tinta acrílica antimoho em massa, inclusive preparo  | M2 | 41,19  |
| 13.04        | CDHU | 33.10.100 | Textura acrílica para uso interno / externo, inclusive preparo   | M2 | 572,40 |
| 13.05        | CDHU | 33.11.50  | Esmalte à base água em superfície metálica, inclusive preparo  | M2 | 83,80  |
|              |      |           |  |    |        |
| <b>14.00</b> |      |           | <b>INST. ELÉTRICAS, TELEFONIA E SISTEMAS ELETRÔNICOS</b>   |    |        |
| 14.01        | CDHU | 37.01.080 | Quadro Telebrás de embutir de 400 x 400 x 120 mm   | UN | 1,00   |
| 14.02        | CDHU | 37.04.260 | Quadro de distribuição universal de sobrepor, para disjuntores 24 DIN / 18 Bolt-on - 150 A - sem componentes | UN | 1,00   |
| 14.03        | CDHU | 37.04.270 | Quadro de distribuição universal de sobrepor, para disjuntores 34 DIN / 24 Bolt-on - 150 A - sem componentes | UN | 1,00   |
| 14.04        | CDHU | 37.04.300 | Quadro de distribuição universal de sobrepor, para disjuntores 70 DIN / 50 Bolt-on - 225 A - sem componentes | UN | 1,00   |
| 14.05        | CDHU | 37.10.010 | Barramento de cobre nu   | KG | 10,00  |
| 14.06        | CDHU | 37.13.720 |  | UN | 1,00   |

|       |      |           |   |    |          |
|-------|------|-----------|---|----|----------|
|       |      |           | Disjuntor série universal em caixa moldada, térmico fixo e magnético ajustável, tripolar 600 VCA, corrente de 300 A até 400 A |    |          |
| 14.07 | CDHU | 37.13.690 | Disjuntor série universal em caixa moldada, térmico e magnético fixos, bipolar 415 VCA, corrente de 60 A até 100 A            | UN | 3,00     |
| 14.08 | CDHU | 37.17.090 | Dispositivo diferencial residual de 63 A x 30 mA - 4 polos  | UN | 3,00     |
| 14.09 | CDHU | 37.13.840 | Mini-disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 10 A até 32 A   | UN | 50,00    |
| 14.10 | CDHU | 37.13.850 | Mini-disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 40 A até 50 A   | UN | 6,00     |
| 14.11 | CDHU | 37.20.010 | Isolador em epóxi de 1 kV para barramento   | UN | 16,00    |
| 14.12 | CDHU | 38.01.040 | Eletroduto de PVC rígido roscável de 3/4" - com acessórios  | M  | 200,00   |
| 14.13 | CDHU | 38.01.060 | Eletroduto de PVC rígido roscável de 1" - com acessórios  | M  | 100,00   |
| 14.14 | CDHU | 38.04.040 | Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 3/4" com acessórios  | M  | 150,00   |
| 14.15 | CDHU | 38.04.060 | Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 1" com acessórios  | M  | 50,00    |
| 14.16 | CDHU | 38.04.120 | Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 2" com acessórios  | M  | 30,00    |
| 14.17 | CDHU | 38.04.160 | Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 3" com acessórios  | M  | 60,00    |
| 14.18 | CDHU | 38.07.210 | Vergalhão com rosca, porca e arruela de diâmetro 1/4" (tirante)   | M  | 200,00   |
| 14.19 | CDHU | 38.07.300 | Perfilado perfurado 38 x 38 mm em chapa 14 pré-zincada, com acessórios  | M  | 100,00   |
| 14.20 | CDHU | 38.21.920 | Eletrocalha perfurada galvanizada a fogo, 100 x 50 mm, com acessórios   | M  | 100,00   |
| 14.21 | CDHU | 38.22.620 | Tampa de encaixe para eletrocalha, galvanizada a fogo, L= 100 mm  | M  | 100,00   |
| 14.22 | CDHU | 38.23.020 | Suporte para eletrocalha, galvanizado a fogo, 100x50 mm   | UN | 50,00    |
| 14.23 | CDHU | 39.03.170 | Cabo de cobre de 2,5 mm², isolamento 0,6/1 kV - isolação em PVC 70°C  | M  | 5.000,00 |
| 14.24 | CDHU | 39.03.174 | Cabo de cobre de 4 mm², isolamento 0,6/1 kV - isolação em PVC 70°C  | M  | 500,00   |
| 14.25 | CDHU | 39.03.178 |   | M  | 500,00   |



|       |      |           |   |   |        |
|-------|------|-----------|---|---|--------|
|       |      |           | Cabo de cobre de 6 mm², isolamento 0,6/1 kV - isolação em PVC 70° C       |   |        |
| 14.26 | CDHU | 39.21.060 | Cabo de cobre flexível de 16 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C | M | 100,00 |
| 14.27 | CDHU | 39.21.070 | Cabo de cobre flexível de 25 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C | M | 100,00 |
| 14.28 | CDHU | 39.21.080 | Cabo de cobre flexível de 35 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C | M | 50,00  |

|       |      |           |  |    |        |
|-------|------|-----------|--|----|--------|
| 14.29 | CDHU | 39.21.090 | Cabo de cobre flexível de 50 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C  | M  | 50,00  |
| 14.30 | CDHU | 39.21.100 | Cabo de cobre flexível de 70 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C  | M  | 50,00  |
| 14.31 | CDHU | 39.21.120 | Cabo de cobre flexível de 120 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C | M  | 840,00 |
| 14.32 | CDHU | 39.10.050 | Terminal de compressão para cabo de 2,5 mm²                                | UN | 200,00 |
| 14.33 | CDHU | 39.10.060 | Terminal de pressão/compressão para cabo de 6 até 10 mm²                   | UN | 36,00  |
| 14.34 | CDHU | 39.10.080 | Terminal de pressão/compressão para cabo de 16 mm²                         | UN | 10,00  |
| 14.35 | CDHU | 39.10.120 | Terminal de pressão/compressão para cabo de 25 mm²                         | UN | 10,00  |
| 14.36 | CDHU | 39.10.130 | Terminal de pressão/compressão para cabo de 35 mm²                         | UN | 10,00  |
| 14.37 | CDHU | 39.10.160 | Terminal de pressão/compressão para cabo de 50 mm²                         | UN | 10,00  |
| 14.38 | CDHU | 39.10.200 | Terminal de pressão/compressão para cabo de 70 mm²                         | UN | 10,00  |
| 14.39 | CDHU | 39.10.246 | Terminal de pressão/compressão para cabo de 120 mm²                        | UN | 30,00  |
| 14.40 | CDHU | 40.01.020 | Caixa de ferro estampada 4' x 2'   | UN | 20,00  |
| 14.41 | CDHU | 40.01.040 | Caixa de ferro estampada 4' x 4'   | UN | 10,00  |
| 14.42 | CDHU | 40.01.080 | Caixa de ferro octogonal fundo móvel 4' x 4'                               | UN | 20,00  |
| 14.43 | CDHU | 40.04.450 | Tomada 2P+T de 10 A - 250 V, completa                                      | CJ | 50,00  |
|       |      |           |  |    |        |

|       |           |               |  |    |        |
|-------|-----------|---------------|--|----|--------|
| 14.44 | CDHU      | 40.04.460     | Tomada 2P+T de 20 A - 250 V, completa  | CJ | 30,00  |
| 14.45 | CDHU      | 40.04.090     | Tomada RJ 11 para telefone, sem placa  | UN | 10,00  |
| 14.46 | CDHU      | 40.04.096     | Tomada RJ 45 para rede de dados, com placa   | UN | 20,00  |
| 14.47 | CDHU      | 40.05.020     | Interruptor com 1 tecla simples e placa  | CJ | 15,00  |
| 14.48 | CDHU      | 40.05.040     | Interruptor com 2 teclas simples e placa   | CJ | 15,00  |
| 14.49 | CDHU      | 40.05.120     | Interruptor com 2 teclas, 1 simples, 1 paralelo e placa  | CJ | 10,00  |
| 14.50 | CDHU      | 40.06.060     | Condutele metálico de 1´   | CJ | 20,00  |
| 14.51 | CDHU      | 40.13.010     | Chave comutadora para amperímetro  | UN | 3,00   |
| 14.52 | CDHU      | 40.14.010     | Chave comutadora para voltímetro   | UN | 3,00   |
| 14.53 | CDHU      | 40.20.120     | Placa de 4´ x 2´   | UN | 20,00  |
| 14.54 | CDHU      | 41.31.040     | Luminária LED retangular de sobrepor com difusor translúcido, 4000 K, fluxo luminoso de 3690 a 4800 lm, potência de 35 W a 41 W  | UN | 50,00  |
| 14.55 | CDHU      | 41.31.087     | Luminária LED redonda de sobrepor com difusor translucido, 4000 K, fluxo luminoso de 1900 a 2000 lm, potência de 17 W a 19 W   | UN | 11,00  |
| 14.56 | CDHU      | 41.02.562     | Lâmpada LED tubular T8 com base G13, de 3400 até 4000 lm - 36 a 40 W   | UN | 100,00 |
| 14.57 | licitação | CGA 90003 /25 | Sistema IT médico completo, incluindo Dispositivo Supervisor de isolamento (DSI) gerenciável, acoplador trifásico, concentrador, anunciador, transformador de separação, localizador de falhas, anunciador de alarme e teste | cj | 1,00   |
| 14.58 | CDHU      | 39.27.020     | Cabo óptico multimodo, 4 fibras, 50/125 µm - uso interno/externo   | M  | 120,00 |
| 14.59 | CDHU      | 39.11.040     | Cabo telefônico CI, com 20 pares de 0,50 mm, para centrais telefônicas, equipamentos e rede interna  | M  | 200,00 |
| 14.60 | CDHU      | 39.18.120     | Cabo para rede U/UTP 23 AWG com 4 pares - categoria 6A   | M  | 600,00 |
| 14.61 | CDHU      | 69.03.340     | Conector RJ-45 fêmea - categoria 6   | UN | 40,00  |
| 14.62 | CDHU      | 66.08.110     | Rack fechado padrão metálico, 19 x 20 Us x 470 mm  | UN | 1,00   |
| 14.63 | CDHU      | 66.20.150     | Guia organizadora de cabos para rack, 19´ 1 U  | UN | 40,00  |
|       |           |               |  |    |        |

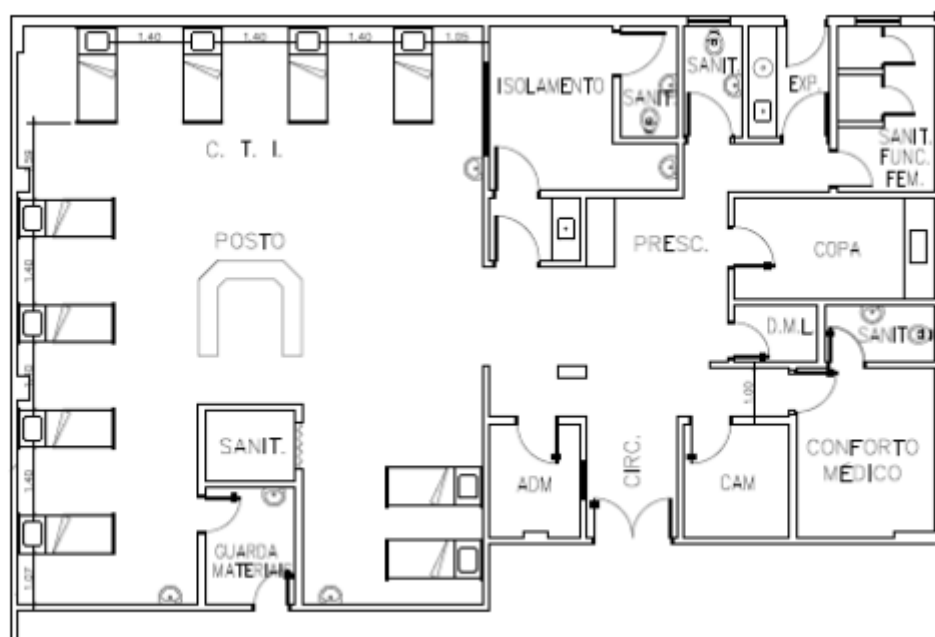
|              |      |           |   |    |       |
|--------------|------|-----------|---|----|-------|
| 14.64        | CDHU | 69.09.260 | Patch panel de 24 portas - categoria 6  | UN | 2,00  |
| 14.65        | CDHU | 69.09.300 | Voice panel de 50 portas - categoria 3  | UN | 1,00  |
| 14.66        | CDHU | 69.09.360 | Patch cords de 2,00 ou 3,00 m - RJ-45 / RJ-45 - categoria 6A  | UN | 40,00 |
| 14.67        | CDHU | 69.20.220 | Bandeja deslizante para rack, 19" x 800 mm  | UN | 2,00  |
| 14.68        | CDHU | 66.20.225 | Switch Gigabit 24 portas com capacidade de 10/100/1000/Mbps   | UN | 1,00  |
| 14.69        | CDHU | 69.06.030 | Sistema ininterrupto de energia, trifásico on line de 20 kVA (220 V/208 V-108 V), com autonomia 15 minutos                | UN | 1,00  |
|              |      |           |   |    |       |
| <b>15.00</b> |      |           | <b>INST. HIDRÁULICAS, INCÊNDIO E GASES MEDICINAIS</b>   |    |       |
| 15.01        | CDHU | 44.04.050 | Prateleira em granito com espessura de 3 cm   | M2 | 10,00 |
| 15.02        | CDHU | 44.01.050 | Bacia sifonada de louça sem tampa - 6 litros  | UN | 4,00  |
| 15.03        | CDHU | 30.01.030 | Barra de apoio reta, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de aço inoxidável de 1 1/2" x 800 mm                   | UN | 10,00 |
| 15.04        | CDHU | 30.01.050 | Barra de apoio em ângulo de 90°, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de aço inoxidável de 1 1/2" x 800 x 800 mm | UN | 1,00  |
| 15.05        | CDHU | 30.01.130 | Barra de proteção para lavatório, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de alumínio acabamento com pintura epóxi  | UN | 2,00  |
| 15.06        | CDHU | 30.08.060 | Bacia sifonada de louça para pessoas com mobilidade reduzida - capacidade de 6 litros                                     | UN | 2,00  |
| 15.07        | CDHU | 44.01.110 | Lavatório de louça com coluna   | UN | 12,00 |
| 15.08        | CDHU | 44.01.310 | Tanque de louça com coluna de 30 litros   | UN | 1,00  |
| 15.09        | CDHU | 44.03.010 | Dispenser toalheiro em ABS e policarbonato para bobina de 20 cm x 200 m, com alavanca                                     | UN | 12,00 |
| 15.10        | CDHU | 44.03.130 | Saboneteira tipo dispenser, para refil de 800 ml  | UN | 12,00 |
| 15.11        | CDHU | 44.03.050 | Dispenser papel higiênico em ABS para rolo 300 / 600 m, com visor   | UN | 13,00 |
| 15.12        | CDHU | 44.03.310 | Torneira clínica com volante tipo alavanca  | UN | 2,00  |
| 15.13        | CDHU | 44.03.210 | Ducha cromada simples   | UN | 3,00  |

|       |      |           |  |    |       |
|-------|------|-----------|--|----|-------|
| 15.14 | CDHU | 44.03.360 | Ducha higiênica cromada  | UN | 6,00  |
| 15.15 | CDHU | 44.04.030 | Prateleira em granito com espessura de 2 cm  | M2 | 1,00  |
| 15.16 | CDHU | 44.20.100 | Engate flexível metálico DN= 1/2´  | UN | 18,00 |
| 15.17 | CDHU | 44.20.200 | Sifão de metal cromado de 1 1/2´ x 2´  | UN | 2,00  |
| 15.18 | CDHU | 44.20.220 | Sifão de metal cromado de 1´ x 1 1/2´  | UN | 18,00 |
| 15.19 | CDHU | 44.20.280 | Tampa de plástico para bacia sanitária   | UN | 6,00  |
| 15.20 | CDHU | 44.20.300 | Bolsa para bacia sanitária   | UN | 6,00  |
| 15.21 | CDHU | 44.20.620 | Válvula americana  | UN | 3,00  |
| 15.22 | CDHU | 44.20.640 | Válvula de metal cromado de 1 1/2´   | UN | 12,00 |
| 15.23 | CDHU | 46.02.010 | Tubo de PVC rígido branco, pontas lisas, soldável, linha esgoto série normal, DN= 40 mm, inclusive conexões            | M  | 50,00 |
| 15.24 | CDHU | 46.03.038 | Tubo de PVC rígido PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série reforçada ´R´, DN= 50 mm, inclusive conexões  | M  | 10,00 |
| 15.25 | CDHU | 46.03.040 | Tubo de PVC rígido PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série reforçada ´R´, DN= 75 mm, inclusive conexões  | M  | 10,00 |
| 15.26 | CDHU | 46.03.050 | Tubo de PVC rígido PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série reforçada ´R´, DN= 100 mm, inclusive conexões | M  | 15,00 |
| 15.27 | CDHU | 46.01.020 | Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 25 mm, (3/4´), inclusive conexões  | M  | 50,00 |
| 15.28 | CDHU | 46.01.030 | Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 32 mm, (1´), inclusive conexões  | M  | 15,00 |
| 15.29 | CDHU | 46.01.060 | Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 60 mm, (2´), inclusive conexões  | M  | 10,00 |
| 15.30 | CDHU | 47.02.020 | Registro de gaveta em latão fundido cromado com canopla, DN= 3/4´ - linha especial                                     | UN | 23,00 |

|       |      |           |  |    |      |
|-------|------|-----------|--|----|------|
| 15.31 | CDHU | 47.02.030 | Registro de gaveta em latão fundido cromado com canopla, DN= 1´ - linha especial | UN | 2,00 |
|       |      |           |  |    |      |

|              |            |              |   |    |       |
|--------------|------------|--------------|---|----|-------|
| 15.32        | CDHU       | 49.01.016    | Caixa sifonada de PVC rígido de 100 x 100 x 50 mm, com grelha   | UN | 4,00  |
| 15.33        | CDHU       | 49.01.030    | Caixa sifonada de PVC rígido de 150 x 150 x 50 mm, com grelha   | UN | 6,00  |
| 15.34        | CDHU       | 50.05.312    | Bloco autônomo de iluminação de emergência LED, com autonomia mínima de 3 horas, fluxo luminoso de 2.000 até 3.000 lúmens, equipado com 2 faróis  | UN | 4,00  |
| 15.35        | CDHU       | 50.10.058    | Extintor manual de pó químico seco BC - capacidade de 4 kg  | UN | 2,00  |
| 15.36        | CDHU       | 50.10.100    | Extintor manual de água pressurizada - capacidade de 10 litros  | UN | 2,00  |
| 15.37        | licitação  | CGA 90002/25 | FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE NOVA CENTRAL DE ALARME OXIGÊNIO  | UN | 2,00  |
| 15.38        | licitação  | CGA 90002/25 | FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE NOVA CENTRAL DE ALARME DE AR COMPRIMIDO  | UN | 2,00  |
| 15.39        | licitação  | CGA 90002/25 | FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE NOVA CENTRAL DE ALARME DE VÁCUO  | UN | 2,00  |
| 15.40        | licitação  | CGA 90002/25 | FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RÉGUAS GASES MEDICINAIS MEDINDO 1000 x 280 x 50 - CONTENDO: 2 O2, 2 AR, 2 VC, 06 TOMADAS 127V, 07 TOMADAS 220V, 1 SUPORTE PARA RJ45, ESPAÇO PARA CHAMADA   | UN | 10,00 |
|              |            |              |   |    |       |
| <b>16.00</b> |            |              | <b>CLIMATIZAÇÃO</b>   |    |       |
| 16.01        | Composição | Com005       | Sistema de Climatização da UTI Térreo composta por Unidades Condicionadoras de Ar tipo UTA - interligações hidráulicas, elétricas, controles, filtragem bolsa com controle de umidade. Capacidade 16 TR's. Sistema de expurgo para sala de isolamento e exaustão para ambientes sem | cj | 1,00  |
|              |            |              |   |    |       |
| <b>17.00</b> |            |              | <b>SINALIZACAO E COMUNICACAO VISUAL</b>   |    |       |
| 17.01        | CDHU       | 97.02.036    | Placa de identificação em PVC com texto em vinil  | M2 | 6,00  |
| 17.02        | CDHU       | 97.02.190    | Placa de identificação em acrílico com texto em vinil   | M2 | 1,00  |
| 17.03        | CDHU       | 97.02.193    | Placa de sinalização em PVC fotoluminescente (200x200mm), com indicação de equipamentos de alarme, detecção e extinção de incêndio  | UN | 10,00 |
|              |            |              |   |    |       |

|              |            |           |   |    |        |
|--------------|------------|-----------|---|----|--------|
| 17.04        | CDHU       | 97.02.196 | Placa de sinalização em PVC fotoluminescente, com identificação de pavimentos   | UN | 4,00   |
| 17.05        | CDHU       | 97.02.198 | Placa de sinalização em PVC, com indicação de proibição normativa   | UN | 2,00   |
|              |            |           |   |    |        |
| <b>18.00</b> |            |           | <b>LIMPEZA E ARREIMATE</b>  |    |        |
| 18.01        | CDHU       | 55.01.020 | Limpeza final do Serviço  | M2 | 230,91 |
|              |            |           |   |    |        |
| <b>19.00</b> |            |           | <b>Administração local (Acórdão N° 2622/2013 - TCU - Plenário)</b>  |    |        |
| 19.01        | Composição | Com002    | Administração local, mobilização e desmobilização. (adaptado de Maçahiko Tisaka - Orçamento na Construção Civil - PINI) - Incluindo engenheiro junior e funcionários de limpeza, materiais e equipamentos para adm local, mob e desmob. | cj | 1,00   |
|              |            |           |   |    |        |
|              |            |           | <b>SUBTOTAL</b>   |    |        |
|              |            |           | BDI 19,99%  |    |        |
|              |            |           | <b>PREÇO TOTAL ESTIMADO</b>   |    |        |



Para apresentação da proposta e na execução do serviço a contratada deverá atender todos os acabamentos e materiais seguindo a mesma configuração da UTI do 4º pavimento e as informações contidas neste memorial, sendo considerado divisórias de leitos, régua de gases medicinais, central de gases, sistema para atendimento de água e esgoto para uso em equipamento de hemodiálise, iluminação, chamada de enfermagem, protetores de parede, janelas de vedação, acabamentos de portas, forros, pinturas e piso vinílicos.

Prazo previsto para a execução do serviço de readequação: 06 (seis) meses

Área do local onde será feito a readequação: 230,91 m<sup>2</sup>

## 7. GENERALIDADES

7.1. Caso sejam identificadas omissões ou falhas no memorial descritivo que possam vir a comprometer o perfeito funcionamento do setor, a comunicação deverá ser feita o quanto antes, e por escrito. Não serão aceitas reclamações posteriores ao chamamento em questão, relativas a serviços não previstos, divergências de cálculo quantitativo e/ou falha de projeto. Tratando – se de uma intervenção em uma unidade em funcionamento, será necessário um planejamento completo para a execução do serviço, incluindo a movimentação horizontal e vertical dos materiais, mobilização de serviço especializado, estocagem, ruído, poeira e segurança.

7.2. A CONTRATADA se obriga a oferecer garantia sobre serviços a partir da data de lavratura do termo de entrega e recebimento definitivo do serviço, devendo refazer ou substituir, sem ônus para o Contratante, os serviços que apresentarem defeitos ou vícios de execução.

7.3. O prazo máximo para execução dos serviços deverá ser de 6 (seis) meses. Os trabalhos referentes ao serviço deverão ser executadas, a critério da Fiscalização desta secretaria ou seu preposto na unidade, em períodos diurnos, noturnos, finais de semana e feriados.

7.4. O contratado deverá apresentar, antes do início dos serviços, as Anotação de Responsabilidade Técnica (RRT e ART) dos projetos e as comprovações de seus recolhimentos. Todos os encargos e impostos decorrentes do contrato correrão por conta da CONTRATADA. É expressamente vedada a manutenção, de qualquer material não especificado, bem como todo aquele que eventualmente venha a ser rejeitado pela FISCALIZAÇÃO.

## 8. PROJETOS E SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO

## 8.1. Desenvolvimento dos Projetos Executivos

O Projeto Executivo Completo deverá conter todos os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar todo o serviço e avaliar detalhadamente os seus custos. Dele deverão constar, além dos projetos perfeitamente detalhados, estudos, avaliações, desenhos, memoriais descritivos, memoriais de cálculo, caderno de encargos e orçamento detalhado. Os Projetos



Executivos de Arquitetura e Complementares de Engenharia deverão ser elaborados de acordo com os preceitos das legislações pertinentes, possuir elementos necessários e suficientes para caracterizar o serviço de readequação contratado, visando a execução completa da mesma de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

8.2. Caberá à CONTRATADA a elaboração de todos os cálculos, dimensionamentos e desenhos necessários à perfeita compreensão dos serviços, consubstanciados nos Projetos Executivos, inclusive memoriais e quantificações. Abrangerá os seguintes projetos, a serem elaborados como disposto na RDC no 50 de 21 de fevereiro de 2002 – Regulamento Técnico para Planejamento, Programação, Elaboração e Avaliação dos Projetos Físicos de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde, no tocante aos produtos e escalas correspondentes:

Projeto de Arquitetura incluindo todos os Detalhes Construtivos necessários ao fornecimento e execução dos serviços, inclusive interiores (ambientação e marcenaria), Acessibilidade e Comunicação Visual;  
Projeto de Instalações Hidro sanitárias (água fria, água quente, águas pluviais, esgoto sanitário e resíduos sólidos);  
Projeto de Instalações Fluido-Mecânicas (gases medicinais - oxigênio, ar comprimido medicinal e vácuo clínico);  
Instalações Elétricas e Eletrônicas (instalações elétricas - iluminação interna, externa, tomadas, painéis elétricos, aterramentos, circuitos de emergência -, sinalização de enfermagem, lógica - dados e voz, CFTV, controle de acesso, detecção e alarme de incêndio);  
Instalação de Prevenção e Combate a Incêndios;  
Instalação de Climatização (ar condicionado e ventilação mecânica);

8.3. Os Projetos Executivos deverão ser desenvolvidos por especialistas em cada área, a partir das premissas do Projeto Básico, e serão submetidos à avaliação e aprovação do SES/GTE, antes do início dos serviços.

8.4. Na elaboração dos “Detalhes Construtivos” inclusive especificações e demais documentos técnicos inerentes, deverão ainda:

Obedecer rigorosamente, os estudos, informações e especificações fornecidos e/ ou aprovados pela Fiscalização, bem como ao disposto nas Normas e Posturas inerentes, adotando sempre a mais restritiva;  
Cumprir as recomendações administrativas;  
Atender as disposições das leis, posturas e exigências emanadas das Autoridades Federais, Estaduais, Municipais, e Companhias e Concessionárias aplicáveis, isentando a contratante de qualquer responsabilidade pela falta de cumprimento do disposto nas aludidas leis e exigências;  
Compatibilizar com as interferências no local.

#### **8.5. Projeto “As Built”**

Ao final da execução do serviço, deverão ser entregues os Projetos “Como Construído” (as built), incorporando todas as alterações, supressões e/ou acréscimos ocorridos na execução do serviço e de toda documentação técnica;  
Os projetos deverão ser apresentados em escalas que permitam visualização, sem maiores dificuldades, do seu conteúdo;  
As escalas deverão ser estabelecidas em comum acordo com a Equipe Técnica do GTE/SES.

#### **8.6 .Projetos Executivos**

Para análise e aprovação pela SES/GTE, deverão ser entregues antes do início dos serviços:

Conjunto dos projetos plotados;  
Memoriais Descritivos e Especificações para liberação da execução e demais documentações técnicas necessárias à perfeita execução dos serviços;  
Memórias de Cálculo, Tabelas e Planilha Orçamentária;  
Arquivos eletrônicos dos projetos nos formatos rvt, dwg, plt e pdf, dos Memoriais Descritivos nos formatos doc e pdf e das planilhas e cronogramas em xls e pdf.

#### **8.7. Data book, ao final do serviço**

Arquivos de todos os projetos relativos ao “As Built”;  
Arquivos com a última revisão dos “Projetos Executivos”;  
Arquivos com o dossiê de toda a Documentação Técnica Acessória Respectiva (Memoriais Descritivos, Especificações e Manuais etc.);  
Cópia digital gravada em pendrive com os arquivos citados acima no formato “dossiê” retro citado, em arquivos editáveis e em PDF.  
O serviço será oficialmente entregue à Contratante ao término da execução dos serviços contratados, após a verificação detalhada por parte da Contratante do cumprimento de todos os itens pela CONTRATADA. As instalações serão testadas e aprovadas pela Contratante no momento do recebimento provisório, onde será lavrado o Termo de Recebimento Provisório, e 180 dias depois ocorrerá o recebimento definitivo, sendo lavrado o respectivo Termo de Recebimento Definitivo.

#### **8.8. IMPLANTAÇÃO DO CANTEIRO**

A Contratada providenciará junto à Unidade hospitalar as instalações a serem utilizadas como canteiro com as devidas infraestruturas existentes de atendimento às necessidades de seus colaboradores como água, luz e energia. Para o atendimento das necessidades laborais do serviço de readequação proposta, providenciará readequações de ligações de luz, energia elétrica e água necessárias para acionamento dos equipamentos a serem utilizados.

Durante a readequação deverá ser observada junto com a fiscalização da contratante a continuidade de qualquer tipo de abastecimento das infraestruturas que atendem os setores vizinhos não sofrendo desabastecimento em decorrência do serviço de readequação dos leitos de UTI, que será por conta da contratada.

8.9. READEQUAÇÕES PROVISÓRIAS

- Readequações provisórias de luz e força, instalação mínima.
- Readequações provisórias de água e esgoto sanitário.

Ocorrerá por conta exclusiva da Contratada, todas as despesas com as readequações provisórias em questão. Compreenderá o fornecimento de energia elétrica para a ligação de todos os equipamentos necessários ao andamento dos trabalhos, bem como as ligações para coleta e correta disposição do esgoto, abastecimento de água para consumo nas atividades do serviço, e água potável para o consumo humano, utilizando-se das infraestruturas existentes.

As readequações provisórias de energia elétrica que se fizerem no canteiro, deverão obedecer às prescrições e legislações pertinentes ao município e estado onde está localizado o canteiro.

As readequações provisórias de água e esgoto seguirão o disposto na NBR 7678/1983 – Segurança na Execução de Serviços da Construção Civil (NB-252/1982) – no subtítulo “Limpeza e higiene”.

Se necessário deverão ser instalados reservatórios do tipo fibra de vidro, dotados de tampa, com capacidade dimensionada para atender, sem interrupção de fornecimento, a todos os pontos previstos no canteiro, com seus respectivos consumos. Os tubos e conexões serão do tipo rosqueáveis para as instalações prediais de água fria, em PVC rígido.

8.10. INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS

Antes de mobilizar o canteiro, a Contratada deverá elaborar o Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção – PCMAT, e empregá-lo rigorosamente enquanto durarem suas atividades. O documento deverá conter as prescrições da NR-9 e NR-18, devendo ser mantido no canteiro, a disposição da Fiscalização e do órgão regional do Ministério do Trabalho. Deverá conter também:

- Memorial sobre as condições e o meio ambiente de trabalho nas atividades e operações, levando-se em consideração os riscos de acidentes e de doenças do trabalho e suas respectivas medidas preventivas;
- Projeto de execução de proteções coletivas em conformidade com as etapas de execução do serviço;
- Especificação técnica das proteções coletivas e individuais a serem utilizadas;
- Cronograma de implantação das medidas preventivas definidas no PCMAT;
- Programa educativo contemplando a temática de prevenção de acidentes, doenças do trabalho, e doenças sexualmente transmissíveis, com suas cargas horárias.

Além disso, obterá documentação referente à:

- ART/RRT junto ao CREA/CAU local;
- SEGURO COM APÓLICE DE COBERTURA TOTAL DA EDIFICAÇÃO EM QUESTÃO

8.11. AREA ESTIMADA:

| EDIFICAÇÃO                | ÁREA ESTIMADA (M²) |
|---------------------------|--------------------|
| ÁREA DOS LEITOS           | 108,06             |
| ISOLAMENTO                | 12,62              |
| PRESCRIÇÃO                | 20,07              |
| ADM                       | 4,40               |
| CAM                       | 5,21               |
| CONFORTO MÉDICO           | 10,00              |
| CIRCULAÇÃO                | 9,24               |
| GUARDA DE MATERIAIS       | 4,61               |
| BANHEIRO POSTO ENFERMAGEM | 4,85               |
| BANHEIRO ISOLAMENTO       | 2,73               |
| BANHEIRO PRESCRIÇÃO       | 2,76               |
| EXPURGO                   | 3,91               |
| VESTIÁRIO FEMININO        | 6,98               |
| COPA                      | 8,80               |
| DML                       | 2,10               |
| BANHEIRO CONFORTO         | 2,74               |
| CASA DE MÁQUINAS          | 6,32               |
| CASA DE MÁQUINAS          | 6,98               |
|                           |                    |
| ÁREA TOTAL                | 230,91             |

### **8.12. MATERIAIS E SERVIÇOS:**

Os materiais empregados deverão ser novos, de primeira qualidade, cumprindo rigorosamente as especificações do projeto, às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e a legislação vigente que regulamentam os trabalhos descritos neste Memorial.

A Fiscalização poderá exigir da Contratada o exame ou ensaios em laboratório, certificado de origem e qualidade dos materiais a serem utilizados. Na ocorrência de rejeição destes materiais a contratada obriga-se a retirá-lo no prazo de 48 horas.

Na impossibilidade de se adquirir ou empregar algum material especificado, a contratada poderá substituí-lo, por outro equivalente sendo astre previamente aprovado pela fiscalização, e este obedecendo aos critérios de mesma qualidade, resistência, aspecto e preço equivalente.

A fiscalização poderá impugnar, mandar demolir e refazer, serviços executados em desacordo com o projeto ou por falha na execução. A contratada obriga-se a iniciar a demolição ou refazimento destes serviços no prazo de 48 horas após a comunicação da ocorrência, não havendo qualquer ônus financeiro ao Contratante e sem alteração no cronograma físico.

### **8.13. DEMOLIÇÕES:**

Caberá à CONTRATADA, mediante inspeção e avaliação do local, identificar todos os serviços de demolições e retiradas necessárias, tais como derrubada de paredes, as remoções de mobiliário fixo, piso, forros, esquadrias, concreto, laje, instalações. Esses serviços deverão obedecer às normas técnicas da ABNT, tomados os devidos cuidados de forma a se evitarem danos a terceiros.

Antes da execução de qualquer demolição e retirada, deverá ser precedida de análise criteriosa quanto às condições estruturais da edificação, visando à manutenção de sua estabilidade, solidez e segurança, face às novas solicitações e sobrecargas previstas com a ampliação da unidade.

Os serviços de demolições e retiradas necessárias, tais como: demolição de alvenaria, remoções, forros, concreto, laje, instalações elétricas e hidráulicas, materiais e itens que contemplem as edificações objeto deste Memorial, deverão ser realizados conforme necessidade de adequação e estar contemplado na planilha orçamentária. Esses serviços deverão obedecer às normas técnicas da ABNT, e executados tomando-se cuidado a fim de evitarem danos a terceiros.

A execução de qualquer demolição e retirada deverá ser precedida de análise criteriosa quanto às condições estruturais da edificação, visando à manutenção de sua estabilidade, solidez e segurança.

No caso de demolições particularmente ruidosas, a CONTRATADA deverá executar o trabalho no horário noturno ou no período que a unidade definir.

As retiradas de materiais deverão seguir o indicado em projeto, obedecendo ao disposto na NBR-5682, evitando-se danos a terceiros, equipamentos e mobiliários do local.

No caso de avaria, a CONTRATADA arcará com a sua substituição e/ou restauração.

O entulho deverá ser acondicionado em caçambas metálicas até o momento do transporte para o bota-fora. A remoção e o transporte deste serão executados pela CONTRATADA, nos horários noturnos e permitidos pela Prefeitura Municipal e em conformidade com as normas municipais.

A critério da fiscalização, os materiais retirados tais como caixilhos, peças sanitárias etc., em bom estado de conservação, deverão ser colocados à disposição da Unidade.

O entulho deverá ser transportado em caçambas metálicas e ser depositado em local permitido pela Prefeitura, independente da distância.

### **8.14. FORRO**

Conforme existente, os ambientes secos aonde o forro for do tipo gesso acartonado fixo tipo standard, com acessórios (pendurais, presilhas, mata-juntas, etc.), deverá apresentar alinhamento e nivelamento perfeitos.

Nos ambientes úmidos ou molhados, em que houver possibilidade de contato com a água ou a umidade, o material deverá ser resistente à umidade.

Onde houver a necessidade de acesso e inspeção das instalações prediais será necessário a instalação de alçapões, montado sobre perfil "T" de alumínio com pintura eletrostática na cor branca.

Deverão ser observados os detalhes de suporte, fixação, arremate e coesão como elementos integrantes e interferentes especificados pelo fabricante.

A estrutura junto às luminárias e ao longo da linha de apoio das luminárias deverá receber reforço especial visando perfeito arremate, segurança e rigidez.

A estrutura deve ser reforçada nos pontos de fixação das luminárias, quando houver.

Os forros devem apresentar superfície plana, com juntas das placas formando linhas retas, paralelas às linhas das paredes. Não podem apresentar flechas maiores que 0,3% do menor vão.

Será executado estrutura auxiliar de sustentação, quando houver necessidade.

Deverão ser observados os detalhes de suporte, fixação, arremate e coesão como elementos integrantes e interferentes especificados pelo fabricante e/ou projeto arquitetônico.

Todas as luminárias e lâmpadas que forem retiradas para poder fazer os novos forros e ou reparos e estiverem em bom estado de conservação, deverão ser entregues à unidade.

### **8.15. IMPERMEABILIZAÇÃO**

Os tratamentos de impermeabilização a serem adotados para cada caso, deverão ser retiradas as impermeabilizações existentes e executar uma nova e alterar as disposições das grelhas existentes.

Todas as lajes planas de banheiros deverão ser impermeabilizadas depois de adequadamente preparadas para cada tipo de impermeabilização, deverão ser perfeitamente limpas e lavadas, até que fiquem completamente isentas de poeira, resíduos de

argamassa ou madeira, pontas de ferro, rebarbas de concreto e manchas gordurosas.

Obedecendo ao layout existente, nas áreas molhadas, a impermeabilização se fará com a utilização de manta dupla, a ser especificada caso a caso.

A regularização de superfície deverá ser executada com a finalidade de proporcionar uma base firme e homogênea, com caimentos mínimo de 1% para os pontos de escoamento d'água, preparada com argamassa de cimento e areia média, traço 1:4 adicionando - se aditivo plastificante para argamassas com a finalidade de proporcionar maior aderência ao substrato.

## **8.16. ESQUADRIAS DE ALUMÍNIO E FERRAGENS**

Serão executadas sob medida e seguindo projeto a ser desenvolvido pelo fornecedor, após a sua aprovação pela Fiscalização e Arquiteto autor do projeto.

Deverá ser instalado e realizado os ensaios que comprovem sua estanqueidade.

Todos os perfis de alumínio, exceto os indicados, deverão ser fabricados por extrusão na liga 6060 ou 6063 com têmpera T-5.

Para os perfis de alumínio sujeitos a tensão de flexão acima de MPa deverá ser utilizado perfis extrudados na liga 6063 com têmpera T-6.

Nenhum perfil de alumínio poderá estar sujeito a tensão de flexão ou de cisalhamento acima de 60% do limite convencional de escoamento da liga/têmpera a que será fabricado, conforme NBR 6834.

Os perfis de ancoragem ou luvas de transição de esforços, quando não aparentes, devem ser fabricados em liga ASTM 6351 com têmpera T-6.

Os perfis deverão possuir espessura mínima compatível com a sua utilização, uma vez que não serão aceitos perfis empenados, torcidos ou deformados em função de sua espessura.

Todo o material deve ser novo, limpo, desempenado e sem nenhum defeito de fabricação. Não serão aceitos perfis com manchas, arranhões ou qualquer defeito oriundo do processo de fabricação.

Assim como indicados nos detalhes de esquadrias, as janelas e portas serão em alumínio anodizado branco, com locais, características, dimensões, revestimentos indicados em projeto e no quadro de esquadrias (janelas e portas).

Normas: EB-1968/89 - Caixilho para edificação - janela (NBR-10821), MB-1226/89

Janelas e portas externas em edificação - penetração de água (NBR-6486), MB- 1227/89 - Janelas e portas externas em edificação - resistência à carga de vento (NBR- 6497).

Quando necessário as esquadrias em alumínio serão executadas em perfis extrudados através de ferramental adequado e em bom estado, sem apresentar rebarbas ou ranhuras por defeito de ferramenta, nem, também, variações dimensionais, torções ou curvaturas – Norma ABNT NBR 8116 E 9243. Outra liga será utilizada no caso de ser necessário aumentar a resistência estrutural dos Perfis.

Esquadrias e caixilhos deverão ser em alumínio com acabamento anodizado brilhante com pintura eletrostática. Na cor branca.

As portas em locais sem ventilação natural e que gerem vapor, deverão ser em veneziana.

## **8.17. Elementos Metálicos**

Todos os trabalhos de serralheria deverão ser executados por serviços especializados, com máxima precisão de cortes e ajustes, de modo a resultarem peças rigorosamente em esquadro, com acabamento esmerado e com ligações sólidas e indeformáveis.

Deverão ser executados de acordo com os detalhes de projeto, no que diz respeito ao seu dimensionamento, funcionamento, localização e instalação, sendo que caberá à firma contratada elaborar os detalhes específicos de execução, os quais serão submetidos à prévia aprovação da Fiscalização.

Todo o material a ser empregado deverá ser de boa qualidade, novo, limpo e sem defeitos de fabricação ou falhas de laminação.

A instalação das peças de serralheria deverá ser feita com o rigor necessário ao perfeito funcionamento de todos os seus componentes, com alinhamento, nível e prumo exatos, e com os cuidados necessários para que não sofram qualquer tipo de avaria ou torção, quando parafusadas aos elementos de fixação, não sendo permitida a instalação forçada de qualquer peça, em eventual rasgo ou abertura fora de esquadro.

Todas as peças dotadas de componentes móveis deverão ser entregues em perfeito estado de funcionamento, cabendo à empresa contratada efetuar os ajustes necessários, inclusive substituição de peças, até que tal condição seja satisfeita.

Não será permitida a execução de emendas intermediárias, não previstas em projeto, para obtenção de perfis com as dimensões necessárias.

Em peças grandes deverão ser tomados cuidados especiais com relação à rigidez e estabilidade do conjunto.

As ferragens, bem como os demais componentes desmontáveis das peças metálicas, deverão ser fixadas exclusivamente com parafusos de latão (quando acabamento para pintura), ficando vedado o uso de quaisquer parafusos passíveis de corrosão.

Nos cantos vivos das paredes, deverão ser utilizadas cantoneiras tipo “L” 12’ abas iguais, em alumínio com pintura eletrostática na cor branca.

Acabamento

Os perfis de alumínio e ferro deverão ser anodizados, com camada mínima de 60 micra. Para pintura e A13 para anodização. Na cor branca.

## **8.18. Fixadores**

Não serão aceitas fixações através de rebites de repuxo tipo “POP” nos locais sujeitos a esforços de cisalhamento.

Todos os chumbadores de expansão internos serão de aço galvanizado e os externos, sujeitos às intempéries, em aço inox AISI 304. Nos locais próximos à piscina ou atmosfera mais agressiva todos os chumbadores e elementos de fixação deverão ser em aço inox.

#### **8.19. Selante**

A aplicação de silicone deverá ser efetuada nas vedações de todas as juntas entre perfis, revestimento, tampas, ou qualquer outra parte sujeita a infiltração.

Todos os quadros devem ser limpos com álcool isopropílico e vedados internamente com massa de silicone ao se efetuar o fechamento dos mesmos.

A aplicação de silicone deverá ser efetuada em superfícies totalmente limpas, desengorduradas, isentas de poeira e secas. A CONTRATADA deverá possuir equipe técnica treinada e atualizada pelo fabricante de silicone para executar os serviços de vedação das esquadrias.

Não será permitido a utilização de silicone que estejam armazenados a mais de 6 (seis) meses.

#### **8.20. Gaxeta de EPDM para caixilharia**

As gaxetas devem apresentar dureza 60 a 70 Shore A e possuir formato e dimensão adequados para garantir compressão suficiente que garanta a vedação eficiente dos elementos de aplicação.

As gaxetas para fixação dos vidros só poderão ser adquiridas após a confirmação de espessura dos mesmos pela contratada.

As gaxetas deverão apresentar os cantos perfeitamente ajustados. Onde indicado nos projetos as gaxetas devem ter os cantos vulcanizados por injeção.

#### **8.21. Acessórios**

Todos os acessórios deverão ser de primeira qualidade e devem atender aos esforços de uso estabelecidos na NBR 10821.

#### **8.22. Procedimento de fabricação das Esquadrias - Encargos Operacionais e Administrativos**

Toda a parte operacional e administrativa necessária, desde a elaboração de projetos, tomada de medidas, fabricação, transporte vertical e horizontal, instalação, regulagem e revisão final das esquadrias é de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

A fabricação das esquadrias só será iniciada após aprovação dos projetos executivos pelo CONTRATANTE ou por quem ela designar e após a verificação de medidas no local.

Quando solicitado a CONTRATADA deverá apresentar cópia de certificados de garantia ou laudo de testes de seus fornecedores que comprovem ao atendimento da presente especificação.

Qualquer modificação de material ou serviços aqui discriminados só poderá ser realizada mediante aprovação, por escrito, do CONTRATANTE.

#### **8.23. Instalação das Esquadrias**

A fabricação e instalação dos contramarco só poderão ser iniciadas após análise e aprovação dos projetos de fabricação.

Os contra marcos deverão ser colocados rigorosamente no prumo, nível e alinhamentos necessários a fornecer os pontos de acabamento interno e externo dos vãos, de forma a ser perfeita a execução dos arremates internos seja qual for o tipo de revestimento.

Os contra marcos deverão ser totalmente limpos de massa de cimento e poeira antes da instalação da esquadria.

Os cantos do perfil horizontal inferior do contramarco devem ser vedados com silicone.

As esquadrias só devem ser instaladas quando a readequação oferecer as condições ideais para a sua colocação evitando danos às mesmas e a sua anodização ou a pintura.

Os contra marcos das portas devem ser colocados com gabarito que ficará aparafusado ao contramarco até o chumbamento do mesmo, devendo ser fornecido pela CONTRATADA a quantidade necessária de gabaritos para o andamento normal do serviço de readequação. Os gabaritos serão colocados na parte inferior e no meio do contramarco.

#### **8.24. Vedação**

A aplicação de silicone deverá ser feita sempre entre materiais compatíveis e isento de óleos, poeira, umidade e devem possuir geometria adequada para garantir a movimentação eficiente da junta de vedação.

A espessura do cordão de silicone deve ficar entre o mínimo, que é a metade da largura e no máximo igual à largura da junta.

#### **8.25. Medidas de Vidro**

Os vidros deverão ser instalados com gaxetas e calços de acordo com os parâmetros estabelecidos na NB-226.

CONTRATADA deverá facilitar o acesso a suas instalações ou qualquer outro local onde estejam armazenados materiais destinados a fabricação das esquadrias e em qualquer etapa da fabricação para realização de inspeção de qualidade e verificação das etapas de fabricação estabelecidas em cronograma.

#### **8.26. Colagem Estrutural dos vidros**

Os vidros deverão ser colados nos painéis em local adequado, limpo, ventilado, sem umidade, poeira, devendo o mesmo ser aprovado pelo fabricante do silicone ou fita.

O espaçamento do vidro em relação ao perfil de alumínio deve ser feito de fita de polietileno com uma face autoadesiva da Inducel na cor preta.

#### **8.27. Batentes**

Os batentes receberão acabamento em pintura esmalte. Referência: Batente em chapa de aço no 16 dobrada com pintura em esmalte sintético acetinado “Sherwin Williams” cor a definir, fixado com espuma de poliuretano;

### **8.28. Ferragens**

As fechaduras deverão ser instaladas a 1,10 m de altura em relação ao piso em portas.

Na instalação das ferragens, os rebaixos, desbastes e furações deverão apresentar forma e dimensões exatas; não serão permitidas instalações forçadas ou com folga excessiva, correções posteriores com massa ou outros artifícios.

Todas as ferragens tais como dobradiças, fechaduras etc., deverão ser reforçadas, de primeira linha, inteiramente novo, em perfeitas condições de uso e com acabamento idêntico ao das ferragens onde foram aplicados, ficando vedado o uso de quaisquer parafusos passíveis de corrosão.

As fechaduras (fechaduras e dobradiças) serão novas, instaladas para que os rebordos e encaixes nas esquadrias tenham a forma exata, não sendo permitidos esforços nas ferragens para seu ajuste, nem toleradas folgas que exijam correção com massa, taliscas de madeira ou outros artifícios.

As ferragens não deverão receber pintura.

Em portas externas deverão ser empregadas fechaduras de segurança.

### **8.29. Dobradiças**

Dobradiça de pressão, feitas em aço inoxidável.

Dobradiça de fechamento automático em aço inox: - Mola interna, - Sem dispositivos externos e de fácil regulação.

### **8.30. Conjunto de Fechadura**

Para portas de giro em madeira: de Fechadura Externa com Alavanca em “U” em Aço Inox, para portas com espessura de 30 mm a 40 mm.

Acabamento Aço Inox fosco prevendo fechadura mecânica de embutir produzida de acordo com norma: NBR 14913

Caixa Blindada para Proteção do Mecanismo Interno

Maçaneta e roseta em aço inox

Roseta com 50,00 mm de diâmetro e espessura de 5,7 mm

Cilindro oval em latão monobloco passante, com pinos segredo em latão e molas dos pinos em aço inox

Cilindro 6 Pinos podendo ser mestrado

Grau de Segurança Alto

Classificação de Frequência de Uso Intenso

Garantia no Funcionamento da Máquina de 10 anos.

Referência: LA FONTE 517 com roseta 307 em Inox Tubular 330 ST2 Evolution 55 ou similar.

Para portas em alumínio:

Conjunto de Fechadura para porta externa, com alta durabilidade, para fluxo intenso. Acabamento em aço inox – devendo ter sua abertura/fechamento automática, conforme Resolução SS - 28, de 25-2-2013 do Estado de São Paulo.

### **8.31. Puxador para Portas em madeira**

Todas as portas em madeira terão puxadores para portas duplas em aço inox polida, instaladas do lado de dentro e lado de fora.

Puxador para portas, fabricado em AÇO INOX. Resistente a Água e Luz Solar.

Material: Aço Inox.

Perfil: Tubular Redondo

Medida do Perfil em Polegada: 1 Polegada

Medida do Perfil em Centímetro: 2,54 cm diâmetro

Formato: Designer “RETO”.

Pés: Redondo em perfil.

Medida de 15 a 20 cm.

### **ACABAMENTOS:**

Aço Inox Polido: Acabamento Polido feito em alta temperatura, realçando o brilho do metal, ficando com características similares aos acabamentos “CROMADOS”.

Para tanto, a construtora deverá fornecer amostra ou catálogo. Todas as fechaduras das portas de madeira deverão ser da mesma marca e modelo a fim de padronizá-las.

### **8.32. Grade de Ventilação – tipo veneziana**

Será previsto nas portas em madeira em locais sem ventilação natural e que gerem vapor. Grade de ventilação em alumínio anodizado branco.

### **8.33. Grelha Linear Aço Inox com Tela Removível 1000x150mm**

Ralo completo em aço inox. Conjunto completo corpo, tela de proteção e grelha.

Material todo produzido em aço inox 304. Referência: Ralo Linear em Alumínio, seu tamanho deverá ser no sentido das arestas dos locais de aplicação.

### **8.32. Corrimão de duas alturas – instalar nas escadas e no peitoril da área externa.**

Barra de apoio tipo reta, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de aço inoxidável AISI 304, liga 18,8, diâmetro nominal de 1 1/2", com espessura de 3/32", comprimento de 900 mm. Deverá possuir sinalização tátil direcional e relevos táteis direcionais instalados no corrimão. Deverá atender o item 6.9 Corrimãos e guarda-corpos da ABNT NBR 9050.

### **8.33. Protetores de Portas – PCD**

As portas dos sanitários deverão ter proteção em chapa de aço inoxidável. As chapas deverão ser de aço inoxidável AISI 304, liga 18,8, chapa 20 com espessura de 1 mm, com acabamento escovado com grana especial. Deverá atender ABNT NBR 9050:2020.

### **8.34. Porta Corta Fogo**

Porta corta-fogo, porta do tipo de abrir com eixo vertical, constituído por duas bandejas com núcleo de manta cerâmica que atende as características da norma NBR 11.742 impedindo ou retardando a propagação do fogo e calor de um ambiente para o outro, testado no Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo – IPT. Revestida em chapa de aço galvanizado no 24 (0,65mm) totalmente emoldurada, com núcleo de proteção constituído de uma manta de fibra SW607 de sílica cálcio magnésio de baixa bio persistência, não poluente e volúvel em fluídos humano, refratário totalmente inorgânica e adensada, o que garante excelente resistência mecânica ao manuseio e instalação.

Incombustível, leve, flexível e de baixa condutividade térmica, a manta tem seu ponto de fusão à 1.760oC e uso limite 1.280oC, sendo inerte a fogo, óleo e água.

Portas Corta Fogo em aço galvanizado e chapa pré-pintada, com resistência ao fogo de 2, 3 ou 4 horas e classificadas respectivamente em 60, 90 e 120 minutos.

### **8.35. Fechadura para Porta Corta Fogo**

Fechadura específica para porta corta fogo de sobrepor com sistema de abertura livre interna e com chave externa, essa fechadura tem sentido de abertura externo ao ambiente, ou seja, só pode ser aberta pelo lado de fora. Também com acabamentos pretos com uma estrutura robusta e durável.

Referência: Fechadura para Porta Corta-Fogo de Sobrepor Chave Simples (para fora).

Fabricantes: Assa Abloy ou similar previamente aprovado pela fiscalização.

### **8.36. MARCENARIA E ELEMENTOS EM MADEIRA**

Os produtos florestais e / ou subprodutos florestais utilizados deverão atender aos procedimentos de controle estabelecidos no Decreto Estadual 53.047/2008 CADMADEIRA.

### **8.37. Portas e batentes**

As esquadrias em madeira obedecerão rigorosamente às dimensões e as indicações dos respectivos desenhos do projeto executivo, conforme projeto básico.

Recusar-se-ão todas as peças que apresentarem sinais de empenamento, deslocamento, rachaduras, lascas, desigualdades de madeira ou outros defeitos quaisquer.

Todas as peças de madeira deverão levar uma demão de seladora antes de sua colocação, a fim de evitar “queima” das peças no contato com o cimento.

As folhas das portas serão constituídas de um núcleo de cedro e folheadas com laminado melamínico, de alta resistência “Fórmica” conforme detalhe de arquitetura, apresentando espessura final acabada de 3,7 cm e encabeçamento em aço inox nas laterais verticais, cor a ser definida posteriormente. As portas poderão ser de giro, correr ou deslizante, tipo acessível, padrão dimensional pesado, com sistema deslizante e ferragens, completo. Com sistema deslizante suspenso em trilho com roldanas duplas e guia inferior de piso. O conjunto folha, batente e guarnição deverão obedecer rigorosamente ao alinhamento, ao prumo e a horizontalidade.

Todas as portas internas em madeira receberão encabeçamento em todo perímetro, com cantoneira em alumínio “U”, conforme projeto, com acabamento anodizado branco fosco.

Todas as portas em madeira serão constituídas de um núcleo de cedro e folheadas laminado melamínico, cor a ser definida posteriormente.

Portas de correr deverão possuir sistema deslizante suspenso em trilho com roldanas duplas e guia inferior de piso, e quando isso não for possível deverão possuir trilhos embutido em seu batente.

Portas duplas em madeira deverão possuir folha com dimensões (largura) diferentes, ou seja, em uma das folhas obrigatoriamente deve possuir 1 metro de largura e a segunda folha de porta a diferença da largura.

Porta de correr em alumínio tipo veneziana de abrir e batentes, linha comercial, em alumínio anodizado; inclusive ferragem, cimento, areia, acessórios necessários para a instalação completa do caixilho, puxadores na cor branco brilhante com pintura eletrostática a pó, considerando fechadura com abertura e fechamento interno e externo, com regulagem de parada em posição aberta ou fechada.



As portas internas em madeira receberão encabeçamento em todo perímetro, com cantoneira em aço inox. As portas de acesso às áreas molhadas deverão passar pelo processo de proteção e impermeabilização.

### **8.38. Armários, prateleiras, bancadas e balcões.**

Armários, prateleiras, bancadas, gabinetes, armários, prateleiras, guichês e balcões serão confeccionados sob medida, idênticos ao moveis existente na UTI do 4o pavimento da unidade.

Será em MDF Ultra, possui característica singular, que ajuda na identificação, sua coloração é verde e sua superfície é lisa. Em chapas de 20 mm corpo dos móveis e 30 mm para tampos, revestidos interna e externamente com laminado fenólico melamínico de alta e baixa pressão (cor a ser definida), conjugado com fitas de bordo PVC, prateleiras e portas, deverão acompanhar o material indicado, as gavetas internas com corredeiras telescópicas.

Todos deverão estar apoiados em sóculos, base de alvenaria que será revestida com granito.

Deverão ser atendidos todos os itens de execução previstos Elementos de Madeira deste Memorial, observado as recomendações sobre dimensões, ajustes, juntas e superfícies.

As peças serão aparafusadas e cavilhadas, revestidos em laminado, dotadas de fundo no mesmo material de 4 mm, portas e prateleiras internas igualmente revestidas.

As portas e gavetas deverão ser dotadas de puxadores e fechaduras, com 2 (duas) chaves cada.

Os produtos florestais e / ou subprodutos florestais utilizados deverão atender aos procedimentos de controle estabelecidos no Decreto Estadual 53.047/2008.

Os puxadores deverão ser cavados na marcenaria (modelo a definir junto à fiscalização).

Dobradiça de pressão, feitas em aço inoxidável.

## **8.39. ESQUADRIAS E ELEMENTOS EM VIDRO**

### **8.39.1. Vidros**

A instalação dos vidros e caixilharia em vidro deverão obedecer às indicações fornecidas no projeto.

Dimensões, localização e acabamento necessidade no local.

Os serviços de envidraçamento deverão ser executados rigorosamente de acordo com as necessidades apresentadas.

Em todas as janelas caixilhadas serão utilizados vidros de 6 mm ou 10 mm, conforme projeto básico, transparentes e incolores, exceto nos sanitários que serão fantasia, do tipo mini boreal.

Os serviços de envidraçamento deverão ser executados rigorosamente de acordo com os detalhes do projeto arquitetônico.

No dimensionamento das placas e escolha do tipo de vidro adequado, deverão ser considerados:

- Fator de segurança exigido pelo local e tipo de aplicação;
  - Pressão dos ventos;
  - Esforços, vibrações e dilatações a que serão submetidos;
  - Condições de transporte, manuseio e colocação das placas;
  - Manutenção e risco de acidentes.
  - Na colocação deverão ser seguidas as seguintes recomendações:
  - As placas serão fornecidas nas dimensões adequadas evitando-se cortes no local;
  - As placas deverão repousar em leito elástico, (massa sintética ou de vidraceiro dupla, gaxetas de borracha dupla), conforme projeto.
- Esta técnica não será dispensada mesmo quando da fixação do vidro com bague de metal ou madeira;
- As esquadrias de grandes dimensões deverão prever caixilhos com rebaixos fechados e calços.

Os vidros deverão ser instalados com gaxetas e calços de acordo com os parâmetros estabelecidos na NB-226.

Os vidros deverão ser colados nos painéis em local adequado, limpo, ventilado, sem umidade, poeira, devendo o mesmo ser aprovado pelo fabricante do silicone ou fita.

O espaçamento do vidro em relação ao perfil de alumínio deve ser feito de fita de polietileno com uma face autoadesiva da Inducel na cor preta.

### **8.39.2. Vidro Liso (Transparente) ou Fantasia**

Vidros recozidos, planos, comuns, lisos e transparentes.

As placas não deverão apresentar folga excessiva em relação ao requadro de encaixe, as folgas deverão ser de 3 a 5 mm.

Os rebaixos dos caixilhos deverão ser bem limpos e lixados, os vidros serão colocados entre as duas demãos finais de pintura de acabamento.

O arremate com massa deverá ser executado de modo a apresentar aspecto final uniforme, sem a presença de bolhas.

A massa deverá ser pigmentada de modo a apresentar coloração prevista para a pintura das esquadrias, assim como os baguetes e canaletas deverão seguir a mesma tonalidade.

Não deverão ser empregadas massas com qualidades químicas diferentes.

A “massa de vidraceiro” só poderá ser pintada após sua secagem completa.

### **8.39.3. Vidro Temperado**

Vidros planos, lisos ou impressos, transparentes ou opacos, incolores, apresentando alta resistência, conferida por processo térmico de “têmpera”.

Nos locais especificados no projeto arquitetônico.

As placas devem ser isentas de bolhas, ranhuras, empenos, ondulações, defeitos de corte, arestas estilhaçadas, etc.

Por suas características especiais de resistência, na divisão interna e no acesso do edifício de internação, o vidro será utilizado com o auxílio de baguetes, utilizando-se ferragens apropriadas.

## **8.40. ALVENARIAS E ELEMENTOS DIVISORES**

### **8.40.1. Alvenaria**

As alvenarias se houver serão executadas conforme dimensões, alinhamentos e espessuras existentes, obedecendo ao alinhamento da estrutura existente.

As amarrações entre as paredes novas e a estrutura de concreto existente ou com as alvenarias existentes deverão ser feitas por meio de pontas de ferro.

Todas as aberturas deverão possuir vergas em concreto armado, com apoio mínimo de 30 cm de cada lado. Nas partes inferiores dos vãos de janelas e guichês serão executadas contra-vergas nos mesmos moldes das vergas.

Todos os vãos de portas e janelas levarão vergas de concreto de altura compatível com o vão mínimo de 10 cm e ferragem mínima de 02 vezes, no diâmetro 3/16. Deverá transpassar 30 cm no mínimo cada lado do vão.

A Contratada inspecionará a qualidade do material empregado, procedendo-se a todos os procedimentos de controle de qualidade preconizados na NBR 7171/1992 (desvios em relação ao esquadro, planeza das faces, determinação das dimensões, e outras pertinentes), responsabilizando-se por resultados negativos de desempenho ao longo do uso da edificação, face ao emprego de material de qualidade questionável, advindos da não conferência vide norma, ou por ocorrência de processos executivos deficientes.

Deverão ser observadas as seguintes recomendações, relativas à locação:

- Paredes internas e externas sob vigas deverão ser posicionadas dividindo a sobra da largura do bloco (em relação à largura da viga) para os dois lados.
- Caso o bloco apresente largura igual ou inferior à da viga, nas paredes externas alinhar pela face externa da viga.

Na alvenaria a ser levantada sobre as vigas baldrame (Semi-Enterrado), deve-se reforçar o bloqueio à umidade ambiente e ascensão higroscópica, empregando-se argamassa com aditivo impermeabilizante nas três primeiras fiadas.

Para levantar a parede, utilizar-se-á, obrigatoriamente, escantilhão como guia das juntas horizontais; a elevação da alvenaria far-se-á, preferencialmente, a partir de elementos estruturais (pilares), ou qualquer outro elemento da edificação. Nesse caso, deve-se chapiscar o elemento que ficará em contato com a alvenaria.

Na fixação das paredes ao elemento estrutural devem ser utilizados “ferros-cabelo” – os quais podem ser barras dobradas em forma de “U”, barras retas, em ambos os casos com diâmetro de 5,0 mm, ou telas de aço galvanizado de malha quadrada 15x15 mm – posicionados de duas em duas fiadas, a partir da segunda.

Deve-se primar pela verticalidade e pela horizontalidade dos painéis, utilizando-se guia na execução do serviço. As fiadas deverão ser individualmente niveladas e aprumadas com a utilização de nível de bolha e prumo.

O encunhamento deve ser feito com cunhas de cimento ou “argamassa expansiva” própria para esse fim e, preferencialmente, de cima para baixo; ou seja, após o levantamento das alvenarias dos pavimentos superiores, para permitir a acomodação da estrutura e evitar o aparecimento de trincas. Para tanto, deve-se deixar uma folga de 3,0 a 4,0 mm entre a alvenaria e o elemento estrutural (viga ou laje), o qual somente será preenchido após 15 dias das paredes executadas.

### **8.40.2. Argamassa de assentamento**

O assentamento dos tijolos será feito com argamassa de cimento, cal em pasta e areia, no traço 1:2:9 em volume. As superfícies de concreto que tiverem contato com alvenaria serão previamente chapiscadas com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

### **8.40.3. Assentamento**

O assentamento dos componentes cerâmicos será executado com juntas de amarração. Os tijolos deverão ser abundantemente molhados antes de sua colocação. As juntas terão 15 mm de espessura máxima e serão alisadas com ponta de colher. As fiadas serão perfeitamente alinhadas e aprumadas, faceando-se o tijolo pelo lado externo da viga do baldrame.

Obs.: Nos encontros das paredes existentes e novas, necessário as amarrações adequadas.

### **8.40.4. Vergas e contra-vergas**

Todos os vãos de portas e janelas levarão vergas de concreto de altura compatível com o vão (mínimo de 10 cm) e ferragem mínima de 02 vezes, no diâmetro 3/16. Deverá transpassar 30 cm no mínimo cada lado do vão.

Todos os vãos de janelas levarão contra-vergas de concreto, de altura compatível com o vão (mínimo de 10 cm) e ferragem mínima de 02 vezes no diâmetro de 3/16.

Deverão ser executadas de pilar a pilar. Além disso, para vãos maiores que 2,40 m, a verga deverá ser calculada como viga.

### **8.40.5 Divisórias de banheiros**

Em laminado melamínico estrutural

Todas as portas dos boxes sanitários.

Dimensões e localização conforme detalhe existente.

Portas de 62x160cm (P60), completas, inclusive ferragens, localização conforme projeto básico de arquitetura.

Painéis em laminado melamínico estrutural TS 10 mm (fórmica maciça).

Espessura 10 mm na cor branca, acabamento texturizado e padrão dupla face, conforme indicado em projeto.  
Estrutura em perfis de alumínio anodizado natural fosco.  
Protótipo comercial: Alcoplac da Neocom, ou equivalente.

#### **8.40.6. Divisórias de leitos**

Em alumínio e vidro temperado duplo com persiana interna  
Conforme indicado para isolamento dos leitos, as divisórias que farão a separação entre os leitos e a circulação serão piso-forro em painéis de vidro duplo com persianas embutidas.  
A estrutura de alumínio extrudado anodizado com pintura eletrostática na cor branca.  
A estrutura e os painéis de vidro terão perfeito encaixe.  
A persiana embutida também será na cor branca, e terá o seu botão de acionamento seguindo a NBR9050.

#### **8.40.7. REVESTIMENTOS**

Antes do início destes serviços de revestimento das alvenarias e pisos deverão ser testadas todas as tubulações embutidas. As especificações desses revestimentos deverão seguir a tabela de acabamento dos projetos de arquitetura.

#### **8.40.8. Considerações Gerais**

Antes de iniciar os trabalhos de revestimento, deverão se adotar providências para que todas as superfícies a revestir estejam firmes, retílineas, niveladas e aprumadas.  
Qualquer correção nesse sentido será feita antes da aplicação do revestimento.  
Os revestimentos apresentarão parâmetros perfeitamente desempenados, aprumados, alinhados e nivelados, as arestas vivas e os planos perfeitos.  
A mesclagem da argamassa para revestimento será executada com particular cuidado. As superfícies das paredes serão limpas à vassoura e abundantemente molhadas antes do início dos revestimentos.  
Todas as instalações hidráulicas e elétricas serão executadas antes do chapisco, evitando – se dessa forma, retoques no revestimento.  
Em todo o revestimento em contato com o solo, este deverá estar abaixo no mínimo 20 cm do solo.  
Remover-se a toda a sujeira deixada pelos serviços de revestimento no chão, vidros e outros locais.

Todos os cantos vivos das paredes revestidas de argamassa levarão uma cantoneira embutida, de alumínio com pintura eletrostática na cor branca até a altura de 1,80 m.  
Deverá ser considerado: Chapisco, Emboço e Reboco.

#### **8.40.9. Revestimentos de piso**

Os pisos deverão ser executados conforme memorial descritivo e fornecidos de primeira qualidade (Classe A ou Classe Extra).  
Os pisos só poderão ser executados após o assentamento das canalizações que ficarão embutidas.  
Os contrapisos deverão ser executados de forma a garantir superfícies contínuas, planas, sem falhas e perfeitamente nivelados.  
A colocação dos elementos de piso será feita de modo a deixar as superfícies planas, evitando-se qualquer ressalto entre os elementos.  
Todos os pisos laváveis, quando não indicado em projeto, devem ser considerados com declividade mínima de 0,3% em direção aos ralos ou pontos de saída de água, principalmente nos boxes com chuveiros, para perfeito escoamento de águas. A declividade deverá ser dada já no contrapiso ou em alguns casos, quando a dimensão do ambiente permitir, no próprio piso.  
Deverá ser proibida a passagem sobre os pisos recém-colocados durante, no mínimo, dois dias. O rejuntamento será executado após este período.  
Os pisos somente serão executados depois de concluídos os revestimentos das paredes e tetos e vedadas às coberturas externas.  
Na transição entre os diferentes tipos de piso deverá ser utilizada soleira em granito.

#### **8.40.10. Contrapisos**

Deverá ter espessura e superfície adequadas ao atendimento de suas principais funções, a fim de possibilitar a aplicação do revestimento de piso, proporcionar desníveis necessários entre ambientes contíguos e declividades às áreas molháveis e permitir o eventual embutimento de instalações.  
Traços recomendados:  
Base para aplicação de impermeabilização: 1:3 a 1:4;  
Base para aplicação de revestimentos espessos (cerâmica, pedra etc.) 1:5 a 1:6.  
Todos os contrapisos das áreas laváveis, deverão ser impermeabilizados com cimentos especiais.

**Revestimento em porcelanato técnico antiácido para área de alto tráfego, grupo de absorção bia, assentado com argamassa colante industrializada e rejuntado com resina epóxi, junta seca. Porcelanato Natural Antiderrapante.**  
**MIN. PEI 5.**

Placa em porcelanato técnico antiácido, descontando-se toda e qualquer interferência, acrescentando-se as áreas desenvolvidas por espaletas ou dobras (m2).  
O assentamento e rejuntamento de placa em porcelanato técnico resistente a ácidos (antiácido), resistente a variações de temperatura, indicado para ambientes de alto tráfego, com as seguintes características:

Absorção de água: Abs  $\leq$  0,1%, grupo Bla (baixa absorção, baixa porosidade, alta resistência mecânica);  
Resistência ao manchas: classe de limpabilidade mínima 3 (mancha removível com produto de limpeza forte);  
Resistência química: mínima classe B;  
Carga de ruptura > 1800 N;  
Coeficiente de atrito: classe de atrito I;  
Piso cerâmico esmaltado – PEI – 5 – resistência química A.  
Todas as áreas deverão ter os seus pisos rejuntados com rejunte em epóxi.  
Referência: Portobello ou rigorosamente similar, idêntico instalado na UTI do 4o pavimento.

#### **8.40.11. Piso vinílico em manta homogêneo**

Para assentamento do piso vinílico o contrapiso será executado em argamassa de cimento e areia no traço 1:3 sobre a base de concreto, preferivelmente quando esta estiver fresca.

Quando não for possível o atendimento a essa recomendação, cuidados especiais serão tomados na limpeza e lavagem da superfície de concreto.

O piso em manta vinílica homogênea será flexível com espessura de 3,2mm, para tráfego intenso, com camada superficial de PU. Que deverá ser instalado com tratamento das juntas com solda em PVC.

O rodapé vinílico hospitalar com 7,5 cm de altura em nível, a ser executado com a própria manta, dando continuidade ao piso, devendo ser utilizado o suporte curvo para rodapé hospitalar, conforme especificação do fabricante.

O adesivo para assentamento será recomendado pelo fabricante.

O piso deverá ser encerado (aplicação de resina) de acordo com especificações do fabricante, para manutenção e limpeza.

Referência: Piso vinílico ACE- OPTIMA ou rigorosamente similar.

Referência: Piso Vinílico em Manta Homogêneo ACE Ambiance Ultra ou rigorosamente similar.

### **8.41. Revestimento de parede**

#### **8.41.1. Revestimento de Alvenaria**

Os revestimentos das alvenarias que estiverem soltos ou fofos, deverão ser refeitos, apresentando resultado sem imperfeições na textura. As alvenarias existentes (a conservar) deverão ser limpas eliminando-se eventuais manchas de gordura e óleo e escovadas com escova de aço antes de receber a base para pintura.

Sobre os blocos deverá ser aplicado como revestimento emboço, reboco e massa corrida, não ultrapassando a espessura final de 2,5 cm.

#### **8.42. Revestimentos em Argamassa**

Os revestimentos de argamassa, devem ser com exceção dos emboços desempenados, serão compostos por duas camadas superpostas, uniformes e continua, o emboço aplicado sobre a superfície a revestir e o reboco aplicado sobre o emboço.

A espessura do revestimento deverá ser em média de 20 mm.

Visando a melhor aderência do emboço, as superfícies a serem revestidas serão previamente chapiscadas com argamassa forte de cimento e areia grossa 1:3, recobrindo – as totalmente.

O revestimento só poderá ser aplicado após 24 horas, no mínimo, da aplicação do chapisco, ou quando este estiver firme e não possa ser removido com a mão.

A superfície da base para aplicação da argamassa deverá ser regular o suficiente para que possa ser aplicada em espessura uniforme, devendo ser regularizada quando necessário.

A camada subsequente deverá ser umedecida a camada anterior.

Os emboços e rebocos internos e externos de paredes de alvenaria, ao nível do solo, serão executados com argamassa de cimento e areia traço 1:3, com adição de aditivo impermeabilizante até as alturas de 60 cm (paredes perimetrais externas) e 15 cm (paredes internas) do piso interno acabado.

#### **8.42.1. Chapisco**

Todas as paredes da edificação e os tetos que receberem revestimento deverão ser chapiscada. As alvenarias da edificação (e outras superfícies componentes) serão inicialmente protegidas com aplicação de chapisco, homogeneamente distribuído por toda a área considerada. Serão chapiscadas paredes (internas e externas) por todo o seu pé-direito (espaçamento compreendido entre a laje de piso e a laje de teto subsequente).

#### **8.42.2. Chapisco Para Parede Externa**

As alvenarias da edificação (e outras superfícies componentes) serão inicialmente protegidas com aplicação de chapisco, homogeneamente distribuído por toda a área considerada. Serão chapiscadas paredes (internas e externas) por todo o seu pé-direito (espaçamento compreendido entre a laje de piso e a laje de teto subsequente), caixas de elevador e de escadas, e lajes utilizadas em forros nos pontos devidamente previstos no projeto executivo de arquitetura.

Inicialmente aplicar-se-á chapisco com argamassa preparada mecanicamente em canteiro, na composição 1:3 (cimento: areia), com 0,5 cm de espessura. Em superfícies bastante lisas, a exemplo das lajes de forro, a Contratada deverá adicionar aditivo adesivo ou cola concentrada para chapisco ao traço, nas quantidades indicadas pelo fabricante.

A Contratada deverá, ao executar os serviços, empregar métodos executivos adequados, observando, entre outros:

- A umidificação prévia da superfície a receber o chapisco, para que não haja absorção da água de amassamento por parte do substrato, diminuindo, por conseguinte a resistência do chapisco;
- O lançamento vigoroso da argamassa sobre o substrato;
- O recobrimento total da superfície em questão. 21.5. Reboco Paulista

Todas as paredes que receberão pintura deverão receber este material. Após a cura do chapisco (no mínimo 24 horas), aplicar-se-á revestimento tipo paulista, com espessura de 2,0 cm, no traço 1:2:8 (cimento, cal, areia).

A Contratada deverá preparar mecanicamente a argamassa, a fim de obter mistura homogênea e conferir as desejadas características desse revestimento: trabalhabilidade, capacidade de aderência, capacidade de absorção de deformações, restrição ao aparecimento de fissuras, resistência mecânica e durabilidade. A aplicação na base chapiscada será feita em chapadas com colher, até a espessura prescrita. Quando do início da cura, sarrafear com régua de alumínio, e cobrir todas as falhas. A final, o acabamento será feito com esponja densa.

#### **8.42.3. Massa Corrida Acrílica**

As paredes que serão pintadas deverão receber este material.

Massa a base de resinas acrílicas, de grande resistência a intempéries, por isso utilizada principalmente para nivelar e corrigir imperfeições de paredes externas. Sobre ela é aplicado o acabamento, com tintas a base de resinas acrílicas ou PVA.

Referência: Suvinil, Coral ou Sherwin Willians ou similar previamente aprovado pela fiscalização.

#### **8.42.4. Azulejos**

Instalados do piso até o teto, com junta a prumo e espaçamento de 2 mm.

Assentados com argamassa do tipo cimento – cola e rejuntamento na cor branca em epóxi. (ambas Quartzolit ou rigorosamente similar).

No acabamento das quinas serão utilizadas cantoneiras em alumínio cantoneiras tipo “L” 12, em barras de 3 metros de comprimento, com 1 mm de espessura, peso 0,210 kg, coladas na cerâmica, abas iguais, em alumínio com pintura eletrostática na cor branca.

Todas as áreas deverão ter os seus azulejos rejuntados com rejunte em epóxi.

Referência: White Plain Matte, linha Clean da Portinari – 30 cm x 60 cm, ou rigorosamente similar.

#### **8.42.5. Pintura**

Recomendações Gerais:

A superfície preparada deverá ser limpa, seca, lisa e geralmente plana, isenta de graxas, óleos, ceras, resinas, mofo, eflorescências e ferrugem.

A eliminação da poeira deverá ser completa, tomando-se precauções especiais contra o levantamento de pó durante os trabalhos até que as tintas sequem completamente e limpando-se cuidadosamente a superfície com escova e pano seco após cada lixamento, removendo todo o pó antes da demão seguinte.

Para reduzir a porosidade e uniformizar as superfícies, de modo a facilitar a adesão da tinta de acabamento, deverão ser empregados fundos, massas e condicionadores, especificados de acordo com o material que constitui a superfície.

Na aplicação da tinta de acabamento, o número de demãos nunca será inferior a 2 (duas) e deverá ser suficiente para cobrir totalmente a superfície.

Cada demão de tinta só poderá ser aplicada quando a precedente estiver completamente seca, sendo que esse cuidado também deverá ser observado entre demãos de tinta e massa.

Deverão ser tomados cuidados especiais para proteger as superfícies não destinadas à pintura, isolando-as com tiras de papel, cartolina, fita de celulose ou pano, separação com tapumes de madeira, enceramento provisório etc. Os espelhos e maçanetas deverão ser retirados.

Os salpicos que não puderem ser evitados deverão ser removidos enquanto a tinta estiver fresca.

Antes da execução da pintura, deverá ser executada uma amostra para aprovação pela fiscalização.

Por se tratar de ambiente hospitalar as tintas a serem utilizadas deve ser a base de água, e devem possuir bactericida e ser sem cheiro. Deverão ser empregadas tintas de 1ª linha preparadas em fábrica, entregues na readequação em sua embalagem original intacta; serão empregados somente os solventes recomendados pelo fabricante.

Todas as caixas de luz, força e telefone serão pintadas em esmalte sintético semibrilho ou acetinado. As tubulações de instalações elétricas e hidráulicas aparentes deverão ser pintadas de acordo com a cor padrão estipulada na norma e em projeto, inclusive lógica, para identificação das mesmas, em esmalte sintético brilhante.

#### **8.42.6. Pintura esmalte**

Elementos de madeira e elementos metálicos.

Dimensões, localização e acabamento conforme projeto básico de arquitetura.

Esquadrias Metálicas: Tinta Esmalte Sintético Acetinado.

Corrimãos, guarda-corpos, telas, batentes, encabeçamentos metálicos de portas, portões.

Referência: Coral, Suvinil, Sherwin-Williams ou rigorosamente equivalente devendo ser aprovado pela fiscalização.

#### **8.42.7. Pintura acrílica sobre massa**

Sobre as paredes internas, conforme indicado no projeto básico de arquitetura, devidamente preparadas para receber pintura.

Dimensões, localização e acabamento conforme projeto básico de arquitetura.

Internamente será aplicada Pintura Acrílica Acetinada, na cor a ser definida em projeto e aprovadas após a aplicação de amostras, da Sherwin-Williams ou rigorosamente equivalente.

Referência:

Interna: Algodão Egípcio / Código = F100 / Marca = Coral Acrílico premium super lavável antimanchas.

#### **8.42.8. Pintura látex PVA**

Deverá ser prevista pintura em PVA em forros em gesso liso. Dimensões, localização e acabamento conforme projeto básico de arquitetura.

Sobre os forros em gesso liso aplicar massa corrida PVA e após, pintura látex PVA.

Tinta plástica, a base de acetato de polivinila (PVA), proporciona acabamento fosco em superfícies externas ou internas de reboco, massa corrida, massa acrílica, texturas etc.

Tintas:

Referência: Externa- Coral acrílico Premium, ou rigorosamente equivalente.

Referência: Interna- Algodão Egípcio, Coral Acrílico Premium Super Lavável Anti manchas, ou rigorosamente equivalente.

#### **8.42.19. Pintura Externa**

Nas fachadas, nos locais onde houver revestimento com argamassa, será aplicada tinta formulada a base de resinas acrílicas indicadas para a pintura de fachadas e superfícies externas, em cores a serem definidas mediante amostra.

Referência: Externa: Cor = Palha / Código = 844 / Marca = Coral acrílico Premium.

Cor = Cromo Suave / Código = 503 = Coral acrílico Premium.

#### **8.42.10. Granito**

Deverão ser aplicados em Peitoris, bancadas, soleiras, tampos, frontões e saias.

As peças não deverão apresentar espessura inferior a 3 cm, deverão ser assentadas sobre argamassa colante industrializada tipo Ac II.

Se necessário, serão executadas soleiras em granito polido na transição entre os diferentes tipos de piso ou desnível, espessura 2 cm.

A largura da soleira seguirá a largura da parede conforme indicação em projeto.

A soleira em granito deverá obedecer aos seguintes critérios:

Ter a largura determinada em função da espessura da parede;

Ser sempre constituída de uma única peça, sem emendas;

Ficar perfeitamente nivelada com os pisos adjacentes e alinhada com a parede.

Este será aplicado conforme projeto de arquitetura.

Todos os peitoris das janelas novas, serão em granito a largura igual ao comprimento da janela, e espessura de 2 cm e comprimento conforme projeto executivo.

Tampos das bancadas serão conforme especificados em projeto arquitetônico com espessura de 3 cm, inclusive testeira, frontão de 15cm e demais elementos de arremate, bem como materiais acessórios necessários para a fixação, assentamento e rejuntamento.

O elemento divisor desta bancada também deverá ser em granito, espessura de 3 cm e altura de 45cm.

Os filets separadores do box com a área molhada, deverão ser boleados, mantendo a altura da área do box devendo estar em nível com o piso adjacente, é recomendada uma inclinação de até 2 % para escoamento das águas do chuveiro para o ralo.

Lavatórios e bancadas, também receberão frontão de 15 cm em granito e demais elementos de arremate, bem como materiais acessórios necessários para a fixação, assentamento e rejuntamento.

O granito deverá ter o seu acabamento polido.

Referência: Granito Branco Dallas ou rigorosamente equivalente previamente aprovado pela fiscalização.

#### **8.43. BATE MACA**

Bate-maca tipo corrimão com 14cm de altura, constituído por barra de alumínio contínua e suporte de fixação com sistema de trava rápida, o qual facilita a instalação e remoção do produto, propiciando proteção e apoio às áreas aplicadas, considerando instalação (corredores).

Cor: Toffe ou rigorosa equivalente aprovado previamente pela fiscalização

Protetor de parede Laminado decorativo de alta pressão, tipo formica espessura de 0,8 mm, com aplicação de cola de contato a base de água, a ser aplicado diretamente sobre paredes de alvenarias ou drywall devidamente regularizada para correções de imperfeições.

Todas as paredes de alvenaria e leitos nos painéis de cabeceira

Espessura 0,8 mm na cor Carvalho Nature, acabamento texturizado e padrão dupla, conforme existente na UTI 4 pavimento e figura 07 deste memorial.

Protótipo comercial: Formica, ou rigorosamente equivalente devendo ser aprovado pela fiscalização.

Protetor de Cabeceira de cama Chapa em MDF com acabamento tipo formica tipo madeira no acabamento carvalho Naturele, espessura total da chapa 15 mm com acabamento de borda em fita na mesma tonalidade de acabamento.

Aplicação nas paredes das cabeceiras dos leitos.

Espessura 15 mm na cor Carvalho Nature, acabamento texturizado e padrão dupla, conforme existente na UTU 4 pavimento e figura 02 deste memorial.

Protótipo comercial: Formica, ou rigorosamente equivalente devendo ser aprovado pela fiscalização.

#### 8.44. INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS

Deverão ser executadas conforme alteração do layout proposto e atendendo o memorial descritivo específico, a serem desenvolvidos pela Contratada, baseado em dados levantados no local e informações contidas no projeto básico.

As redes e tubulações pluviais e drenagem deverão ser executadas conforme projeto executivo específico a ser desenvolvido pela Contratada, baseado em dados levantados no local e informações contidas no projeto básico, e obedecer rigorosamente às normas técnicas específicas.

Após a conclusão da montagem das tubulações deverão ser efetuados testes de estanqueidade com pressurização das tubulações e emitido um relatório.

O projeto deverá garantir o fluxo de água de forma correta, em quantidade suficiente, mantendo sua qualidade com pressões e velocidade adequadas ao perfeito funcionamento das peças de utilização e do sistema de tubulações, preservando ao máximo o conforto dos usuários, incluindo a limitação dos níveis de ruído.

Para a execução dos serviços deverão ser consideradas as seguintes Normas:

- NBR-10844 - Instalações prediais de águas pluviais – Procedimento;

NBR-5626 - Sistemas prediais de água fria e água quente — Projeto, execução, operação e manutenção;

NBR-8160 - Sistemas prediais de esgoto sanitário - Projeto e execução

Concessionária Regional de Água e Esgoto.

Dec. Est. 46076/01-IT-22 - Proteção contra incêndios por Hidrantes e Extintores

##### 8.44.1. Água Fria

O projeto de instalações de água fria deverá ser elaborado de forma a complementar o fornecimento de água, para as áreas específicas, de forma contínua em quantidade suficiente, mantendo sua qualidade, com pressões e velocidades adequadas ao perfeito funcionamento do sistema de tubulações, incluindo as limitações dos níveis de ruído.

A distribuição de água será executada, conforme projeto, e deverá ser executada de forma a facilitar as manobras da manutenção.

Os ramais de água, necessários a ampliação, serão provenientes de uma rede de água existente, que alimentará as instalações de distribuição pertencentes à nova edificação.

Deverão ser utilizados tubos em PVC rígidos soldáveis marrons, classe 15, com superfície interna e externa perfeitamente lisa, para pressão de serviço de 0,75 Mpa, conforme NBR 5648/77.

As conexões serão em PVC rígido soldável, classe 15, com encaixes de ajuste perfeito para os tubos, para pressão de serviços de 0,75 Mpa; as conexões bolsa/ rosca utilizadas para ligação de aparelhos ou mangueiras flexíveis de conexão deverão ser da cor azul, com embuchamento de rosca em latão, e anel de reforço em aço zincado; as demais conexões deverão ser marrons, do tipo simples.

##### 8.44.2. Esgoto Sanitário

Este deverá atender a **PORTARIA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS**

**No 641 DE 8 DE ABRIL DE 2016 – item 6.19:** “O esgotamento sanitário deve ser ligado à rede de esgoto. Não devem existir caixas de inspeção de águas dentro das áreas de manejo e alojamento de animais. As caixas de inspeção devem ser mantidas bem vedadas.”.

Lembrando que existirá ligação com a rede pública de esgotamento sanitário.

Os tubos serão em PVC rígido branco reforçado, linha junta elástica, com superfície interna e externas perfeitamente lisas, compatível com NBR 5688/77, com espessuras de parede reforçadas, excedendo aquelas especificadas em norma.

As conexões em PVC rígido brancas com espessura de parede excedendo aquelas especificadas em norma, e com reforço laminado em resina sintética nos pontos de maior tensão, da mesma linha que tubulações, linha R TIGRE ou rigorosamente equivalente.

As ligações de aparelhos serão em caixas cilíndricas no diâmetro de 150 mm, injetados em PVC rígido branco de alta resistência com corpo e fundo monolíticos, com 7 entradas soldáveis para esgoto secundário, diâmetro de 40 mm, e saída sifonada no diâmetro de 50 mm para tubos de PVC soldáveis/ junta elástica; fecho hídrico de no mínimo 50 mm, por sifão removível; caixa admitindo prolongamento, com porta grelha e grelha de plástico cromado, TIGRE ou rigorosamente equivalente.

Os ralos secos serão cônicos no diâmetro de 100 mm, com saída vertical soldável no diâmetro de 40 mm, para tubos de PVC soldável com grelha cromada, TIGRE ou equivalente.

O projeto das instalações de esgotos sanitários será desenvolvido de modo a atender as exigências técnicas mínimas quanto à higiene, segurança, economia e conforto dos usuários.

O sistema de esgoto a ser desenvolvido para a ampliação deverá estar interligado a rede geral de esgoto sanitário existente. O esgoto da cozinha será coletado pela caixa separadora de gordura, antes de interligar com a rede existente.

A caixa de gordura existente deverá mudar de local, sendo que o local escolhido deverá ser de fácil manutenção.

##### 8.44.3. Ensaio e Recebimento das Instalações.

O instalador testará em presença do proprietário todas as instalações de acordo com o seguinte roteiro:

Água fria:

Todas as canalizações de água serão lentamente cheias de água para eliminação completa de ar, e em seguida, submetidas à prova de pressão interna. Toda a tubulação de água fria deverá ser submetida a uma pressão de trabalho igual a uma pressão de trabalho normal previsto, no caso 25 mca, ou seja, 2,5 Kgf/cm<sup>2</sup>, sem que apresentem vazamentos durante pelo menos 6 (seis) horas.

##### 8.44.4. Aparelhos, Metais Sanitários e Acessórios.

As caixas cilíndricas no diâmetro de 150 mm, injetados em PVC rígido branco de alta resistência com corpo e fundo monolíticos, com 7 entradas soldáveis para esgoto secundário, diâmetro de 40 mm, e saída sifonada no diâmetro de 50 mm para tubos de PVC soldáveis /junta elástica; fecho hídrico de no mínimo 50 mm, por sifão removível;

caixa admitindo prolongamento, com porta grelha e grelha de plástico cromado, TIGRE ou rigorosamente equivalente.

Os metais e acessórios que guarneçam aparelhos, bem como válvulas e registros aparentes, terão acabamento cromado em canopla, deverão estar em perfeito estado, sem rebarbas, riscos, manchas ou defeito de fundição, e serão instalados com o maior esmero e em restrita observância às indicações do projeto e as recomendações do fabricante.

Os Ralos Secos serão do tipo cônico no diâmetro de 100 mm, com saída vertical soldável no diâmetro de 40 mm, para tubos de PVC soldável com grelha redonda com disco rotativo em aço inoxidável, TIGRE ou rigorosamente equivalente.

Fornecimento de grelha com porta grelha (requadro) fixa reta, em barras chatas de alumínio fundido, linha comercial nas dimensões de 10 / 15 / 20 x 50 cm, 20 x 30 cm e 10/ 15 / 20 x 100 cm, referência GFR / PG fabricação Metalúrgica da Vila, ou rigorosamente equivalente.

Os Sifões para Lavatórios serão com altura de periscópio regulável para a ligação, saída no diâmetro de 1 1/4" e tubo de saída com comprimento de 30 cm com canopla, fecho hídrico de no mínimo 50 mm, acabamento cromado não flexível".

Os Sifões para Pias serão com altura de periscópio regulável para ligação, saída no diâmetro de 1 1/2" e tubo de saída com comprimento de 30 cm com canopla, fecho hídrico de no mínimo 50 mm e acabamento cromado não flexível".

As ligações para as Bacias serão em PVC de alta resistência, com furos para fixação anel de borracha substituível para vedação, para ligação com tubulação soldável/junta elástica no diâmetro de 100 mm.

As torneiras para os lavatórios deverão ter fechamento por pressão com temporizador e acionamento automático, conforme NBR 9050. Nos sanitários de uso público/pacientes serão instaladas barras em aço inox para apoio, junto aos boxes e bacias.

A torneira de bica móvel, para posto de serviços deverá ter fechamento por pressão, rosca de conexão no padrão BSP conforme NBR 6414/83, devendo ter acabamento cromado, pescoço articulado e arejador.

Os tampos de aço inox deverão ser AISI 305 e receber mãos francesas para a fixação e serem instalados conforme projeto.

Todos os sanitários terão acessórios instalados de acordo com o projeto de arquiteturas. Aparelhos, Metais e Acessório Sanitário deverão seguir a padronização do prédio.

8.44.5. Cubas, lavatórios, vasos e tanques.

Os lavatórios serão com meia coluna, sifão flexível, quando aparentes deverão ser sifão metálico rígido de 1" x 1 1/2"; tubo de ligação cromado com canopla; válvula metálica de 1" para ligação ao sifão, um par de parafusos com bucha para fixação do lavatório; materiais acessórios necessários para sua instalação e ligação à rede de esgoto.

As bacias sanitárias serão sifonadas de louça com as características: funcionamento do sifonamento com volume de descarga reduzido - 6 litros (categoria V.D.R.), e com todos os requisitos exigidos pelo Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), e as normas vigentes NBR 15097 e NBR 15099. As tampas para bacias sanitárias comuns serão de tampa plástica, para bacia sanitária sifonada.

Metais sanitários:

| ITEM | DESCRIÇÃO  | LOCAL DE APLICAÇÃO   |
|------|--|--|
| 01   | Torneira pressmatic de mesa antivandalismo, dn = 3/4" - Referência: Docol ou rigorosamente equivalente.  | Em todos os sanitários. (Sanitários públicos comuns e vestiários). |
| 02   | Registro de gaveta serão em latão fundido, diâmetro nominal de 2", 3/4", 1 1/2" com acabamento bruto, inclusive materiais acessórios e de vedação. | Em todas as áreas que tiverem Instalações Hidro sanitárias         |
| 03   | Acabamento para Registro Itapema Bella cód.00162660 da Docol ou rigorosamente equivalente.   | Em todas as áreas que tiverem Instalações Hidráulicas              |
| 04   | Válvula de descarga antivandalismo, dn = 1 1/2" – Referência: Draco, fabricação Docol ou rigorosamente equivalente.                                | Para todas as bacias sanitárias                                    |
| 05   | Acabamento para válvula de descarga Benefit Chrome cód.00184906 linha Docol System-Docol ou rigorosamente equivalente.                             | Todos os sanitários PCD  |
| 06   | Torneira pressmatic Benefit Chrome cód.00185106 linha Docolmatic da Docol ou rigorosamente equivalente.  | Todos os sanitários PCD  |
| 07   | Torneira para Parede de Tanque Bica Baixa Cromado Pertutti Docol ou equivalente  | DML  |
| 08   | Caixa de descarga de embutir, acionamento frontal, completa.   | Todos os Sanitários  |
| 09   | Torneira de Mesa da linha Delicatta, Referência: Docol ou equivalente  | Copa, Utilidades, Posto/Serviços/Prescrição                        |

Louças Sanitárias

|  |  |  |
|--|--|--|
|  |  |  |
|--|--|--|



| ITEM | DESCRIÇÃO   | LOCAL DE APLICAÇÃO                              |
|------|---|---|
| 01   | Tampa de plástico para bacia sanitária  | Para todas as Bacias                            |
| 02   | Caixa de descarga de embutir, acionamento frontal, completa.  | Todos os sanitários                             |
| 03   | Bacia sifonada de louça sem tampa – 6 litros Referência: Incepa ou equivalente. Cor branca.   | Todos os sanitários, exceto nos PCD             |
| 04   | Caixa de descarga de embutir, acionamento frontal, completa.  | Todos os sanitários                             |
| 05   | Cuba de louça de embutir, 40 x 30 cm, Referência: Deca L. 733, ou equivalente. Cor branca.  | Para todos os sanitários femininos e masculinos |
| 06   | Lavatório em louça com coluna suspensa Referência comercial L51.17, linha Vogue Plus, fabricação Deca ou equivalente.                               | Sanitário/ Banheiro PCD                         |
| 07   | Assento articulado para banho, em alumínio com pintura epóxi ou equivalente.  | Banheiro PCD com chuveiro                       |
| 08   | Chuveiro, com válvula de acionamento, antivandalismo, dn = 3/4" – Referência: Pressmatic Antivandalismo Chuveiro, fabricação Docol, ou equivalente. | Todos os boxes de chuveiro nos vestiários       |
| 09   | Tanque de louça com coluna de 30 litros – Referência: Incepa ou equivalente. Cor branca.  | DML   |
| 10   | Cuba em aço Inox 500X400X200 – Referência: Tramontina ou equivalente  | Copa  |

**\*As louças sanitárias serão na cor branca.**

#### **8.45. ACESSIBILIDADE**

##### **8.45.1. Barras de deficientes**

Deverão ser instalados conforme localização em projeto, as barras de apoio nos sanitários para pessoas com deficiência – PCD, em tubo de aço inoxidável AISI 305, atendendo às exigências da NBR 9050/2020.

#### **8.46. SERVIÇOS COMPLEMENTARES**

##### **8.46.1. Espelhos**

Nos sanitários deverá haver espelho à frente do lavatório, de cristal, com e= 3 mm e requadro em alumínio de acabamento anodizado fosco.

No sanitário PCD a altura de instalação e fixação de espelho deve atender a NBR 9050/2020 devendo ser plano.

##### **8.46.2. Tela de proteção tipo mosquiteira**

Conforme projeto, algumas janelas deverão ter tela mosquiteira integrada e retrátil (sistema dobradiça ou similar) para a proteção contra insetos. Tela de proteção removível constituída por perfis em alumínio removíveis, tela tipo mosquiteira em fibra de vidro (branca) com revestimento em PVC, cantoneiras em nylon, travas de fixação, borracha de fixação.

##### **8.46.3. Película Protetora Para Vidro**

Recomendações Gerais: Recomendações Gerais: as películas deverão ser aplicadas conforme indicado em projeto básico Prever o fornecimento e a aplicação da película protetora para vidros tipo White out, nos caixilhos especificados, conforme indicado no projeto básico, com ferramentas e materiais necessários.

Película protetora para vidros – “tipo leitoso” - Branca Média Transmissão Luminosa;

Alta Rejeição de Calor;

Os vidros anti-estilhaçantes;

Redução de 99% do Ultravioleta.

Película com Listra Branca Horizontal 1,0cm Jateada e 0,5cm Transparente Horizontal.

Esta Película Protetora para vidro deverá:

Trazer Privacidade;

Reduzir a Incidência de Raios UV;

Redução moderada de Luz Visível;

Tornar o vidro anti-estilhaçante.

#### **8.47. COMUNICAÇÃO VISUAL**

Deverá ser elaborado e instalado, sistema de comunicação visual, composto por placas aéreas tipo wayfinding, em aço galvanizado face acrílica e texto em vinil. Os Painéis deverão conter; parafusos, suporte em aço inoxidável, conforme descrito na planilha orçamentária e projeto executivo. Referência: Placrim, ou rigorosamente similar aprovado pela fiscalização

#### **8.48. Placas Internas Orientativas**

As placas internas orientativas serão em estrutura de PVC para os ambientes e equipamentos.

As portas devem conter identificação orientativa. As placas deverão ser produzidas em 2 mm com aplicações de adesivos recortados em PS 2 mm aplicados com fita dupla face nas portas ou na alvenaria.

Referência: deverá ser seguido o Manual de Identidade Visual da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo).

#### **8.49. Comunicação Visual e Orientativas Para Deficientes Auditivos e Visuais**

Todos os balcões, recepção e informação também deverão receber comunicação visual e orientativas para deficientes auditivos e visuais, conforme NBR 9050/2020.

Todos os corrimãos e rampas deverão receber sinalização em Braille conforme NBR 9050/2020.

Todo degrau deverá ter sinalização visual na borda do piso, em cor contrastante com a do acabamento, medindo entre 0,02 m e 0,03 m de largura, vide NBR 9050/2020 pg. 47.

Todas as portas com abertura para “fora”, deverá possuir sinalização. A mesma deverá ser um semicírculo, conforme desenho de abertura da porta, em vinil com os dizeres apropriados “seta” indicando a abertura e frase “atenção – abertura da porta” deverá ser autocolante”.

### **9. INSTALAÇÕES DE GASES MEDICINAIS**

#### **9.1. INTRODUÇÃO:**

O presente memorial descritivo apresenta os elementos fundamentais para contratação de projeto, fornecimento e substituição das réguas de gases medicinais existente na antiga Uti pediátrica, localizada no térreo a serem substituídas por novas réguas padrão Uti adulto, tendo como referencias as réguas de gases medicinais a serem substituídas e a réguas de gases medicinais instaladas na UTI adulto localizado no 4o

andar bloco 04, além de especificar tecnicamente os itens construtivos presentes no projeto a fim do melhor desenvolvimento e execução do serviço de readequação. Por tratar-se de um projeto de reforma, o levantamento no local das instalações existentes é de apenas do que está visível e de possível acesso. Portanto, como não nos foi fornecido um projeto “as built”, o acerto nas interligações com os sistemas existentes e muitas soluções serão definidas na readequação, pela empresa CONTRATADA, em vistoria em loco para apresentação de Projeto.

#### **9.2. NORMAS TECNICA:**

Para o desenvolvimento do projeto acima referido, foram observados as normas, códigos e recomendações das entidades a seguir relacionadas:

- Ministério da Saúde: Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Resolução RDC No 50, de 21 de fevereiro de 2002.
- NBR-12188/12 Sistemas centralizados de suprimento de gases medicinais, de gases para dispositivos médicos e de vácuo para uso em serviço de saúde.
- ABNT - NB 254 Sistemas centralizados de suprimento de gases medicinais, de gases para dispositivos médicos e de vácuo para uso em serviço de saúde.
- ABNT - NBR-11906 Conexões roscadas e de engate rápido para postos de utilização dos sistemas centralizados de gases de uso medicinal sob baixa pressão – especificação.

#### **9.3. CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS GASES MEDICINAIS:**

Os gases medicinais que serão empregados são:

- oxigênio,
- ar comprimido medicinal,
- vácuo clínico

#### **9.4. Oxigênio**

O oxigênio medicinal é utilizado para fins terapêuticos e o seu abastecimento poderá ser através de cilindros transportáveis. A central com cilindros contém oxigênio no estado gasoso mantido em alta pressão. A distribuição será feita através de rede para os pontos de consumo

#### **9.5. Ar Comprimido Medicinal**

O ar comprimido medicinal é utilizado para fins terapêuticos. Deverá ser isento de óleo e de água, desodorizado em filtros especiais e gerado por compressor com selo d água, de membrana ou de pistão com lubrificação a seco. A distribuição será feita através de rede para os pontos de consumo.

#### **9.6. Vácuo Clínico**

O vácuo clínico é utilizado em procedimentos terapêuticos. Deverá ser do tipo seco, isto é, o material é coletado junto ao paciente. A distribuição será feita através de rede para os pontos de consumo.

#### **9.7. ESCOPO DO PROJETO:**

A Contratada será responsável pela desinstalação das 11 réguas de gases medicinais existentes no setor da UTI Pediátrica, localizada no térreo bloco 04, na qual passara por reforma para atendimento como nova Uti adulto. A definição do destino das 11 réguas de gases medicinais será a cargo da Unidade.

A Contratada será responsável pelos fornecimentos e instalação de 11 novas réguas de gases medicinais padrão UTI Adulto, sendo atendido todos os requisitos estabelecidos na NBR 12188 e RDC50.

A Contratada será responsável pela elaboração e envio do projeto das novas réguas de gases medicinais a Unidade para aprovação. O projeto deverá atender a todas as normativas que se aplicarem inclusive NBR 12188.

A Contratada deverá contar com serviço especializado para realização das atividades de desinstalação e instalação das novas réguas de gases medicinais, sendo esses responsáveis por todos os testes durante a instalação, inclusive teste de estanquidade com objetivo de garantir a estanquidade das conexões e pontos de consumo relacionado aos três fluidos medicinais (oxigênio, vácuo e ar comprimido). Além das réguas de gases medicinais a Contratada será responsável desinstalação e instalação de 06 novas centrais de alarme, sendo 02 centrais de alarme de oxigênio, 02 centrais de alarme de ar comprimido e 02 centrais de alarme de vácuo. As novas centrais de alarme de gases medicinais deverão ter como referência o padrão existente na nova Uti Adulto localizada no 4o andar do bloco 04.

#### **9.8. PONTOS DE CONSUMO**

Serão instalados painéis de cabeceira, modular, nos leitos, embutidos na alvenaria com frontal rente a parede (MODELO A SER FORNECIDO E ESPECIFICADO)

Deverão ser previstos pontos de consumo para todos os leitos. Ref.: Air Liquide, White Martins, Aga OU SIMILAR COM EQUIVALÊNCIA TÉCNICA

#### **9.9. TERMINAIS**

Nos pontos de consumo serão acoplados terminais especiais para interligação aos painéis modulares de cabeceira que serão fornecidos pela instaladora. Também será previsto um alarme para cada rede e para cada sistema de gás.

#### **9.10. REGUA DE GASES:**

A Régua ou Pannel Elétrico e Gases é um sistema que permite agregar próximo ao leito do paciente os gases, tomadas e outros aparelhos necessários para a realização dos procedimentos vitais para o devido tratamento do internado.

Fornecimento e instalação de 11(onze) novas réguas de gases medicinais a serem instalada pela Contratada na nova UTI Adulto (antiga UTI pediátrica) localizada no térreo e tendo como referência a quantidade de pontos de consumo (bicos), pontos elétricos e demais componentes das réguas existente, na antiga Uti pediátrica, Uti adulto localizada no 4o andar do bloco 04, sendo atendido todos os requisitos estabelecidos na NBR 12188.

Configuração das réguas gases medicinais instalados na Uti adulto localizado no 4o andar do bloco 04, para desenvolvimento do projeto das 11 novas réguas de gases medicinais. A novas réguas de gases medicinais substituíram as Uti pediátrica, para atendimento como nova Uti adulto, sendo a Contratada responsável pelo fornecimento, substituição e instalação das novas réguas. A Contratada será responsável pelo envio do projeto das novas réguas de gases medicinais para aprovação da Unidade.

Configuração réguas de gases medicinais instaladas na Uti adulto, localizada no 4o andar do bloco 04:

- 02 pontos de consumo (bicos) de oxigênio.
- 02 pontos de consumo ar comprimido.
- 02 pontos de consumo vácuo.
- 01 ponto de lógica / rede RJ45.
- 01 chama de enfermagem.
- 05 tomadas 220v.
- 05 tomadas 127v.

Construída em alumínio nas ligas 6063 – T5 e 1200H – 14. material 100% reciclável.

- Pintura eletrostática na cor branca.
- Sistema basculante para manutenção.
- Componentes elétricos ou eletrônicos com isoladores que minimizam o problema de condutividade elétrica.

Estar em conformidade com as normas:

- ABNT/NBR 14136 – Padrão de tomadas;
- ABNT/NBR 12188 – Separação física entre rede de gases e elétrica;
- ABNT/NBR 13164 - Tubos flexíveis para condução de gases medicinais sob baixa pressão; ABNT/NBR 11906 - Conexões e roscas.
- Gaslab, ou equivalente técnico.

#### **9.11. SISTEMA DE SUPRIMENTO:**

Os pontos de consumo serão abastecidos pelas centrais de gases:

##### **• TANQUE CRIOGENICO DE O2**

Localizado na entrada do Ambulatório do prédio anexo e abastece toda a unidade hospitalar

- **CENTRAL DE AR COMPRIMIDO MEDICINAL**

Localizada no subsolo / bloco 04, atende toda a unidade hospitalar, composta por 02 compressores, 02 pulmões e 01 bateria de cilindros de ar comprimido.

- **CENTRAL DE VACUO CLÍNICO**

Localizada no subsolo / bloco 04, atende toda a unidade hospitalar, composta por 02 bomba de anel líquido e 01 pulmão de armazenamento para sucção.

## **9.12. LIMPEZA DAS REDES DE GASES**

Os tubos, juntas e conexões devem ser fechados, tamponados ou lacrados de tal maneira que pó, óleos ou substâncias orgânicas combustíveis não penetrem em seu interior até o momento da montagem final. Durante a montagem os segmentos que permaneceram incompletos devem ser fechados ou tamponados ao fim da jornada de trabalho. As ferramentas utilizadas na montagem da rede de distribuição, da central e dos terminais devem estar livres de óleo ou graxas. Quando houver contaminação com óleo ou graxa essas partes devem ser novamente lavadas e enxaguadas.

## **9.13. TESTES FINAIS**

Todo vazamento deve ser reparado e deve-se repetir o ensaio de cada seção em que houve reparos.

## **10. CLIMATIZAÇÃO / EXAUSTÃO MECÂNICA**

### **10.1. INTRODUÇÃO**

Memorial Descritivo de Climatização para uma UTI Adulto (antiga Uti Pediátrica) detalha as especificações técnicas do sistema de climatização, que inclui o controle de temperatura (entre 20-24oC), umidade (MAX 60%), filtragem de ar (foco na biossegurança para evitar a proliferação de microrganismos), vazão e pressão do ar, e as características dos equipamentos e materiais. O sistema deve seguir normas técnicas como as da ABNT e ASHRAE e prioriza a segurança do paciente e do ambiente hospitalar.

### **10.2. NORMAS TECNICAS**

O projeto do sistema de ar-condicionado deverá atender a ABNT NBR 7256/2022 – 4a Edição vigente durante publicação desse memorial. Esta Norma estabelece os requisitos mínimos para projeto e execução de instalações de tratamento de ar em estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS). O sistema de ar-condicionado atenderá as Exigências Físicas e Higiênicas Sanitárias, assim como nos ambientes indicados em projeto. Conforme Manual de Legislação do Sistema CFMV/CRMVs - Res. 1275/19 - CAPÍTULO III. Deverão ser instalados exaustores individuais em locais onde não houver ventilação natural, de acordo com o indicado no Projeto Executivo.

### **10.3. DESCRIÇÃO DO ESCOPO:**

A Contratada será responsável pela elaboração de um novo projeto de climatização para nova Uti adulto (antiga Uti Pediátrica) para substituição do condicionador de ar existente, sendo esse um Fan Coil do fabricante Carrier com capacidade de climatização de 16 TR. O projeto de climatização para substituição do ar-condicionado expansão indireta do tipo Fan Coil, deverá atender a todos requisitos estabelecido na NBR 7256/2022 – 4a edição vigente durante a publicação desse documento como temperatura, unidade, grau de filtragem, cascata de pressão e renovação de ar. A renovação de ar deverá atender aos requisitos da NBR 16401 – 2a edição também vigente durante data de emissão desse documento.

A Contratada deverá realizada uma visita técnica na Unidade com objetivo de verificar todas as informações mencionadas nesse memorial, para realização do projeto, desinstalação do condicionador de ar existente e rede de dutos.

A Contratada será responsável pela verificação da compatibilidade da rede de dutos existente com o novo condicionador de ar do tipo a ser projetado e instalado. Caso a rede de dutos existente não possua compatibilidade com o novo sistema de climatização a Contratada deverá elaborar um projeto de uma nova rede de dutos, assim com a fabricação e instalação dela conforme projeto, todos os projetos deverão ser aprovados pela fiscalização antes da execução.

A Contratada será responsável pela desinstalação do ar-condicionado existente do tipo Fan Coil, com capacidade 12 TR, sendo substituído e instalada um novo conforme projeto de climatização. Tanto o projeto em todas as fases, desinstalação, fornecimento de um novo Fan Coil serão a cargo da Contratada.

Para atividade de climatização a Contratada deverá contar serviço especializado, durante a desinstalação e instalação do novo sistema de climatização do tipo Fan Coil, sendo atendido as boas práticas de refrigeração o manual do fabricante e as demais normativas que se aplicarem inclusive as normativas relacionadas à segurança.

A Contratada deverá realizar adequação da casa de máquina do Fan Coil que atende a nova Uti adulto (Antiga Uti pediátrica), para instalação do novo Fan Coil devendo atender aos requisitos de estanquidade da casa de máquina, tomada de ar externo de renovação, pintura e revitalização estabelecido na NBR 7256/2022 – 4a Edição / NBR 16401 – 2a Edição.

A Contratada será responsável pela elaboração de um projeto de exaustão para substituição do exaustor existente que atende aos banheiros, copa e DML.

Sendo a Contratada responsável pelo fornecimento de um novo exaustor, desinstalação do existente e instalação do novo sistema de exaustão conforme as NBR que se aplicarem.

### **10.3. Levantamento de dados**

É imprescindível visita técnica “In loco”, para coleta de dados referente ao sistema de climatização central existente, com objetivo de mapear as adequações necessária e demais intervenções, para elaboração do projeto de climatização, movimentação, fornecimento e instalação do novo sistema de climatização.

#### **10.4. Automação:**

Deverão ser previsto sistema de controle de vazão para monitoramento da saturação do filtro.

#### **10.5. Memorial de seleção de equipamento**

A seleção do equipamento conterà em sua sumula todas as especificações do equipamento, custo inicial de operação, facilidade de manutenção, eficiência energética, qualidade do ar, assim com desenho técnico, contendo suas especificações, esquema elétrico, inclusive de seus acessórios.

#### **10.6. Controle de Temperatura e Umidade:**

O sistema deverá manter um ambiente estável, com temperatura entre 20 e 24oC e umidade relativa máxima 60%.

#### **10.7. Filtragem de Ar:**

Filtros de alta eficiência (como G4 e F8) são essenciais para a biossegurança, retendo partículas e microrganismos que podem propagar doenças. O expurgo do isolamento deverá conter BAG-IN/BAG-OUT.

#### **10.8. Rede de dutos.**

A Contratada deverá avaliar a compatibilidade da rede de dutos, para instalação do novo condicionador de ar central e realizar as adequações que se tornarem necessárias para o desempenho e funcionamento correto do novo condicionador central, caso necessário a instaladora deverá adicionar dispositivos de regulagem para a rede de dutos (Insuflação, retorno e ar externo). É obrigatório a realização de TAB por parte da Contratada na instalação (ar externo, insuflação e retorno, como objetivo de garantir diferencial de pressão e vazão de ar nos difusores e grelhas de retorno. Deverá ser utilizado balometer ou captor para medição de vazões, sendo apresentados os respectivos certificados de calibração para realização de TAB.

Os dutos substituídos, devem ser higienizados com álcool 70% e tamponados com filme plástico.

As vedações das redes de dutos conforme ABNT 16401 – 2a Edição, não serão aceitos selantes por silicone transparente branco.

As gaxetas para uniões das redes de dutos não poderão ser inferiores que 16mm.

Todas as adequações referentes a rede de dutos deverão atender os critérios estabelecido NBR16401 – 2a Edição.

#### **10.9. Tomadas de ar externo.**

A contratada deverá realizar adequação na tomada de ar externo existente, sendo aferido sua vazão, caso esteja em divergência realizar adequação. Deverá fornecido e instalada uma nova TAE, composta por veneziana, registro de regulagem e filtragem, em conformidade NBR 7256-2022/16401, devendo ser dutado e interligada ao novo condicionador de ar.

### **10. REDE ÁGUA GELADA**

#### **10.1. Especificações Gerais**

A Contratada deverá realizar adequações no cavalete hidráulico do sistema de água gelada existente para instalação do novo condicionador de ar, sendo substituídas as componentes danificadas como válvula 02 vias, registros (válvula de bloqueio) e demais componentes sendo esses substituídos por novos conforme capacidade do novo condicionador de ar do tipo Fan Coil.

Deverá ser previsto pela Contratada instalação de termômetro do tipo capela na rede de água gelada de entrada e saída do novo Fan Coil com objetivo de monitorar o rendimento do equipamento.

A Contratada deverá realizar a substituição do isolamento térmico danificado na rede de água gelada do ponto de derivação da rede principal até a interligação do novo Fan Coil, sendo previsto além da instalação de um novo isolamento térmico do tipo elastomérico com espessura nominal de 19 mm a 26mm e proteção mecânica do tipo alumínio liso, espessura 0,7mm.

#### **10.2. Isolamento Térmico:**

Os tubos de cobre deverão ser isolados com espuma elastomérica de células fechadas com espessura progressiva ( 0,0036 W/MoK; 7000 e comportamento a fogo M1) e coladas (cola a ser fornecidas pelo fabricante da espuma).

Os isolamentos térmicos elastomérico com espessura de (19 mm – 26 mm) e tolerância  $\pm 1,5$  da família M da tabela do fabricante Armaflex.

Além dos isolamentos térmicos as redes frigorígenas deverão possuir proteção mecânica do tipo chapa de alumínio liso, espessura 0,7 mm.

#### **10.3. Implantação CIVIL / ELETRICA:**

##### **10.3.1. Serviços civis necessários**

- Regularização acesso a casa de máquina.

- Regularização da estanqueidade da casa de máquina.
- Regularização da base alvenaria compatível com novo condicionador de ar.
- Prever instalação de sifão “Fecho Hídrico”.
- Regularização de parede, piso e telhado com acabamento interno liso e lavável.
- Pinturas do interior da casa de máquinas em cor clara, com tintas lavável e a base de água.
- Substituição da porta de acesso a casa máquina.

### **10.3.2. Limpeza e entrega do local**

Limpeza periódica do local, com a remoção dos resíduos oriundos da execução.

Deverão ser devidamente removidos do local todos os materiais, assim como as peças remanescentes e sobras inutilizáveis de materiais, ferramentas e acessórios.

A contratada atenderá prontamente às determinações da fiscalização no sentido de que o local afetado e as imediações sejam mantidas com aspecto impecável de organização.

### **10.3.3. Levantamentos infraestrutura elétrica**

Estudo de fornecimento de material elétrico (KW) a cargo da Contratada, para fornecimento dos pontos de alimentação elétrica juntos aos equipamentos, compatível com controle das variáveis (temperatura e umidade relativa) com as resistências aquecimento.

### **10.3.4. Garantias e Responsabilidades**

A Contratada deverá garantir intransferivelmente, todo esclarecimento que for necessário pertinente aos serviços, além de treinamento in loco de manutenção preventiva e corretiva a equipe de manutenção local, durante período estipulado pela HFV.

### **10.3.5. PRAZO PARA EXECUÇÃO DA INSTALAÇÃO**

A contratada deverá fornecer o cronograma das atividades para avaliação, validação e desmobilização por parte da Unidade HFV.

### **10.3.6. ENTREGA DA INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO FINAL**

#### **10.3.7. Teste de funcionamento.**

Devem ser realizados os ensaios, ajuste e balanceamento (TAB) do novo sistema de climatização de acordo com as recomendações do manual da SMACNA – HAVC SYSTEMS – TEST, ADJUSTMENTE AND BALANCING. Os serviços de TAB devem ser executados sob supervisão e responsabilidade de entidade reconhecida especializada, independente da instaladora dos sistemas e sob supervisão da fiscalização.

Antes de operar as instalações para ensaios deve-se proceder a uma limpeza e higienização final dos equipamentos e a uma verificação de estado de limpeza dos dutos.

Os ajuste e balanceamento finais devem ser executados com todos os filtros instalados e os ambientes prontos, em condições normais de funcionamento e higienizados, com as portas fechadas, porém não ocupados.

Medição, ajuste e balanceamento final das vazões de ar exterior, de insuflamento, de retorno de recirculação e retorno e de exaustão devem estar dentro  $\pm 10\%$  dos valores de projeto estipulado na NBR 7256/2022 – 4a Edição.

Ao final a Contratada deverá entregar um relatório detalhando os procedimentos adotados, certificados de calibração dos instrumentos de medição, registro dos resultados de todos os ensaios e medição realizadas.

### **10.3.8. Entrega da Instalação:**

A Contratada deverá entregar a instalação limpa e em condições adequadas de operação, devendo dar destino adequado ao resíduo que foi gerado durante a instalação do equipamento. Deverá ser destacado um funcionário responsável para operar a mesma durante período estipulado entre Contratante e Contratada, instruindo o operador/responsável da Contratante em todos os detalhes de manutenção e operação.

### **10.3.9. Manuais de Operação e Manutenção:**

A Contratada deverá preparar diagrama esquemático do novo sistema de climatização. A forma de apresentação do diagrama e do manual de operação e manutenção deverá ser submetido à aprovação da Contratante. Deverão ser incluídos no manual os seguintes itens, juntamente com qualquer outro pertinente:

- Catálogos, certificados de testes e ensaio, bem como certificado de garantia de todos os equipamentos da instalação;
- Jogo de cópias dos desenhos “conforme construído”;
- Indicação de todos os itens substituíveis;
- Tabelas de performance dos fabricantes;
- Dados de lubrificação, óleos e graxas;
- Dados elétricos completos para testes de operação;
- Diagrama de controle e sequência de operação, juntamente com a tabulação de controle e instrumentos contidos no diagrama;
- Relação de defeitos e problemas mais corriqueiras e suas correções;
- Sugestão de cronograma e pontos para manutenções preventivas.

O manual de operação e manutenção deverá ser submetido à aprovação da Contratante no mínimo 15 (quinze) dias antes da “aceitação definitiva”.

#### **10.3.10. Treinamento:**

A Contratada deverá elaborar programa de treinamento a ser ministrado ao pessoal técnico indicado pela Contratante. O programa deverá expor os fundamentos técnicos, a interpretação dos manuais e os procedimentos de operação e manutenção a serem realizados pelos treinados.

#### **10.3.11. Garantias e Responsabilidades**

Deverá ser informado no projeto, todos os equipamentos e materiais a ela vinculados, durante um ano a partir da “aceitação definitiva”. Se durante o período de garantia, forem detectados defeitos em equipamentos ou materiais, sejam eles imputáveis ao fabricante ou decorrentes de procedimentos inadequados na execução ou montagem, a Contratada se obriga a substituir reinstalar e testar sem ônus para a Contratante, no todo ou em parte, os equipamentos e materiais defeituosos ou que apresentarem sinais de envelhecimento prematuro. As despesas decorrentes da remoção e transporte serão de responsabilidade da Contratada. Na ocorrência de defeitos, será interrompida a contagem do tempo de garantia da peça defeituosa, devendo ser reiniciada a partir do momento em que os devidos reparos forem efetuados. No caso de troca de componentes ou equipamentos, esses deverão ser garantidos por um ano a partir de sua entrada em operação.

#### **10.3.12. INTRODUÇÃO ELÉTRICA**

Este documento tem o objetivo de descrever as premissas e critérios a serem utilizados no projeto de instalações elétricas para implantação de unidade de Terapia Intensiva (UTI) no piso térreo composta por 11 leitos no Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos Dr. Osiris Florindo Coelho, localizado na Rua Princesa Isabel, 270 - Vila Correa, Ferraz de Vasconcelos - SP, 08502-200.

#### **10.3.13. NORMAS E ESPECIFICAÇÕES:**

Os critérios gerais apresentados estão baseados em documentos e Normas Técnicas descritas abaixo:

- ANVISA, Resolução RDC No 50 de 21 de fevereiro de 2002;
- ABNT, NBR 5410 – Instalações Elétricas de Baixa Tensão;
- ABNT, NBR 5419 – Proteção Contra Descargas Atmosféricas;
- NBR-5413 Iluminância de Interiores;
- NBR-10898 Sistema de Iluminação de Emergência;
- ABNT, NBR 13534 – Instalações Elétricas de Baixa Tensão – Requisitos Específicos para Instalação em Estabelecimentos Assistenciais de Saúde;
- Normas do Ministério do Trabalho, em especial a Norma Regulamentadora “NR-10”.

### **11. GENERALIDADES**

Este memorial descritivo de especificação técnica abrange os principais requisitos técnicos para projeto, montagem, inspeção e ensaios. A Empresa Contratada não deverá prevalecer-se de qualquer erro involuntário, ou de qualquer omissão eventualmente existente para eximir-se de suas responsabilidades. A Empresa Contratada deverá satisfazer a todos os requisitos constantes neste documento. A execução das instalações elétricas deverá ser feita por profissionais devidamente habilitados e exclusivamente com materiais de primeira qualidade, examinados e aprovados pela Fiscalização, de modo que sejam garantidas as melhores condições possíveis de utilização, eficiência e durabilidade.

Sempre que solicitado pela Fiscalização, caberá à Empresa Contratada providenciar a execução de ensaios para medição de resistência elétrica, isolamento, condutibilidade etc., da própria instalação ou dos materiais, aparelhos e equipamentos nela utilizados. Caberá à Empresa Contratada total responsabilidade pela qualidade e desempenho das instalações elétricas por ela executadas, direta ou indiretamente, bem como pelas eventuais alterações do projeto que venham a ser exigidas pela Fiscalização ou pela Concessionária, mesmo que, ditas alterações se originem de erros e/ou vícios construtivos. Na execução das instalações elétricas, toda e qualquer alteração do projeto executivo, quando efetivamente necessária, deverá contar com expressa autorização da Fiscalização, cabendo à Empresa Contratada providenciar a anotação, em projeto, de todas as alterações efetuadas no decorrer do serviço. A Empresa Contratada deverá, caso necessário, manter contato com as repartições componentes, a fim de obter as necessárias aprovações dos serviços a serem executados, bem como fazer os pedidos de ligações e inspeção. As instalações elétricas somente serão aceitas pela Fiscalização quando forem entregues em perfeitas condições de funcionamento e uso e devidamente ligadas à rede externa da Companhia Concessionária. O processo de aprovação e acompanhamento dos projetos junto à Concessionária de Energia Elétrica local é responsabilidade da Empresa Contratada; assim como eventuais atualizações devido a novas versões, em vigência, das normas técnicas utilizadas como base para a elaboração do projeto ou por solicitação destas Concessionárias.

### **12. DOCUMENTAÇÃO**

Concluído o serviço, a Empresa Contratada deverá fornecer ao Contratante os desenhos do projeto “As Built” atualizados de qualquer elemento ou instalação que, por motivos diversos, tenha sofrido modificação no decorrer dos trabalhos.

Os desenhos deverão ser entregues para aprovação em 2 jogos de papel e 2 jogos em mídia eletrônica. Os arquivos AutoCAD em versão não inferior ao AutoCAD® e deverão ser entregues no formato \*.dwg e \*.plt. A Empresa Contratada deverá entregar dois jogos em português dos seguintes manuais:

- a) Manual de Operador, com explicações em texto e gráficas para todas as funções de operações especificadas no sistema.
- b) Manuais Originais, fornecidos pelos fabricantes dos sistemas e de todos os componentes fornecidos (central de telefonia, patch panel, rack e etc.). Não serão aceitos catálogos comerciais.

c) Manuais de Programação. Será aceito documentação complementar em língua estrangeira (espanhol e/ou inglês) dos documentos acima, de modo a enriquecer as informações disponíveis do sistema. Porém esta documentação complementar não exige a Empresa Contratada de fornecer a documentação em português descrita nos itens acima.

Toda a documentação deverá ser aprovada pelo Contratante ou seu representante antes da entrega definitiva do sistema. O Contratante se reserva ao direito de solicitar modificações nos documentos entregues caso os mesmos não atinjam os objetivos, a julgo do contratante.

## **12.1. SISTEMAS PROPOSTOS**

- Distribuição de energia em baixa tensão;
- Sistema ininterrupto de energia elétrica;
- Sistema IT Médico;
- Iluminação e tomadas;
- Aterramento elétrico e eletrônico.

## **12.2. ENTRADA DE ENERGIA**

O fornecimento de energia elétrica será realizado a partir da subestação de energia do hospital os novos quadros a serem instalados. Os alimentadores elétricos originários do painel de baixa tensão (subestação) existente até Quadros Gerais, devem ser constituídos de cabo de cobre, tempera mole, isolamento 0,6/1kV, HEPR/EPR 90°C, coberto com composto termoplástico poliolefínico não halogenado, com características de não propagação e auto extinção de fogo, com baixa emissão de fumaça e gases tóxicos e corrosivos; temperatura de 90°C em serviço contínuo, conforme Normas NBR 5410 e NBR13570.

## **12.3. PONTO DE ENTREGA DE ENERGIA**

As instalações internas nas edificações para circuitos de tomadas serão constituídas de cabos de cobre, tempera mole, isolamento para 750 V, PVC 70 oC. A distribuição de energia elétrica em baixa tensão do hospital é feita através de circuitos trifásicos 380/220V.

Os novos leitos de UTI do hospital será implantada no pavimento térreo da edificação para fins dessa reforma nas instalações elétricas do pavimento, será considerado que todos os quadros elétricos serão novos e que a instaladora deverá prever 3 (três) ramais trifásicos (3F+N+T) em baixa tensão, um vindo direto do painel geral de emergência, 380/220 V, para alimentar o novo quadro geral do sistema de emergência do pavimento térreo; deverá instalado novo nobreak entrada 380V saída 220V/127V, para alimentar o novo quadro geral do sistema IT médico do térreo a definir o local do abrigo;

Esses alimentadores deverão ser instalados individualmente em eletrodutos aparentes de aço-galvanizado e deverão seguir as seções transversais, conforme comprimento, apresentadas na planta de alimentadores do projeto executivo.

A interligação aos novos quadros elétricos (QGBT-E-Térreo, QGBT-IT-Térreo e QF- NB-Térreo).

Para alimentação do QGBT-E-Térreo, deverá ser previsto alimentador e demanda de 206kVA vindo do painel geral de baixa tensão de emergência (alimentado por gerador). Para alimentação do QGBT-IT-Térreo, deverá ser previsto alimentador e demanda de 40 kVA vindo nobreak a ser instalado.

## **12.4. DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM BAIXA TENSÃO**

Como mencionado a distribuição de energia em baixa tensão para realização do projeto inicia-se a partir dos quadros gerais de baixa tensão a serem projetados, QGBT-E- Térreo, QGBT-IT- Térreo e QF-NB-Térreo.

A partir do QGBT-E-Térreo, partirão alimentadores trifásicos (380-220V) para alimentação dos quadros de iluminação (QL-E-Térreo), tomadas (QF-E-Térreo),

Já existente infraestrutura e cabeamento para o sistema de ar-condicionado e centrais de gases não serão considerados no projeto de instalações elétricas.

A partir do QGBT-IT-Térreo, partem alimentadores (220/127V) para os transformadores de separação que farão parte do sistema IT médico da UTI.

Todos os circuitos alimentadores de baixa tensão serão compostos por cabos flexíveis, com tensão de isolamento 0,6/1 kV, 90 oC, conforme norma NBR-13.248 (cabos livres de halogênio e baixa emissão de fumaça tóxica).

Todos os circuitos terminais serão compostos por cabos flexíveis, com tensão de isolamento 750 V, 70 oC, conforme norma NBR-13.248 (cabos livres de halogênio e baixa emissão de fumaça tóxica).

A proteção de todos os circuitos de baixa tensão será feita através de disjuntores.

Não serão utilizados fusíveis para essa finalidade.

## **12.5. SISTEMA ININTERRUPTO DE ENERGIA (UPS)**

Para alimentação de pontos de utilização do sistema ininterrupto de energia (UPS), serão previstos circuitos terminais nos quadros do sistema IT médico e no quadro de tomadas nobreak (QF-NB-Térreo).

As cargas alimentadas pelo sistema ininterrupto de energia serão conforme abaixo:

- Estações de trabalho;
- Cargas de sistemas eletrônicos;



- Tomadas das régua de gases dos leitos (sistema IT médico).

Todas as cargas do sistema ininterrupto serão alimentadas através de circuitos monofásicos 220 V e 127 V (F+N+T), e bifásicos, 127 V e 220 V (2F+T).

## 12.6 SISTEMA IT MÉDICO

Os quadros elétricos do sistema IT médico irá alimentar os pontos de tomadas das régua dos leitos de UTI. Cada régua de gases dos leitos de UTI terá 5 tomadas 220 V e 5 tomadas 127 V, além de um interruptor simples que irá comandar a luminária acima do leito, para exames e um pino terra para equalização de potenciais elétricos.

Todos os quadros do sistema IT médico serão dotados de DSI (dispositivo supervisor de isolação) e localizador de falhas. Além desses dispositivos, será previsto dispositivo anunciador e alarme no posto de enfermagem. Esse dispositivo deverá ser conectado a todos os quadros elétricos do sistema IT médico. No projeto deve ser previsto a infraestrutura para isso, porém o cabeamento deverá ser fornecido em conjunto com o sistema IT médico.

## 12.7. ILUMINAÇÃO

O sistema de iluminação geral interna deve ser projetado de modo a atender aos níveis de iluminância estabelecidos na norma NBR 8995-1 e aos requisitos específicos de UTI, estabelecidos na norma RDC 50.

As luminárias serão alimentadas através de circuitos monofásicos, 220 V (F+N+T), instalados em eletrocalhas, perfilados e eletrodutos. A conexão dos circuitos às luminárias será feita através de rabicho com plug macho, conectado às luminárias. Esses rabichos irão se conectar aos circuitos através de tomadas montadas em perfilados ou tomadas montadas em condutele, nos circuitos instalados em eletrodutos.

O acionamento da iluminação será feito conforme abaixo:

- Chaves manuais na porta do quadro para iluminação da circulação, com contato seco para integração ao BMS (previsão futura);
- Sensores de presença infravermelhos para as antecâmaras;
- Sensores de presença ultrassônicos para banheiros e vestiários;
- Interruptores próximos aos acessos para as demais salas.

MUITO IMPORTANTE: o sistema de iluminação de emergência é existente e será mantido, não fazendo parte, portanto, do escopo deste projeto de instalações elétricas. No entanto, será previsto um circuito monofásico, 220 V, para a alimentação do sistema existente.

## 12.8 TOMADAS

Todas as tomadas previstas no projeto serão do tipo padrão brasileiro de tomadas, 2P+T – 250 V – 10 A ou 20 A, conforme utilização. Para os raios-x portátil, deverá ser utilizado tomadas do tipo padrão brasileiro de tomadas, 2P+T – 250 V – 20 A.

A alimentação de todas as tomadas será feita através de circuitos instalados em eletrocalhas, perfilados e eletrodutos.

## 12.9. ATERRAMENTO ELÉTRICO E ELETRÔNICO

Com o objetivo de fazer a equalização dos potenciais elétricos da instalação, serão previstas barras de equipotencialização no abrigo do nobreak e IT médico. Essas barras deverão ser interligadas entre si e à barra de equipotencialização mais próxima existente no prédio. Todo os pinos terra das régua de gases dos leitos de UTI deverá ser interligados à infraestrutura de equipotencialização. Para aterramento da infraestrutura metálica da instalação, deverá ser prevista uma cordoalha de cobre nu, #16 mm<sup>2</sup>, fixada externamente à aba da eletrocalha que parte do quadro de tomadas (QF-E-Térreo). Essa cordoalha deverá percorrer todo o trajeto da eletrocalha, aterrando todos os componentes metálicos não destinados à condução de corrente elétrica, através de cordoalha de cobre nu #6 mm<sup>2</sup> e conectores adequados. A cordoalha fixada à eletrocalha deverá ser interligada à barra de terra do quadro de origem da mesma eletrocalha.

## 12.10 QUADRO GERAL DE BAIXA TENSÃO

Esta especificação técnica abrange os principais requisitos técnicos para projeto, fabricação, inspeção e ensaios na fábrica do Quadro Geral de Baixa Tensão (QGBT). O Quadro Geral de Baixa Tensão deverá ser fornecido completo, com todos os seus componentes e acessórios, incluindo as peças sobressalentes, ferramentas e dispositivos especiais, necessários à montagem e manutenção. Complementa esta especificação técnica as informações contidas nos projetos, correspondentes ao quadro de distribuição e manobra de baixa tensão. Os quadros de distribuição e manobra e seus componentes deverão ser fabricados, ensaiados e fornecidos em conformidade com as recomendações das seguintes Normas, a menos que estabelecido de outra forma nesta especificação técnica. Normas ABNT: • NBR IEC-60439-1:2003 - Conjunto de Manobra e Controle de Baixa Tensão - Especificação e Método de Ensaio; • ABNT NBR-6146 - Grau de Proteção Provida por Invólucros – Especificação. Os quadros de distribuição e manobra de baixa tensão, deverão ser do tipo cubículo ou multicubículo, fechado, do tipo auto sustentável (onde aplicável) que pode compreender várias seções, subseções ou compartimentos, como estabelecido na Norma ABNT NBR IEC 604391/2003.

Característica técnicas:

Tensão nominal (valor eficaz) - 220/127 V; Frequência nominal - 60 Hz; Nível de isolamento: • Tensão suportável à frequência industrial - 2.500 V; Corrente nominal (valor eficaz) - (conforme projeto); Elevação de temperatura dos barramentos e conexões com faces prateadas nos contatos - 65o C. Os Quadros de distribuição e manobra deverão ser construídos com estruturas de perfis de aço, completamente fechados com chapa metálica, auto-suportáveis e rigidamente armados. Os quadros de distribuição e manobra deverão ser compostos de seções verticais, divididas em compartimentos independentes, separados por chapas metálicas, para alojamento dos dispositivos de manobra. A espessura das chapas de aço das portas, laterais, posteriores, teto, das barreiras entre seções verticais adjacentes e dos compartimentos dos dispositivos de manobra, não deverão ser menores que 1,90 mm e para as estruturas (perfis verticais, transversais, interiores e demais partes) não deverão ser menores que 3,00 mm. Todos os componentes tais como disjuntores, contadores, reles, etc.,

deverão ser montados em placas e/ou perfis internos removíveis. O acoplamento dos barramentos das seções vertical com os compartimentos deverá ser do tipo fixo e as ligações dos circuitos de controle dos compartimentos com o conjunto de manobra deverão ser do tipo terminal de bornes. Os compartimentos deverão possuir porta com dobradiça e trinco, além dos dispositivos de comando e medição (quando aplicável). Os compartimentos de entrada e saídas de cabos deverão ser providos de aberturas para acesso dos cabos na parte inferior; para tanto, deverão ser previstos flanges removíveis (aparafusados) e vedados com juntas de neoprene. Os compartimentos dos contadores, disjuntores e autotransformadores de partida deverão ser construídos modulados, de modo que os de capacidade maior sejam múltiplos do módulo básico. Os invólucros externos das seções verticais deverão ter grau de proteção equivalente a IP 54. Todas as superfícies metálicas dos cubículos, tanto externas como internas, deverão ser pintadas. Assim, tais superfícies deverão ser completamente limpas de toda sujeira e outras impurezas por jato de areia ou granalha de aço até o "metal quase branco"; em seguida, deverão ser aplicadas demãos de pintura de base, utilizando premer, à base de óxido de zinco em veículo de epóxi, sendo finalmente aplicadas demãos de pintura de acabamento, utilizando esmalte sintético em veículo de epóxi. A pintura de acabamento das superfícies metálicas dos cubículos, tanto externas como internas, deverá ser na cor cinza claro, referência Nunes N 6,5 ou similar. Toda fiação interna deverá ser executada com cabos de um condutor, constituído de fios de cobre, têmpera mole, estanhados, de formação flexível, isolados por uma camada de composto de cloreto de polivinila (PVC/A). Tensão de serviço de 750 V, não se admitindo seção nominal inferior a 1,5 mm<sup>2</sup>, para circuitos de controle e 2,5 mm<sup>2</sup>, para circuitos de corrente. A fiação deverá ser fornecida completa, sem emendas, protegida por canaletas de passagem e com anilhas de identificação em todos os terminais, de acordo com os diagramas de fiação a serem fornecidos pela contratante. As canaletas de passagem deverão ser de material plástico, do tipo chama auto-extinguível, contendo rasgos laterais para passagem de cabos, com seção compatível com o número de condutores, de modo que a ocupação máxima das mesmas seja de 70%. Será provida de tampas removíveis do mesmo material, não devendo possuir cantos vivos que possam danificar a isolação da fiação. As redes de canaletas deverão ser desenvolvidas em planos horizontais e verticais. As régua terminais deverão ter classe de isolação de 500 V, destinando-se a terminais do tipo compressão. As régua terminais deverão ter pelo menos 20% do número total de bornes como reserva. Deverão ser previstos apoios para fixar os cabos externos, de modo a não transferir o peso dos mesmos para os terminais.

Os terminais dos cabos deverão ser de cobre estanhado ou suas ligas. Deverão ser incluídos no fornecimento todos os terminais a compressão para as ligações dos componentes à aparelhagem. No caso de dois condutores ligados ao mesmo borne, cada condutor deverá ter o seu terminal. Os diagramas da fiação interna deverão ser plastificados e fixados no lado interno da porta das correspondentes gavetas. O acesso normal aos componentes dos compartimentos deverá ser feito pela sua parte frontal, através de portas, com trincos.

#### **12.11. DISJUNTORES**

Os disjuntores principais deverão ser do tipo caixa moldada com capacidade de interrupção de correntes de curto-circuito simétrico de 18 kA conforme Norma NBR IEC 60947-2 vigente, com corrente nominal conforme indicado nos diagramas trifilares do projeto. Os disjuntores de distribuição deverão ser termomagnético padrão DIN, curva B ou curva C, nos circuitos que serão ligados a motores elétricos, com capacidade de interrupção de correntes de curto-circuito simétrico de 10 kA conforme Norma NBR IEC 60898 vigente, com corrente nominal conforme indicado nos diagramas trifilares do projeto.

#### **12.12. DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO CONTRA SOBRETENSÕES**

Deverão ser instalados nos Quadros dispositivos de proteção contra sobretensões monofásicos com ligação fase para terra e neutro para terra com as seguintes características:

Tipo - Monofásico;

Modo de operação - Fase para Terra ou Neutro para Terra;

Tensão de trabalho - 275 Vca / 360 Vdc;

Corrente nominal de surto - In 20 kA para curva 8/20s;

Corrente máxima de surto (valor comercial) - 65 a 80 kA Dispositivos de Proteção

Diferencial Tipo: bipolar e ou tetrapolar, conforme a configuração do circuito; Tensão nominal: 230 Vca (bipolar)/ 400 Vca (tetrapolar);

Corrente nominal: conforme indicado em projeto; Corrente nominal residual: 30 mA. (Alta Sensibilidade).

#### **12.13. DSI e DST**

O projeto deve prever esquema "ITmédico", um sistema dispositivo supervisor de isolamento (DSI) e supervisor do Transformador (DST). O sistema DSI + DST deverá permitir que a instalação possa ser permanentemente supervisionada durante a sua utilização pela equipe médica e através de um alarme indique qualquer problema que possa colocar em risco a vida do paciente. Portanto cada circuito IT-Médico deve ser supervisionado individualmente não havendo proteções de desligamento devido a falha ou sobrecarga, porém somente contra curto-circuito. A característica básica do ITMédico, que na primeira falha, as correntes de fuga através do corpo humano são pequenas, mas esta falha deverá ser indicada imediatamente, pois havendo uma segunda falha no mesmo circuito as correntes de fuga são altas e perigosas. Este DSI/DST supervisiona tanto AC como DC e indica se é falha de isolamento em DC ou AC. Essa sinalização deverá ser repetida no posto de enfermagem que atende à área.

##### **DISPOSITIVO SUPERVISOR DE ISOLAMENTO (DSI) E SUPERVISOR DO TRANSFORMADOR**

Cada círculo IT-Médio deverá ter as seguintes características:

- Ligação a circuitos mono ou trifásicos;
- A resistência interna CA deve ser de no mínimo 100K;
- A tensão de medição não deve ser superior a 25V;
- A corrente de medição, mesmo sob condições de falta, não deve ser superior a 1mA.

A indicação de queda da resistência de isolamento deve ocorrer antes que esta atinja 50K, ou no máximo quando ele atinge este valor. Deve ser provido de um dispositivo de teste que permita verificar a conformidade com esta característica em particular. No entanto para atender esta indicação de no máximo de 50K (quando atingir este patamar de queda de resistência de isolamento) o DSI deve ter um

ajuste mínimo de 50K.

Nota: Estas exigências se aplicam a circuitos que alimentam equipamentos elétricos situados até 2,5m acima do piso.

A resistência interna deste DSI em CA deve ser de 240K (muito acima do valor estabelecido pela norma). O modo DST supervisiona a temperatura e a carga atual do transformador de separação através de sensores de temperatura e através de transformadores de corrente e o acoplador trifásico (no caso de circuitos trifásicos).

O DSI (Dispositivo de Supervisão de Isolamento) e DST (Dispositivo do transformador de separação) devem estar de acordo com a norma brasileira NBR13534.

**ACOPLADOR TRIFÁSICO:** este dispositivo acopla uma rede trifásica para medição da carga do transformador de separação. Neste dispositivo são conectados os transformadores de medida que são três (um para cada fase) e traduz para um sinal no DST (Dispositivo Supervisor do Transformador).

**TRANSFORMADOR DE MEDIDA:** realiza a medição da carga do transformador de separação.

**ANUNCIADOR DE ALARME E TESTE:** o anunciador deve ser montado dentro da sala cirúrgica e no posto de enfermagem conforme norma brasileira NBR13534. Características do anunciador Lâmpada sinalizadora verde para indicar operação normal; Lâmpada sinalizadora amarela para indicação que a resistência de isolamento atingiu o valor mínimo fixado. Não deve ser possível desligar ou desconectar esta lâmpada; Alarme audível para indicar quando a resistência de isolamento atingir o valor mínimo fixado. O sinal pode ser silenciado temporariamente, mas não deve ser possível cancelá-lo; Indicação de sobrecarga e sobretemperatura.

Referência Sistema BENDER, SCHNEIDER ou similar com equivalência técnica. O sistema de IT médico, deve contemplar no mínimo os seguintes itens 01 transformador de separação 220/127V 5Kva; 01 transformador de separação 220/220V 3Kva; 01 sensor de temperatura; 01 dispositivo supervisor de isolamento e do transformador; 01 transformador de corrente secundária; 01 anunciador de alarme e teste com sinalização luminosa e alarme audível; 01 quadro de distribuição de supervisão elétrica; 01 centro de distribuição metálica;

#### **12.14. SISTEMA DE ILUMINAÇÃO**

Devem ser previstas luminárias para substituição do sistema existente. Serão substituídas apenas na região em que forem retiradas as placas para a montagem do sistema e nas salas máquinas de ar-condicionado, por luminárias retangulares de calha aberta. Na região das salas cirúrgicas as luminárias serão substituídas integralmente, por luminárias retangulares de calha fechada. Para as salas de máquinas serão utilizadas luminárias blindadas de formato oval. As luminárias e lâmpadas previstas em lista de quantidade são as descritas abaixo:

**LUMINÁRIA LED SOBREPOR TIPO ARANDELA ou PARA LÂMPADA LED E-27** - Para instalação de sobrepor como arandela, resistente ao tempo, gases, vapores não inflamáveis, ou atmosfera com umidade, constituída por: corpo e grade de proteção, em alumínio fundido, com acabamento em esmalte sintético branco; ligação por meio de entradas rosqueadas; refrator prismático em vidro alcalino (vidro boro-silicato), fixado por meio de grade, com junta vedadora.

**LUMINÁRIA LED RETANGULAR DE EMBUTIR COM DIFUSOR LEITOSO** - Luminária retangular de embutir tipo calha, com corpo e refletor em chapa de aço tratada com acabamento em pintura eletrostática na cor branca; difusor plano em acrílico leitoso; equipada com porta-lâmpada antivibratório em policarbonato com trava de segurança e proteção contra aquecimento nos contatos, para duas lâmpadas T8 Led tubular de 120cm;

## LEITOS



**Figura 2 - Fotos dos leitos existentes na UTI do 4º pavimento.**



**Figura 3 - Detalhe das divisórias dos leitos em vidro, alumínio e persianas embutida.**



**Figura 4 - Detalhe das divisórias dos leitos em vidro, alumínio e persianas embutida**



**Figura 5 - Detalhe da pia em granito para os leitos.**



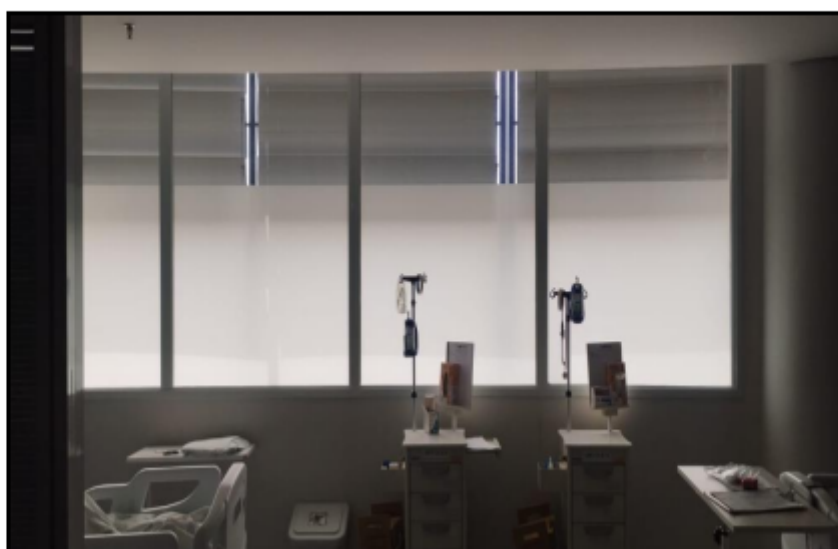
**Figura 6 - ponto de água e esgoto para equipamento de hemodiálise.**



**Figura 7 - detalhe da formica e bata maca instalado nos corredores**



**Figura 8 - Detalhe das portas brancas com bordas em inox.**



**Figura 9 - Detalhe das janelas e película filme para área externa.**

#### **14. PRAZO**

A Contratada deverá acompanhar rigorosamente o cronograma da execução do serviço, ficando responsável por quaisquer atrasos decorrentes da execução das instalações.

#### **15. GARANTIA DO SERVIÇO DE READEQUAÇÃO**

Pelo prazo de cinco anos a Contratada ficará responsável pelo aparecimento de qualquer defeito decorrente da execução dos serviços ou qualidade dos materiais empregados, e de no mínimo um ano sobre equipamentos.

Ficam ressalvados, entretanto, os casos em que os defeitos provenham do uso impróprio das instalações ou desgaste natural dos materiais.

#### **16. LIMPEZA FINAL DO SERVIÇO E INSTALAÇÕES**

Refere-se à limpeza permanente do canteiro. Prevê-se uma equipe mínima de 1 (um) servente com dedicação exclusiva e caçamba para entulhos. A área de trabalho deverá ser limpa pelo menos uma vez ao dia, devendo ser instalados containers específicos para o uso de entulhos, em local acordado com a FISCALIZAÇÃO.

Os containers com entulhos deverão ser periodicamente removidos do canteiro e encaminhados às áreas de deposição liberadas pelo

órgão regional competente.

O serviço deverá ser entregue em perfeito estado de arrumação e limpeza e todas as instalações deverão apresentar funcionamento perfeito de forma a permitir imediata ocupação e operação (arrumamento, pátio, estacionamento etc.). Todos os andaimes, entulhos, lixo, etc., deverão ser removidos do local.

Deverão ser lavados convenientemente todos os pisos, azulejos, vidros, ferragens, metais, devendo ser removidos quaisquer vestígios de tintas, manchas ou argamassas.

É terminantemente proibido o uso de ácido muriático para lavagem de piso cerâmico, azulejos, calçadas em concreto e peças de ferro/metálicas.

## 17. MATERIAL DE APOIO

Para elaborar este memorial foi como referência e descrição o “Memorial Descritivo UTI 4o ANDAR R05” da reforma da UTI no 4o pavimento desta unidade hospitalar, a fim de manter o padrão existente executado na unidade.

Arq Camilo Chingotte  
Assessor Técnico III  
CGA/GTE

Eng Nathalia Ribeiro  
Assessor Técnico III  
CGA/GTE

Maria Cristina de O. Jotten  
Diretor Técnico III  
CGA/GTE

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

*[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: O valor estimado da contratação sera de acordo com as estimativas de preço ofertada no mercado, seguindo as licitações vigentes.]*

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Devido às realizações ocorrerem mensalmente, os serviços serão entregues conforme as medições previamente estabelecidas no cronograma físico-financeiro.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há contratações correlatas e/ou interdependentes com o objeto da contratação pretendida a informar, seja já realizada ou futura. Não haverá contratações Correlatas.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação está alinhada com os instrumentos de planejamento institucional, especialmente no que se refere à ampliação do acesso e à qualificação da atenção hospitalar, conforme previsto no Plano de Trabalho da Unidade e nas diretrizes estabelecidas pelo Plano Estadual de Saúde e demais normativas do SUS.

11.2. A abertura de 10 (dez) novos leitos de UTI adulto contribui diretamente para o cumprimento das metas assistenciais pactuadas, reforçando a capacidade de resposta da Unidade Hospitalar frente à crescente demanda por cuidados intensivos. Tal medida também atende aos princípios de universalidade, integralidade e equidade no atendimento à saúde pública, além de fortalecer a regionalização da atenção hospitalar, garantindo suporte adequado à população da área de abrangência da Unidade.



12. Obrigações do Contratante

- 12.1. Executar, sempre que julgar necessário a supervisão técnica e administrativa dos serviços, bem como manter registro em livro próprio de ocorrências e eventuais irregularidades com prestação dos serviços constantes do presente, fiscalizando seu fiel cumprimento
- 12.2. Fornecer as rotinas dos serviços a serem executados;
- 12.3. A contratante, no interesse dos serviços, exigirá a substituição imediata de funcionários da contratada que praticarem atos lesivos aos interesses da administração;
- 12.4. Facilitar por todos seus meios, o exercício das funções da contratada assegurando livre acesso da mesma, às suas instalações, desde que devidamente identificadas, a todos os locais onde se fizerem necessários seus serviços, promovendo o bom relacionamento e entendimento entre seus funcionários e a contratada, cumprindo as obrigações estabelecidas neste projeto básico;
- 12.5. Fiscalizar o bom atendimento do serviço contratado e prestado pela Contratada, através da Diretoria de Manutenção Predial, podendo realizar avaliações periódicas e adequadas aos procedimentos utilizados na execução dos serviços, notificando imediatamente e por escrito qualquer problema ou irregularidade encontrada;
- 12.6. Prestar à Contratada informações e esclarecimentos que eventualmente venham solicitar e digam respeito à natureza dos serviços que tenham a executar, esclarecendo sobre as circunstâncias em que foram observadas as irregularidades;
- 12.7. Sempre que necessário, a Contratante poderá solicitar serviços extraordinários não previstos neste contrato, desde que relacionado com o objeto deste;
- 12.8. Comunicar à Contratada qualquer irregularidade detectada nos serviços.

13. Obrigações da Contratada

- 13.1. Na execução dos serviços contratar mão-de-obra tecnicamente qualificada e observar a boa técnica, especificações do projeto e normas de segurança. Fornecer a seus técnicos e funcionários todas as ferramentas, instrumentos e equipamentos de proteção individual e coletiva necessários à execução dos serviços.
- 13.2. Obedecer sempre às recomendações dos fabricantes e as normas técnicas quando da aplicação de materiais industrializados e de emprego especial, responsabilizando-se pela técnica e os ônus decorrentes da má aplicação dos mesmos. Fornecer aos funcionários uniformes e identificação, devendo ser encaminhado para a fiscalização da contratante previamente ao início dos trabalhos, a relação dos mesmos para emissão da autorização de entrada nas dependências da Unidade.
- 13.3. Arcar com as despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro contra acidentes pessoais e a terceiros e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus funcionários ou subcontratados, uma vez que os mesmos não possuem nenhum vínculo empregatício com o Contratante.
- 13.4. Observar as leis, regulamentos e posturas referentes ao serviço e à segurança de seus funcionários bem como aos usuários e funcionários do Unidade, obedecendo à melhor técnica vigente e enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos normativos do CREA, especialmente no que se refere à Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.
- 13.5. Apresentar garantia, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, sobre serviços e de no mínimo 1(um) ano sobre materiais (madeiramento, calhas, rufos, telhas, etc.), a partir da data do termo de entrega e recebimento definitivo do serviço, devendo refazer ou substituir por sua conta, sem ônus para o Cliente e Fiscalização, as partes que apresentarem defeitos ou vícios de execução, não oriunda de mau uso por parte da proprietária, sem prejuízo das Sanções legais.

14. Descritivo Sifisico e CATMAT

14.1. SIAFÍSICO 216500

| SIAFÍSICO | DESCRITICO/ESPECIFICAÇÃO   |
|-----------|--|
| 216500    | Serviço de Adaptações, reparos, reformas, instalação Em Obras Cívis-agrupamento de Preços Unitários para Pregão Eletrônico - Serviço de adaptações, reparos, reforma, instalação em obras civis-agrupamento de preços unitários para pregão eletrônico |

14.1.1 CADMAT 19224

|  |
|--|
|  |
|--|

| CADMAT | DESCRIPTICO/ESPECIFICAÇÃO                   |
|--------|---|
| 19224  | Construção / Manutenção / Reforma - Telhado |

15. Vistoria Prévia

15.1. Com o objetivo de permitir o correto dimensionamento e a adequada elaboração das propostas, **fica facultada aos licitantes a realização de vistoria técnica prévia** nas instalações onde serão implantados os produtos e serviços associados à presente aquisição.

A vistoria deverá ser agendada previamente e será acompanhada por servidor designado do Serviço de Manutenção e/ou do Serviço de Infraestrutura. O atendimento ocorrerá **de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 16h00**, em dias úteis.

O **prazo para realização das vistorias terá início no primeiro dia útil subsequente à publicação do Edital**, encerrando-se **no último dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública**.

Para a realização da vistoria, o licitante — ou seu representante legal — deverá apresentar:

- Documento de identificação civil com foto;
- Documento oficial emitido pela empresa, que comprove a habilitação do representante para realizar a vistoria em seu nome.

**Informações adicionais poderão ser obtidas junto ao Serviço de Manutenção Geral do H.R.F.V., pelos telefones (11) 4674-8458 / 8499 ou (11) 4674-8447.**

Ressalta-se que a **não realização da vistoria, por ser facultativa, não poderá ser utilizada posteriormente como justificativa para alegações de desconhecimento das condições locais, dúvidas ou omissões relativas à execução dos serviços**. A empresa adjudicatária deverá assumir total responsabilidade pelos ônus decorrentes do fiel cumprimento do objeto contratado.

A licitante deverá declarar, nos termos do edital, que tomou conhecimento de todas as informações necessárias e das condições locais para a execução dos serviços, conforme exigido no instrumento convocatório.

16. Cronograma Físico Financeiro

16.1. As medições para as realizações serão mensais, mediante os serviços realizados após aprovação da equipe de fiscalização, conforme tabela abaixo :

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

CRONOGRAMA

|          |   |
|----------|---|
| Serviço: | Obras de reforma da UTI do Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos |
| Local    | Rua Princesa Isabel, nº 270 - Vila Correa                             |

| ITEM  | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS                        | VLR TOTAL | MÊS 01 | MÊS 02 | MÊS 03 | MÊS 04 | MÊS 05 | MÊS 06 |
|-------|---|-----------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| 01.00 | SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO                 |           |        |        |        |        |        |        |
|       |   |           |        |        |        |        |        |        |
| 02.00 | INÍCIO, APOIO E ADMINISTRAÇÃO DA OBRA         |           |        |        |        |        |        |        |
|       |   |           |        |        |        |        |        |        |
| 03.00 | DEMOLIÇÕES, RETIRADAS E REMOÇÕES              |           |        |        |        |        |        |        |
|       |   |           |        |        |        |        |        |        |
| 04.00 | ALVENARIAS E ELEMENTOS DIVISORES              |           |        |        |        |        |        |        |
|       |   |           |        |        |        |        |        |        |
| 05.00 | REVESTIMENTOS                                 |           |        |        |        |        |        |        |
|       |   |           |        |        |        |        |        |        |
| 06.00 | FORRO, BRISE E FACHADA                        |           |        |        |        |        |        |        |
|       |   |           |        |        |        |        |        |        |
| 07.00 | ESQUADRIA, MARCENARIA E ELEMENTO EM MADEIRA   |           |        |        |        |        |        |        |
|       |   |           |        |        |        |        |        |        |
| 08.00 | ESQUADRIA, SERRALHERIA E ELEMENTO EM ALUMINIO |           |        |        |        |        |        |        |
|       |   |           |        |        |        |        |        |        |
| 09.00 | ESQUADRIA E ELEMENTO EM VIDRO                 |           |        |        |        |        |        |        |
|       |   |           |        |        |        |        |        |        |
| 10.00 | ESQUADRIA E ELEMENTO EM MATERIAL ESPECIAL     |           |        |        |        |        |        |        |
|       |   |           |        |        |        |        |        |        |
|       |   |           |        |        |        |        |        |        |

|       |   |        |  |  |  |  |  |  |
|-------|---|--------|--|--|--|--|--|--|
| 11.00 | FERRAGEM COMPLEMENTAR PARA ESQUADRIAS                       |        |  |  |  |  |  |  |
|       |   |        |  |  |  |  |  |  |
| 12.00 | IMPERMEABILIZACAO, PROTECAO E JUNTA                         |        |  |  |  |  |  |  |
|       |   |        |  |  |  |  |  |  |
| 13.00 | PINTURA   |        |  |  |  |  |  |  |
|       |   |        |  |  |  |  |  |  |
| 14.00 | INST. ELÉTRICAS, TELEFONIA E SISTEMAS ELETRÔNICOS           |        |  |  |  |  |  |  |
|       |   |        |  |  |  |  |  |  |
| 15.00 | INST. HIDRÁULICAS, INCÊNDIO E GASES MEDICINAIS              |        |  |  |  |  |  |  |
|       |   |        |  |  |  |  |  |  |
| 16.00 | CLIMATIZAÇÃO  |        |  |  |  |  |  |  |
|       |   |        |  |  |  |  |  |  |
| 17.00 | SINALIZACAO E COMUNICACAO VISUAL                            |        |  |  |  |  |  |  |
|       |   |        |  |  |  |  |  |  |
| 18.00 | LIMPEZA E ARREMATE  |        |  |  |  |  |  |  |
|       |   |        |  |  |  |  |  |  |
| 19.00 | Administração local (Acórdão N° 2622/2013 - TCU - Plenário) |        |  |  |  |  |  |  |
|       |   |        |  |  |  |  |  |  |
|       | SUBTOTAL DO EMPREENDIMENTO                                  |        |  |  |  |  |  |  |
|       | BDI   | 19,99% |  |  |  |  |  |  |
|       | PREÇO TOTAL DO EMPREENDIMENTO                               |        |  |  |  |  |  |  |
|       |   |        |  |  |  |  |  |  |
|       |   |        |  |  |  |  |  |  |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|

## 17. Benefícios a serem alcançados com a contratação

17.1. Com a abertura dos 10 (dez) novos leitos de UTI adulto, espera-se alcançar os seguintes resultados:

- **Ampliação da capacidade de atendimento** em terapia intensiva adulto, atendendo de forma adequada à crescente demanda da população da região.
- **Redução do tempo de espera** para internações em UTI adulto, garantindo maior rapidez no acesso ao tratamento intensivo.
- **Melhoria na qualidade do atendimento** e nos desfechos clínicos dos pacientes críticos, com suporte adequado e humanizado.
- **Diminuição da sobrecarga da equipe e dos recursos existentes**, permitindo maior eficiência operacional e melhor gestão dos leitos.
- **Fortalecimento da rede de atenção à saúde** da região, contribuindo para a regionalização e descentralização dos serviços de alta complexidade.
- **Atendimento em conformidade com os parâmetros de regulação do SUS**, garantindo integralidade e equidade no acesso aos serviços de saúde.

17.2. Esses resultados contribuem diretamente para a melhoria dos indicadores hospitalares, o aumento da satisfação dos usuários e o cumprimento das metas institucionais e das políticas públicas de saúde.

## 18. Providências a serem Adotadas

18.1. Acompanhamento e fiscalização dos serviços a serem realizados. Deve ser avaliada cuidadosamente cada etapa de execução dos serviços e verificada à competência técnica dos integrantes da empresa responsáveis por cada procedimento, a fim de evitar acidentes e danos.

Também não há necessidade de adequação das instalações, tendo em vista que toda retirada e destinação dos elementos a serem retirados ficará a cargo da empresa contratada.

## 19. Possíveis Impactos Ambientais

19.1. Não há riscos ambientais, visto que trata-se de correias de transmissão, toda geração de resíduos durante as instalações trata-se de embalagens, que prioritariamente devem ir para reuso e reciclagem. A aquisição não terá impactos ambientais.

## 20. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 20.1. Justificativa da Viabilidade

Tendo em vista os elementos expostos neste instrumento, declaramos a viabilidade e a razoabilidade da contratação.

## 21. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JOAO ROBERTO DE BARROS**

Diretor I



*Assinou eletronicamente em 16/04/2026 às 13:51:35.*

**FABIO RODRIGUES LISBOA**

Diretor Enfermagem



*Assinou eletronicamente em 16/04/2026 às 14:52:26.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - HFV - UTI TÉRREO\_Reforma Set. 2025.pdf (2.05 MB)
- Anexo II - CDHU 198\_PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - HFV - UTI TERREO.pdf (1.23 MB)



TABELA DE ACABAMENTOS

PISO

- 1 PORCELANATO RETIFICADO, MASSA ÚNICA, 60X60CM, LINHA MINERAL, COM ACABAMENTO FOSCO, COR NUDE, REF. 22279E, DA PORTOBELLO OU EQUIVALENTE.
- 2 PISO VINÍLICO EM MANTA HOMOGÊNEO, COR SPQ-01 WHITE DUST, CLASSE USO COMERCIAL, ESPESSURA 2MM, COM IMPERMEABILIZANTE ACRÍLICO. MARCA RESPONSIVE - TIPO SPICA RQ HOMOGENEOUS: NON-DIRECTIONAL - PHTHALATE FREE

RODAPÉ

- RODAPÉ MESMO DO PISO - H=20 cm DE ALTURA

PAREDE

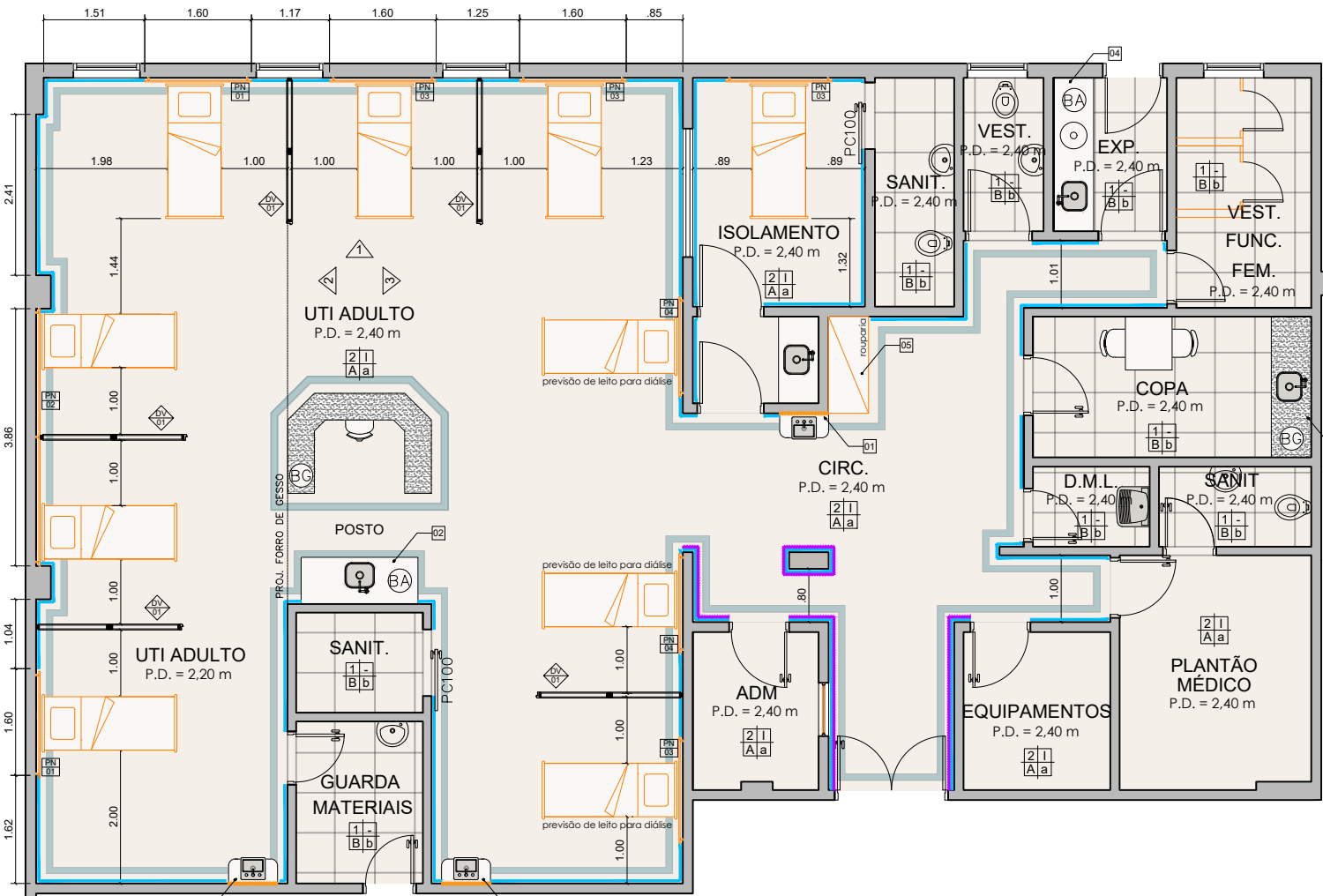
- A PINTURA TINTA ACRÍLICA ALGODÃO EGÍPCIO/CÓDIGO = F100/MARCA = CORAL ACRÍLICO PREMIUM SUPER LAVÁVEL ANTIMANCHAS
- B REVESTIMENTO WHITE PLAIN MATTE, LINHA CLEAN DA PORTINARI - 30 CM X 60 CM, OU RIGOROSAMENTE SIMILAR.

TETO

- a FORRO DE GESSO ACARTONADO COM PINTURA LATEX PVA - ALGODÃO EGÍPCIO, CORAL ACRÍLICO PREMIUM SUPER LAVÁVEL ANTI MANCHAS, OU RIGOROSAMENTE EQUIVALENTE.
- b FORRO DE GESSO ACARTONADO PARA ÁREAS ÚMIDAS COM PINTURA LATEX PVA - ALGODÃO EGÍPCIO, CORAL ACRÍLICO PREMIUM SUPER LAVÁVEL ANTI MANCHAS, OU RIGOROSAMENTE EQUIVALENTE.

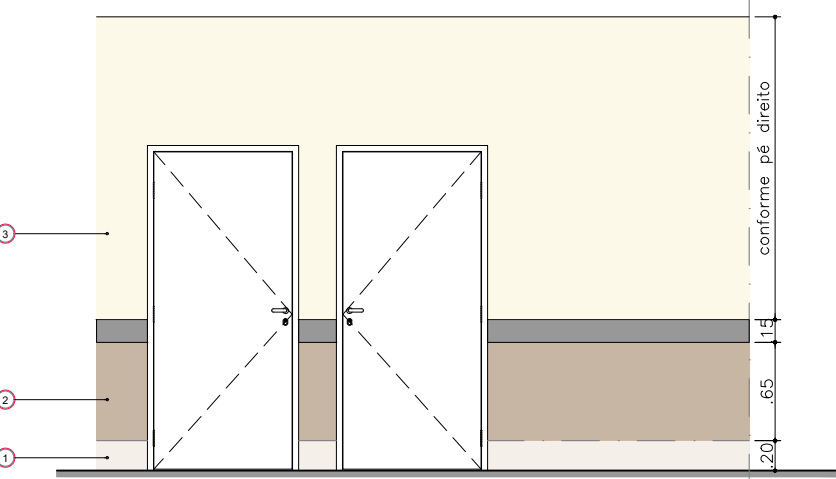
LEGENDA

- ALVENARIA
- PISO VINÍLICO EM MANTA HOMOGÊNEO, COR SP-16 VERDE CLARO - MARCA RESPONSIVE - TIPO SPICA RQ HOMOGENEOUS: NON-DIRECTIONAL - PHTHALATE FREE
- BATE-MACAS TIPO CORRIMÃO
- PROTECTOR DE PAREDE DO PISO ATÉ 1,00 M COM REVEST. EM LAMINADO MELAMÍNICO - COR CARVALHO NATURE, ACABAMENTO TEXTURIZADO
- REVESTIMENTO EM LAMINADO MELAMÍNICO SO PIA / PISO ATÉ O FORRO
- DIV DIVISÓRIA EM ALUMÍNIO ELETROSTÁTICO NA COR BRANCA, COM VIDRO LAMINADO E PERSIANA EMBUTIDA
- BG BANCADA DE GRANITO
- BA BANCADA DE ALUMÍNIO



PLANTA LAYOUT UTI ADULTO  
ESC.: 1/100

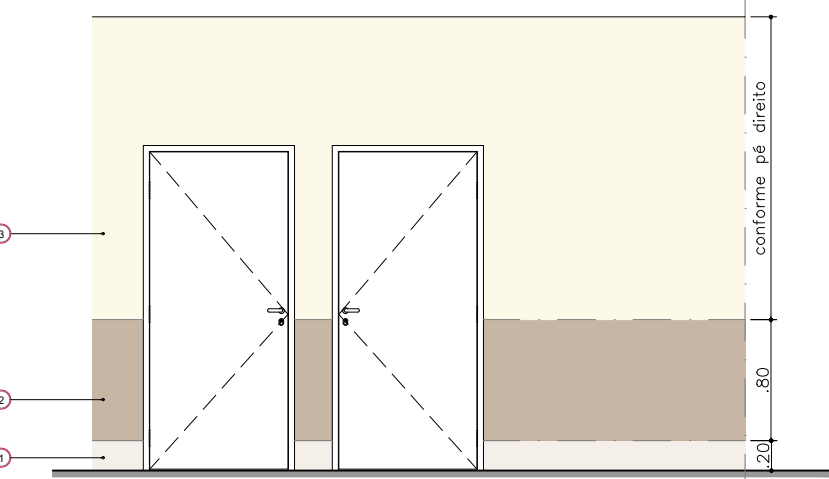
REVESTIMENTO EM LAMINADO DO PISO AO BATE-MACAS



ELEVAÇÃO GÊNÉRICA CIRCULAÇÃO  
ESC.: 1/50

- 1 RODAPÉ MESMO MATERIAL DO PISO - H=20 cm DE ALTURA
- 2 DO PISO ATÉ 1,0m ACAB. COM REVEST. EM LAMINADO MELAMÍNICO - COR CARVALHO NATURE, ACABAMENTO TEXTURIZADO
- 3 DO BATE MACAS AO FORRO PINTURA ACRÍLICA HOSPITALAR SOBRE MASSA ACRÍLICA

REVESTIMENTO EM LAMINADO DO PISO ATÉ 1,0m

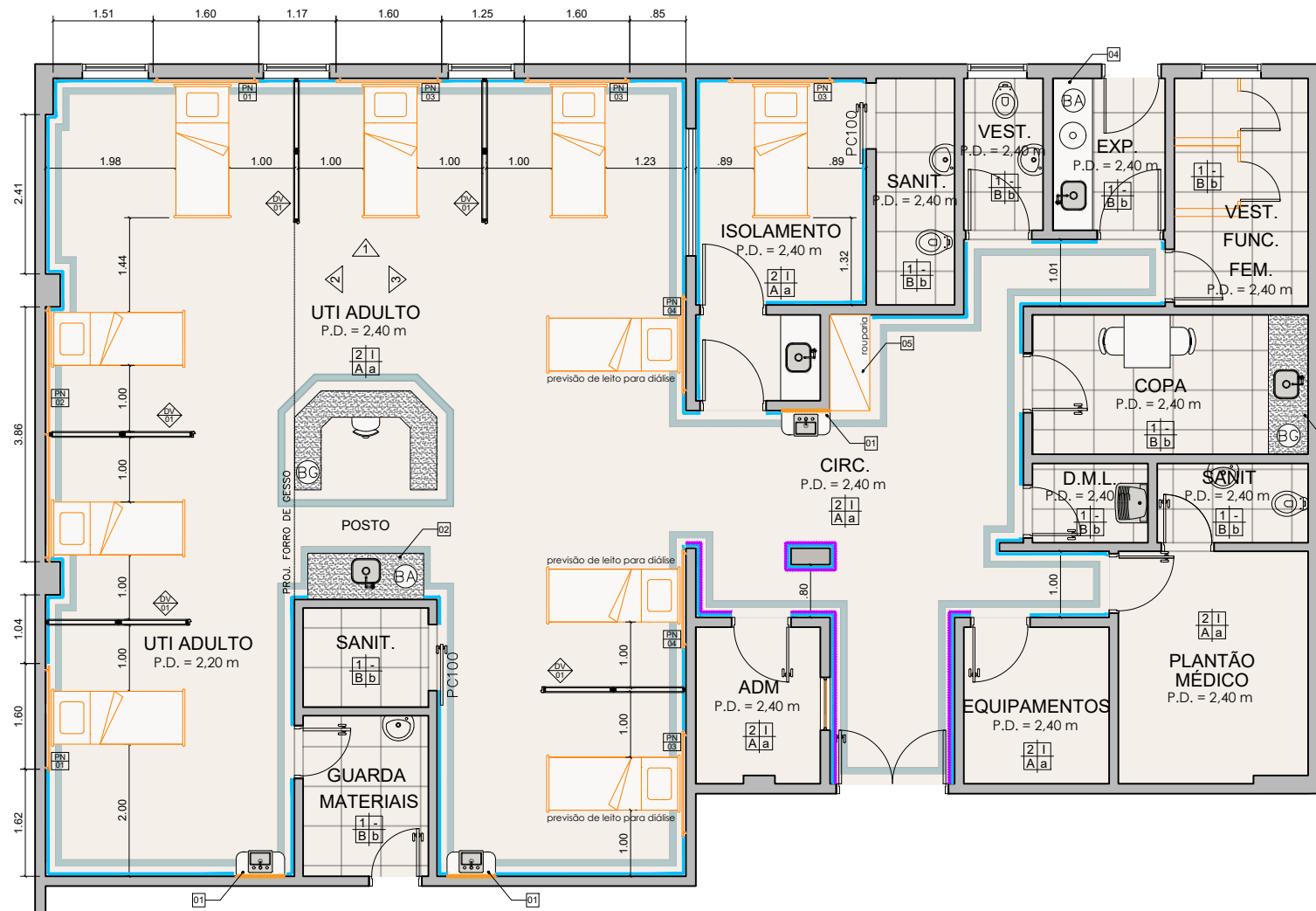


ELEVAÇÃO GÊNÉRICA CIRCULAÇÃO  
ESC.: 1/50

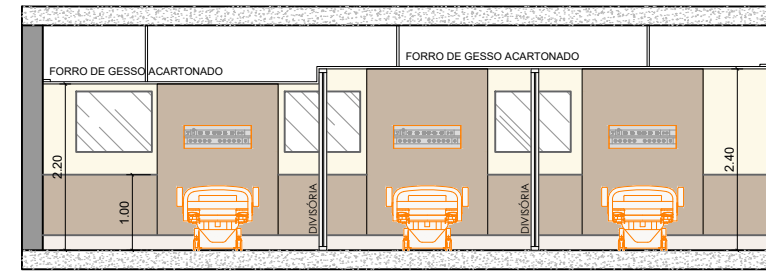
- 1 RODAPÉ MESMO MATERIAL DO PISO - H=20 cm DE ALTURA
- 2 DO PISO ATÉ 1,0m ACAB. COM REVEST. EM LAMINADO MELAMÍNICO - COR CARVALHO NATURE, ACABAMENTO TEXTURIZADO
- 3 DO BATE MACAS AO FORRO PINTURA ACRÍLICA HOSPITALAR SOBRE MASSA ACRÍLICA

|       |   |
|-------|---|
| NOTAS |   |
| 1.    | CONFERIR MEDIDAS NO LOCAL               |
| 2.    | MEDIDAS EM METRO, EXCETO ONDE INDICADO. |
| 3.    | AS ALVENARIAS SERÃO COTADAS NO OSSO.    |
| 4.    |   |
| 5.    |   |
| 6.    |   |
| 7.    |   |
| 8.    |   |
| 9.    |   |
| 10.   |   |
| 11.   |   |

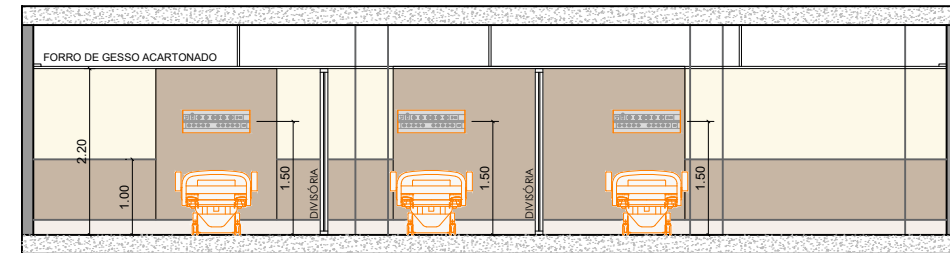
|   |  |  |  |
|---|--|--|--|
| GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO                    |  | SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE          |  |
| HOSP. REG. FERRAZ DE VASCONCELOS                  |  | RUA PRINCESA ISABEL, 270 - VILA CORREA |  |
| PLANTA PROPOSTA DE ARQUITETURA                    |  | PLANTA UTI ADULTO - LAYOUT             |  |
| PROJETO BÁSICO DE ARQUITETURA                     |  | H-033                                  |  |
| 217,45 m²   |  | INDICADA                               |  |
| HFV - UTI PEDIÁTRICA TERREO-REFORMA SET. 2023.DWG |  | ARQ/01                                 |  |
| Av. Dr. Enéas Carvalho de Aguiar, nº188, 3º andar |  | Tel. (11)3066 8660 Fax (11)3066 8482   |  |
| Arq. MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA GOMES JOTTEN      |  | Arq. JULIA CHANG                       |  |



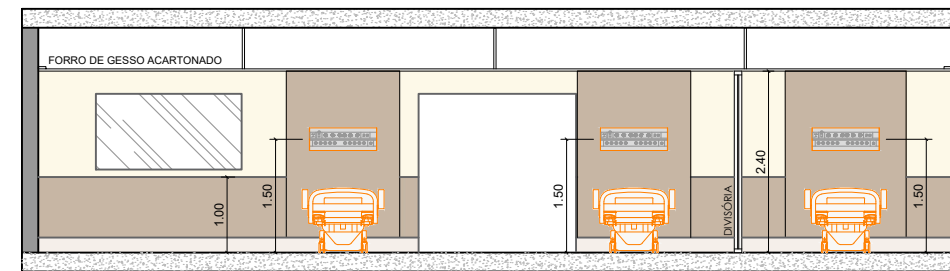
PLANTA LAYOUT UTI ADULTO  
ESC.: 1|100



VISTA 01  
ESC.: 1|100

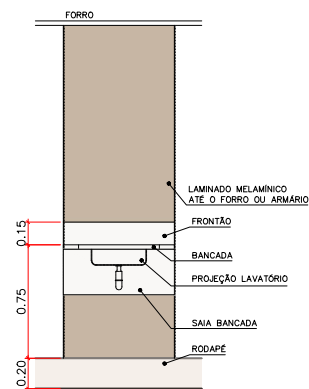


VISTA 02  
ESC.: 1|100

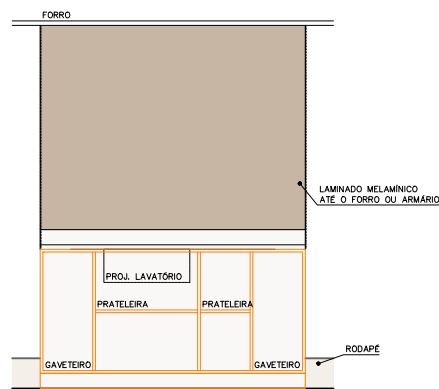


VISTA 03  
ESC.: 1|100

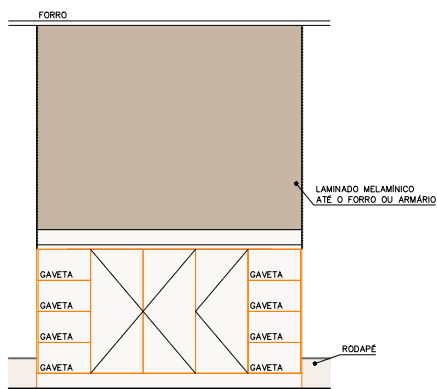
DV 01 DIVISÓRIA EM VIDRO DUPLO COM PERSIANA INTERNA  
QUANTIDADE: 05



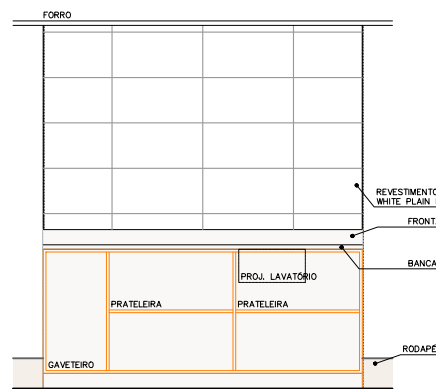
DETALHE 01  
ESCALA 1:50



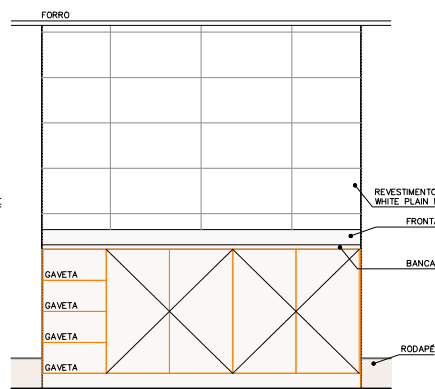
DETALHE 02 - MARCENARIA INTERNA  
ESCALA 1:50



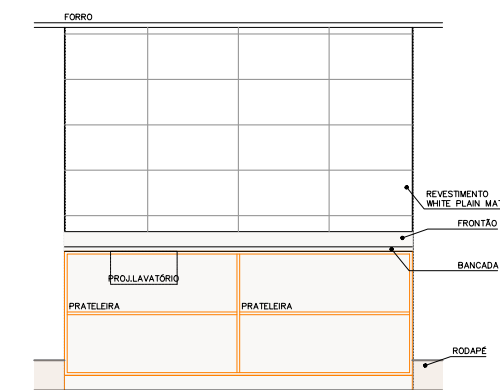
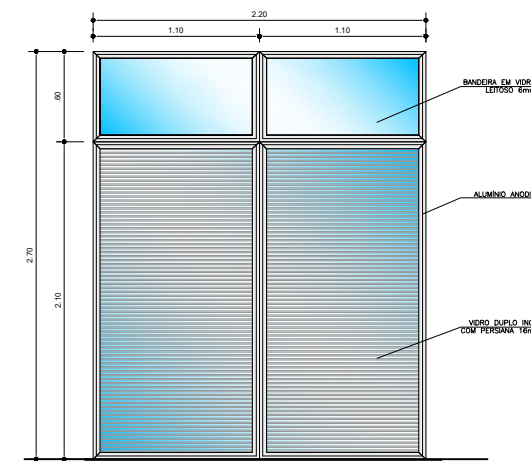
DETALHE 02 - MARCENARIA EXTERNA  
ESCALA 1:50



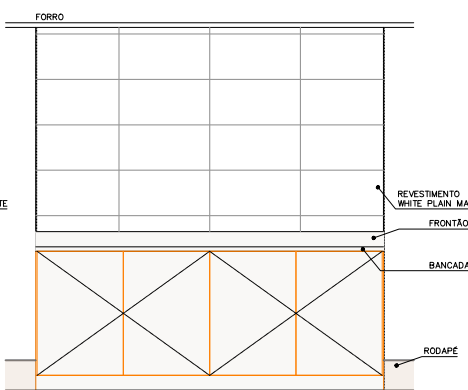
DETALHE 03 - MARCENARIA INTERNA  
ESCALA 1:50



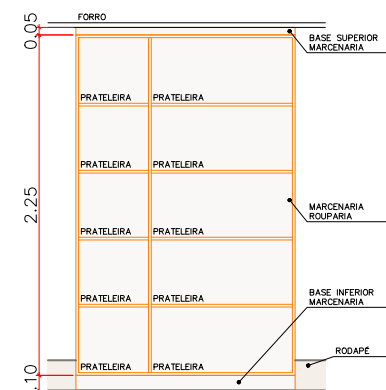
DETALHE 03 - MARCENARIA EXTERNA  
ESCALA 1:50



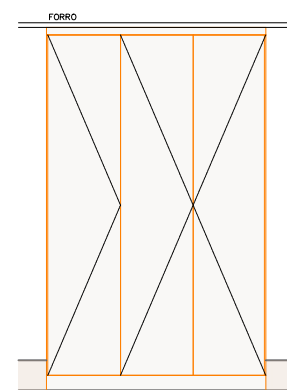
DETALHE 04 - MARCENARIA INTERNA  
ESCALA 1:50



DETALHE 04 - MARCENARIA EXTERNA  
ESCALA 1:50



DETALHE 05 - MARCENARIA INTERNA  
ESCALA 1:50



DETALHE 05 - MARCENARIA EXTERNA  
ESCALA 1:50

#### NOTAS

1. CONFERIR MEDIDAS NO LOCAL
2. MEDIDAS EM METRO, EXCETO ONDE INDICADO.
3. AS ALVENARIAS SERÃO COTADAS NO OSSO.
- 4.
- 5.
- 6.
- 7.
- 8.
- 9.
- 10.
- 11.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Secretaria de Estado da Saúde

GRUPO TÉCNICO  
DE EDIFICAÇÕES

Av. Dr. Enéas Carvalho de Aguiar, nº188, 3º andar  
São Paulo-SP Cep: 05403-1000  
Tel. (11)3066 8660 Fax (11)3066 8482

DIRETOR DO SET  
Arq. MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA GOMES JOTTEN  
PROJETO DO PROJETO  
Arq. JULIA CHANG

UNIDADE  
HOSP. REG. FERRAZ DE VASCONCELOS  
RUA PRINCESA ISABEL, 270 - VILA CORREA

PLANTA PROPOSTA DE ARQUITETURA  
PLANTA UTI ADULTO - LAYOUT

PROJETO BÁSICO DE ARQUITETURA  
H-033

217,45 m²  
H-033

REV. DESCRIÇÃO  
RESPONSÁVEL  
DATA



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

**PLANILHA ORÇAMENTARIA**

**Obra:** Obras de reforma da UTI do Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos  
**Local:** Rua Princesa Isabel, nº 270 - Vila Correa

| ITEM         | FONTE      | CÓDIGO    | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS   | UNID  | QTDE   | VLR UNIT | VLR TOTAL |
|--------------|------------|-----------|--|-------|--------|----------|-----------|
| <b>01.00</b> |            |           | <b>SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO</b>   |       |        |          |           |
| 01.01        | CDHU       | 01.17.031 | Projeto executivo de arquitetura em formato A1   | UN    | 5,00   |          |           |
| 01.02        | CDHU       | 01.17.051 | Projeto executivo de estrutura em formato A1   | UN    | 2,00   |          |           |
| 01.03        | CDHU       | 01.17.071 | Projeto executivo de instalações hidráulicas em formato A1   | UN    | 5,00   |          |           |
| 01.05        | CDHU       | 01.17.111 | Projeto executivo de instalações elétricas em formato A1   | UN    | 5,00   |          |           |
| 01.07        | CDHU       | 01.17.151 | Projeto executivo de climatização em formato A1  | UN    | 5,00   |          |           |
| 01.09        | Composição | Com001    | Projeto ASBUILT/Data book para obras de construção e/ou reforma, bem como Manual do Edifício Hospitalar  | cj    | 1,00   |          |           |
| <b>02.00</b> |            |           | <b>INÍCIO, APOIO E ADMINISTRAÇÃO DA OBRA</b>   |       |        |          |           |
| 02.01        | CDHU       | 02.03.110 | Tapume móvel para fechamento de áreas  | M2    | 30,00  |          |           |
| 02.02        | CDHU       | 02.05.202 | Andaime torre metálico (1,5 x 1,5 m) com piso metálico   | MXMES | 100,00 |          |           |
| 02.03        | CDHU       | 02.08.020 | Placa de identificação para obra   | M2    | 24,00  |          |           |
| <b>03.00</b> |            |           | <b>DEMOLIÇÕES, RETIRADAS E REMOÇÕES</b>  |       |        |          |           |
| 03.01        | CDHU       | 03.01.020 | Demolição manual de concreto simples   | M3    | 10,00  |          |           |
| 03.02        | CDHU       | 03.01.040 | Demolição manual de concreto armado  | M3    | 3,00   |          |           |
| 03.03        | CDHU       | 03.02.040 | Demolição manual de alvenaria de elevação ou elemento vazado, incluindo revestimento   | M3    | 5,00   |          |           |
| 03.04        | CDHU       | 03.03.020 | Apicoamento manual de piso, parede ou teto   | M2    | 90,00  |          |           |
| 03.05        | CDHU       | 03.03.040 | Demolição manual de revestimento em massa de parede ou teto  | M2    | 20,00  |          |           |
| 03.06        | CDHU       | 03.03.060 | Demolição manual de revestimento em massa de piso  | M2    | 230,91 |          |           |
| 03.07        | CDHU       | 03.04.020 | Demolição manual de revestimento cerâmico, incluindo a base  | M2    | 218,58 |          |           |
| 03.08        | CDHU       | 03.08.040 | Demolição manual de forro qualquer, inclusive sistema de fixação/tarugamento   | M2    | 100,00 |          |           |
| 03.09        | CDHU       | 03.09.020 | Demolição manual de camada impermeabilizante   | M2    | 170,41 |          |           |
| 03.10        | CDHU       | 04.08.020 | Retirada de folha de esquadria em madeira  | UN    | 16,00  |          |           |
| 03.11        | CDHU       | 04.09.020 | Retirada de esquadria metálica em geral  | M2    | 3,00   |          |           |
| 03.12        | CDHU       | 04.09.060 | Retirada de batente, corrimão ou peças lineares metálicas, chumbados   | M     | 6,00   |          |           |
| 03.13        | CDHU       | 04.11.020 | Retirada de aparelho sanitário incluindo acessórios  | UN    | 6,00   |          |           |
| 03.14        | CDHU       | 04.11.080 | Retirada de registro ou válvula embutidos  | UN    | 10,00  |          |           |
| 03.15        | CDHU       | 04.30.060 | Remoção de tubulação hidráulica em geral, incluindo conexões, caixas e ralos   | M     | 300,00 |          |           |
| 03.16        | CDHU       | 04.17.020 | Remoção de aparelho de iluminação ou projetor fixo em teto, piso ou parede   | UN    | 38,00  |          |           |
| 03.17        | CDHU       | 04.17.080 | Remoção de barramento de cobre   | M     | 5,00   |          |           |
| 03.18        | CDHU       | 04.17.100 | Remoção de base de disjuntor tipo QUIK-LAG   | UN    | 45,00  |          |           |
| 03.19        | CDHU       | 04.22.100 | Remoção de tubulação elétrica aparente com diâmetro externo acima de 50 mm   | M     | 50,00  |          |           |
| 03.20        | CDHU       | 04.22.120 | Remoção de tubulação elétrica embutida com diâmetro externo acima de 50 mm   | M     | 30,00  |          |           |
| 03.21        | CDHU       | 04.21.160 | Remoção de quadro de distribuição, chamada ou caixa de passagem  | M2    | 2,00   |          |           |
| 03.22        | CDHU       | 04.19.080 | Remoção de fundo de quadro de distribuição ou caixa de passagem  | M2    | 2,00   |          |           |
| 03.23        | CDHU       | 05.04.060 | Transporte manual horizontal e/ou vertical de entulho até o local de despejo - ensacado  | M3    | 50,00  |          |           |
| 03.24        | CDHU       | 05.07.050 | Remoção de entulho de obra com caçamba metálica - material volumoso e misturado por alvenaria, terra, madeira, papel, plástico e metal   | M3    | 50,00  |          |           |
| 03.25        | Composição | Com003    | Banco de madeira com encosto e pés em ferro fundido pintado  | UN    | 1,00   |          |           |
| <b>04.00</b> |            |           | <b>ALVENARIAS E ELEMENTOS DIVISORES</b>  |       |        |          |           |
| 04.01        | CDHU       | 14.04.210 | Alvenaria de bloco cerâmico de vedação de 14 cm  | M2    | 21,00  |          |           |
| 04.02        | CDHU       | 14.20.010 | Vergas, contravergas e pilaretes de concreto armado  | M3    | 21,00  |          |           |
| 04.03        | CDHU       | 14.30.070 | Divisória sanitária em painel laminado melamínico estrutural com perfis em alumínio, inclusive ferragem completa para vão de porta   | M2    | 21,00  |          |           |
| <b>05.00</b> |            |           | <b>REVESTIMENTOS</b>   |       |        |          |           |
| 05.01        | CDHU       | 17.01.020 | Argamassa de regularização e/ou proteção   | M3    | 10,00  |          |           |
| 05.02        | CDHU       | 17.01.060 | Regularização de piso com nata de cimento e adesivo de alto desempenho   | M2    | 174,21 |          |           |
| 05.03        | CDHU       | 17.02.020 | Chapisco   | M2    | 42,00  |          |           |
| 05.04        | CDHU       | 17.02.220 | Reboco   | M2    | 42,00  |          |           |
| 05.05        | CDHU       | 18.08.062 | Revestimento em porcelanato esmaltado polido para área interna e ambiente com tráfego médio, grupo de absorção B1a, assentado com argamassa colante industrializada, rejuntado | M2    | 41,19  |          |           |
| 05.06        | CDHU       | 19.01.022 | Revestimento em granito, espessura de 2 cm, acabamento polido  | M2    | 14,00  |          |           |
| 05.07        | CDHU       | 19.01.064 | Peitoril e/ou soleira em granito, espessura de 2 cm e largura de 21 cm até 30 cm, acabamento polido  | M     | 4,50   |          |           |
| 05.08        | CDHU       | 21.02.281 | Revestimento vinílico flexível em manta homogênea, espessura de 2 mm, com impermeabilizante acrílico   | M2    | 174,21 |          |           |
| 05.09        | CDHU       | 21.10.081 | Rodapé hospitalar flexível em PVC para piso vinílico, espessura de 2 mm e altura de 7,5 cm, com impermeabilizante acrílico   | M     | 102,00 |          |           |
| 05.10        | CDHU       | 18.11.042 | Revestimento em placa cerâmica esmaltada de 20x20 cm, tipo monocolor, assentado e rejuntado com argamassa industrializada  | M2    | 170,41 |          |           |
| 5.11         | CDHU       | 21.20.500 | Cantoneira em alumínio antiderrapante de 50 x 30 mm  | M     | 20,00  |          |           |
| <b>06.00</b> |            |           | <b>FORRO, BRISE E FACHADA</b>  |       |        |          |           |
| 06.01        | CDHU       | 22.02.030 | Forro em painéis de gesso acartonado, espessura de 12,5mm, fixo  | M2    | 230,91 |          |           |
| <b>07.00</b> |            |           | <b>ESQUADRIA, MARCENARIA E ELEMENTO EM MADEIRA</b>   |       |        |          |           |
| 07.01        | CDHU       | 23.04.600 | Porta em laminado fenólico melamínico com acabamento liso, batente metálico - 80 x 210 cm  | UN    | 9,00   |          |           |
| 07.02        | CDHU       | 23.04.610 | Porta em laminado fenólico melamínico com acabamento liso, batente metálico - 90 x 210 cm  | UN    | 6,00   |          |           |

|              |      |           |   |    |          |  |  |
|--------------|------|-----------|---|----|----------|--|--|
| 07.03        | CDHU | 23.04.620 | Porta em laminado fenólico melamínico com acabamento liso, batente metálico - 120 x 210 cm                                    | UN | 1,00     |  |  |
| 07.04        | CDHU | 23.08.040 | Armário/gabinete embutido em MDF sob medida, revestido em laminado melamínico, com portas e prateleiras                       | M2 | 10,00    |  |  |
| 07.05        | CDHU | 23.08.060 | Tampo sob medida em compensado, revestido na face superior em laminado fenólico melamínico                                    | M2 | 5,40     |  |  |
| 07.06        | CDHU | 23.08.100 | Armário tipo prateleira com subdivisão em compensado, revestido totalmente em laminado fenólico melamínico                    | M2 | 12,00    |  |  |
| <b>08.00</b> |      |           | <b>ESQUADRIA, SERRALHERIA E ELEMENTO EM ALUMÍNIO</b>  |    |          |  |  |
| 08.01        | CDHU | 25.01.020 | Caixilho em alumínio fixo, sob medida   | M2 | 3,00     |  |  |
| 08.02        | CDHU | 25.01.470 | Caixilho fixo tipo veneziana em alumínio anodizado, sob medida - branco   | M2 | 3,00     |  |  |
| 08.03        | CDHU | 25.02.040 | Porta de entrada de correr em alumínio, sob medida  | M2 | 2,50     |  |  |
| <b>09.00</b> |      |           | <b>ESQUADRIA E ELEMENTO EM VIDRO</b>  |    |          |  |  |
| 09.01        | CDHU | 26.02.040 | Vidro temperado incolor de 8 mm   | M2 | 3,60     |  |  |
| 09.02        | CDHU | 26.04.010 | Espelho em vidro cristal liso, espessura de 4 mm  | M2 | 4,00     |  |  |
| 09.03        | CDHU | 32.06.231 | Película de controle solar refletiva na cor prata, aplicado em vidros   | M2 | 3,60     |  |  |
| 09.04        | CDHU | 26.03.300 | Vidro laminado temperado incolor de 16 mm   | M2 | 58,00    |  |  |
| <b>10.00</b> |      |           | <b>ESQUADRIA E ELEMENTO EM MATERIAL ESPECIAL</b>  |    |          |  |  |
| 10.01        | CDHU | 27.04.040 | Corrimão, bate-maca ou protetor de parede em PVC, com amortecimento à impacto   | M  | 30,00    |  |  |
| 10.02        | CDHU | 27.04.052 | Cantoneira adesiva em vinil de alto impacto   | M  | 42,00    |  |  |
| 10.03        | CDHU | 21.07.010 | Revestimento em laminado melamínico dissipativo   | M2 | 69,60    |  |  |
| 10.04        | CDHU | 23.08.060 | Tampo sob medida em compensado, revestido na face superior em laminado fenólico melamínico                                    | M2 | 35,57    |  |  |
| 10.05        | CDHU | 24.02.056 | Porta corta-fogo classe P.120 de 80 x 210 cm, com uma folha de abrir, completa  | UN | 4,00     |  |  |
| <b>11.00</b> |      |           | <b>FERRAGEM COMPLEMENTAR PARA ESQUADRIAS</b>  |    |          |  |  |
| 11.01        | CDHU | 28.01.020 | Ferragem completa com maçaneta tipo alavanca, para porta externa com 1 folha  | CJ | 14,00    |  |  |
| 11.02        | CDHU | 28.01.030 | Ferragem completa com maçaneta tipo alavanca, para porta externa com 2 folhas   | CJ | 1,00     |  |  |
| 11.03        | CDHU | 28.01.146 | Fechadura eletromagnética para capacidade de atraque de 150 kgf   | UN | 1,00     |  |  |
| 11.04        | CDHU | 28.01.171 | Mola aérea para porta, com esforço acima de 60 kg até 80 kg   | UN | 14,00    |  |  |
| 11.05        | CDHU | 28.20.600 | Fechadura de centro com cilindro para porta em vidro temperado  | UN | 1,00     |  |  |
| 11.06        | CDHU | 28.20.650 | Puxador duplo em aço inoxidável, para porta de madeira, alumínio ou vidro, de 350 mm  | UN | 2,00     |  |  |
| <b>12.00</b> |      |           | <b>IMPERMEABILIZACAO, PROTECAO E JUNTA</b>  |    |          |  |  |
| 12.01        | CDHU | 32.16.060 | Impermeabilização em membrana à base de polímeros acrílicos, na cor branca e reforço em tela poliéster                        | M2 | 74,17    |  |  |
| 12.02        | CDHU | 17.01.020 | Argamassa de regularização e/ou proteção  | M3 | 1,00     |  |  |
| <b>13.00</b> |      |           | <b>PINTURA</b>  |    |          |  |  |
| 13.01        | CDHU | 33.02.060 | Massa corrida a base de PVA   | M2 | 572,40   |  |  |
| 13.02        | CDHU | 33.02.080 | Massa corrida à base de resina acrílica   | M2 | 41,19    |  |  |
| 13.03        | CDHU | 33.10.030 | Tinta acrílica antimofo em massa, inclusive preparo   | M2 | 41,19    |  |  |
| 13.04        | CDHU | 33.10.100 | Textura acrílica para uso interno / externo, inclusive preparo  | M2 | 572,40   |  |  |
| 13.05        | CDHU | 33.11.50  | Esmalte à base água em superfície metálica, inclusive preparo   | M2 | 83,80    |  |  |
| <b>14.00</b> |      |           | <b>INST. ELÉTRICAS, TELEFONIA E SISTEMAS ELETRÔNICOS</b>  |    |          |  |  |
| 14.01        | CDHU | 37.01.080 | Quadro Telebrás de embutir de 400 x 400 x 120 mm  | UN | 1,00     |  |  |
| 14.02        | CDHU | 37.04.260 | Quadro de distribuição universal de sobrepor, para disjuntores 24 DIN / 18 Bolt-on - 150 A - sem componentes                  | UN | 1,00     |  |  |
| 14.03        | CDHU | 37.04.270 | Quadro de distribuição universal de sobrepor, para disjuntores 34 DIN / 24 Bolt-on - 150 A - sem componentes                  | UN | 1,00     |  |  |
| 14.04        | CDHU | 37.04.300 | Quadro de distribuição universal de sobrepor, para disjuntores 70 DIN / 50 Bolt-on - 225 A - sem componentes                  | UN | 1,00     |  |  |
| 14.05        | CDHU | 37.10.010 | Barramento de cobre nu  | KG | 10,00    |  |  |
| 14.06        | CDHU | 37.13.720 | Disjuntor série universal em caixa moldada, térmico fixo e magnético ajustável, tripolar 600 VCA, corrente de 300 A até 400 A | UN | 1,00     |  |  |
| 14.07        | CDHU | 37.13.690 | Disjuntor série universal em caixa moldada, térmico e magnético fixos, bipolar 415 VCA, corrente de 60 A até 100 A            | UN | 3,00     |  |  |
| 14.08        | CDHU | 37.17.090 | Dispositivo diferencial residual de 63 A x 30 mA - 4 polos  | UN | 3,00     |  |  |
| 14.09        | CDHU | 37.13.840 | Mini-disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 10 A até 32 A   | UN | 50,00    |  |  |
| 14.10        | CDHU | 37.13.850 | Mini-disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 40 A até 50 A   | UN | 6,00     |  |  |
| 14.11        | CDHU | 37.20.010 | Isolador em epóxi de 1 kV para barramento   | UN | 16,00    |  |  |
| 14.12        | CDHU | 38.01.040 | Eletroduto de PVC rígido roscável de 3/4" - com acessórios  | M  | 200,00   |  |  |
| 14.13        | CDHU | 38.01.060 | Eletroduto de PVC rígido roscável de 1" - com acessórios  | M  | 100,00   |  |  |
| 14.14        | CDHU | 38.04.040 | Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 3/4" com acessórios  | M  | 150,00   |  |  |
| 14.15        | CDHU | 38.04.060 | Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 1" com acessórios  | M  | 50,00    |  |  |
| 14.16        | CDHU | 38.04.120 | Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 2" com acessórios  | M  | 30,00    |  |  |
| 14.17        | CDHU | 38.04.160 | Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 3" com acessórios  | M  | 60,00    |  |  |
| 14.18        | CDHU | 38.07.210 | Vergalhão com rosca, porca e arruela de diâmetro 1/4" (tirante)   | M  | 200,00   |  |  |
| 14.19        | CDHU | 38.07.300 | Perfilado perfurado 38 x 38 mm em chapa 14 pré-zincada, com acessórios  | M  | 100,00   |  |  |
| 14.20        | CDHU | 38.21.920 | Eletrocalha perfurada galvanizada a fogo, 100 x 50 mm, com acessórios   | M  | 100,00   |  |  |
| 14.21        | CDHU | 38.22.620 | Tampa de encaixe para eletrocalha, galvanizada a fogo, L= 100 mm  | M  | 100,00   |  |  |
| 14.22        | CDHU | 38.23.020 | Suporte para eletrocalha, galvanizado a fogo, 100x50 mm   | UN | 50,00    |  |  |
| 14.23        | CDHU | 39.03.170 | Cabo de cobre de 2,5 mm², isolamento 0,6/1 kV - isolamento em PVC 70°C  | M  | 5.000,00 |  |  |
| 14.24        | CDHU | 39.03.174 | Cabo de cobre de 4 mm², isolamento 0,6/1 kV - isolamento em PVC 70°C  | M  | 500,00   |  |  |
| 14.25        | CDHU | 39.03.178 | Cabo de cobre de 6 mm², isolamento 0,6/1 kV - isolamento em PVC 70°C  | M  | 500,00   |  |  |
| 14.26        | CDHU | 39.21.060 | Cabo de cobre flexível de 16 mm², isolamento 0,6/1kV - isolamento HEPR 90°C   | M  | 100,00   |  |  |

|       |           |              |  |    |        |  |  |
|-------|-----------|--------------|--|----|--------|--|--|
| 14.27 | CDHU      | 39.21.070    | Cabo de cobre flexível de 25 mm², isolamento 0,6/1kV - isolamento HEPR 90°C  | M  | 100,00 |  |  |
| 14.28 | CDHU      | 39.21.080    | Cabo de cobre flexível de 35 mm², isolamento 0,6/1kV - isolamento HEPR 90°C  | M  | 50,00  |  |  |
| 14.29 | CDHU      | 39.21.090    | Cabo de cobre flexível de 50 mm², isolamento 0,6/1kV - isolamento HEPR 90°C  | M  | 50,00  |  |  |
| 14.30 | CDHU      | 39.21.100    | Cabo de cobre flexível de 70 mm², isolamento 0,6/1kV - isolamento HEPR 90°C  | M  | 50,00  |  |  |
| 14.31 | CDHU      | 39.21.120    | Cabo de cobre flexível de 120 mm², isolamento 0,6/1kV - isolamento HEPR 90°C   | M  | 840,00 |  |  |
| 14.32 | CDHU      | 39.10.050    | Terminal de compressão para cabo de 2,5 mm²  | UN | 200,00 |  |  |
| 14.33 | CDHU      | 39.10.060    | Terminal de pressão/compressão para cabo de 6 até 10 mm²   | UN | 36,00  |  |  |
| 14.34 | CDHU      | 39.10.080    | Terminal de pressão/compressão para cabo de 16 mm²   | UN | 10,00  |  |  |
| 14.35 | CDHU      | 39.10.120    | Terminal de pressão/compressão para cabo de 25 mm²   | UN | 10,00  |  |  |
| 14.36 | CDHU      | 39.10.130    | Terminal de pressão/compressão para cabo de 35 mm²   | UN | 10,00  |  |  |
| 14.37 | CDHU      | 39.10.160    | Terminal de pressão/compressão para cabo de 50 mm²   | UN | 10,00  |  |  |
| 14.38 | CDHU      | 39.10.200    | Terminal de pressão/compressão para cabo de 70 mm²   | UN | 10,00  |  |  |
| 14.39 | CDHU      | 39.10.246    | Terminal de pressão/compressão para cabo de 120 mm²  | UN | 30,00  |  |  |
| 14.40 | CDHU      | 40.01.020    | Caixa de ferro estampada 4' x 2'   | UN | 20,00  |  |  |
| 14.41 | CDHU      | 40.01.040    | Caixa de ferro estampada 4' x 4'   | UN | 10,00  |  |  |
| 14.42 | CDHU      | 40.01.080    | Caixa de ferro octogonal fundo móvel 4' x 4'   | UN | 20,00  |  |  |
| 14.43 | CDHU      | 40.04.450    | Tomada 2P+T de 10 A - 250 V, completa  | CJ | 50,00  |  |  |
| 14.44 | CDHU      | 40.04.460    | Tomada 2P+T de 20 A - 250 V, completa  | CJ | 30,00  |  |  |
| 14.45 | CDHU      | 40.04.090    | Tomada RJ 11 para telefone, sem placa  | UN | 10,00  |  |  |
| 14.46 | CDHU      | 40.04.096    | Tomada RJ 45 para rede de dados, com placa   | UN | 20,00  |  |  |
| 14.47 | CDHU      | 40.05.020    | Interruptor com 1 tecla simples e placa  | CJ | 15,00  |  |  |
| 14.48 | CDHU      | 40.05.040    | Interruptor com 2 teclas simples e placa   | CJ | 15,00  |  |  |
| 14.49 | CDHU      | 40.05.120    | Interruptor com 2 teclas, 1 simples, 1 paralelo e placa  | CJ | 10,00  |  |  |
| 14.50 | CDHU      | 40.06.060    | Condutete metálico de 1'   | CJ | 20,00  |  |  |
| 14.51 | CDHU      | 40.13.010    | Chave comutadora para amperímetro  | UN | 3,00   |  |  |
| 14.52 | CDHU      | 40.14.010    | Chave comutadora para voltímetro   | UN | 3,00   |  |  |
| 14.53 | CDHU      | 40.20.120    | Placa de 4' x 2'   | UN | 20,00  |  |  |
| 14.54 | CDHU      | 41.31.040    | Luminária LED retangular de sobrepor com difusor translúcido, 4000 K, fluxo luminoso de 3690 a 4800 lm, potência de 35 W a 41 W  | UN | 50,00  |  |  |
| 14.55 | CDHU      | 41.31.087    | Luminária LED redonda de sobrepor com difusor translúcido, 4000 K, fluxo luminoso de 1900 a 2000 lm, potência de 17 W a 19 W   | UN | 11,00  |  |  |
| 14.56 | CDHU      | 41.02.562    | Lâmpada LED tubular T8 com base G13, de 3400 até 4000 Im - 36 a 40 W   | UN | 100,00 |  |  |
| 14.57 | licitação | CGA 90003/25 | Sistema IT médico completo, incluindo Dispositivo Supervisor de isolamento (DSI) gerenciável, acoplador trifásico, concentrador, anunciador, transformador de separação, localizador de falhas, anunciador de alarme e teste | cj | 1,00   |  |  |
| 14.58 | CDHU      | 39.27.020    | Cabo óptico multimodo, 4 fibras, 50/125 µm - uso interno/externo   | M  | 120,00 |  |  |
| 14.59 | CDHU      | 39.11.040    | Cabo telefônico CI, com 20 pares de 0,50 mm, para centrais telefônicas, equipamentos e rede interna  | M  | 200,00 |  |  |
| 14.60 | CDHU      | 39.18.120    | Cabo para rede U/UTP 23 AWG com 4 pares - categoria 6A   | M  | 600,00 |  |  |
| 14.61 | CDHU      | 69.03.340    | Conector RJ-45 fêmea - categoria 6   | UN | 40,00  |  |  |
| 14.62 | CDHU      | 66.08.110    | Rack fechado padrão metálico, 19 x 20 Us x 470 mm  | UN | 1,00   |  |  |
| 14.63 | CDHU      | 66.20.150    | Guia organizadora de cabos para rack, 19' 1 U  | UN | 40,00  |  |  |
| 14.64 | CDHU      | 69.09.260    | Patch panel de 24 portas - categoria 6   | UN | 2,00   |  |  |
| 14.65 | CDHU      | 69.09.300    | Voice panel de 50 portas - categoria 3   | UN | 1,00   |  |  |
| 14.66 | CDHU      | 69.09.360    | Patch cords de 2,00 ou 3,00 m - RJ-45 / RJ-45 - categoria 6A   | UN | 40,00  |  |  |
| 14.67 | CDHU      | 69.20.220    | Bandeja deslizante para rack, 19" x 800 mm   | UN | 2,00   |  |  |
| 14.68 | CDHU      | 66.20.225    | Switch Gigabit 24 portas com capacidade de 10/100/1000/Mbps  | UN | 1,00   |  |  |
| 14.69 | CDHU      | 69.06.030    | Sistema ininterrupto de energia, trifásico on line de 20 kVA (220 V/208 V-108 V), com autonomia 15 minutos   | UN | 1,00   |  |  |
| 15.00 |           |              | <b>INST. HIDRÁULICAS, INCÊNDIO E GASES MEDICINAIS</b>  |    |        |  |  |
| 15.01 | CDHU      | 44.04.050    | Prateleira em granito com espessura de 3 cm  | M2 | 10,00  |  |  |
| 15.02 | CDHU      | 44.01.050    | Bacia sifonada de louça sem tampa - 6 litros   | UN | 4,00   |  |  |
| 15.03 | CDHU      | 30.01.030    | Barra de apoio reta, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de aço inoxidável de 1 1/2" x 800 mm  | UN | 10,00  |  |  |
| 15.04 | CDHU      | 30.01.050    | Barra de apoio em ângulo de 90°, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de aço inoxidável de 1 1/2" x 800 x 800 mm  | UN | 1,00   |  |  |
| 15.05 | CDHU      | 30.01.130    | Barra de proteção para lavatório, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de alumínio acabamento com pintura epóxi   | UN | 2,00   |  |  |
| 15.06 | CDHU      | 30.08.060    | Bacia sifonada de louça para pessoas com mobilidade reduzida - capacidade de 6 litros  | UN | 2,00   |  |  |
| 15.07 | CDHU      | 44.01.110    | Lavatório de louça com coluna  | UN | 12,00  |  |  |
| 15.08 | CDHU      | 44.01.310    | Tanque de louça com coluna de 30 litros  | UN | 1,00   |  |  |
| 15.09 | CDHU      | 44.03.010    | Dispenser toalheiro em ABS e policarbonato para bobina de 20 cm x 200 m, com alavanca  | UN | 12,00  |  |  |
| 15.10 | CDHU      | 44.03.130    | Saboneteira tipo dispenser, para refil de 800 ml   | UN | 12,00  |  |  |
| 15.11 | CDHU      | 44.03.050    | Dispenser papel higiênico em ABS para rolo 300 / 600 m, com visor  | UN | 13,00  |  |  |
| 15.12 | CDHU      | 44.03.310    | Torneira clínica com volante tipo alavanca   | UN | 2,00   |  |  |
| 15.13 | CDHU      | 44.03.210    | Ducha cromada simples  | UN | 3,00   |  |  |
| 15.14 | CDHU      | 44.03.360    | Ducha higiênica cromada  | UN | 6,00   |  |  |
| 15.15 | CDHU      | 44.04.030    | Prateleira em granito com espessura de 2 cm  | M2 | 1,00   |  |  |
| 15.16 | CDHU      | 44.20.100    | Engate flexível metálico DN= 1/2"  | UN | 18,00  |  |  |
| 15.17 | CDHU      | 44.20.200    | Sifão de metal cromado de 1 1/2" x 2"  | UN | 2,00   |  |  |
| 15.18 | CDHU      | 44.20.220    | Sifão de metal cromado de 1" x 1 1/2"  | UN | 18,00  |  |  |
| 15.19 | CDHU      | 44.20.280    | Tampa de plástico para bacia sanitária   | UN | 6,00   |  |  |
| 15.20 | CDHU      | 44.20.300    | Bolsa para bacia sanitária   | UN | 6,00   |  |  |
| 15.21 | CDHU      | 44.20.620    | Válvula americana  | UN | 3,00   |  |  |
| 15.22 | CDHU      | 44.20.640    | Válvula de metal cromado de 1 1/2"   | UN | 12,00  |  |  |
| 15.23 | CDHU      | 46.02.010    | Tubo de PVC rígido branco, pontas lisas, soldável, linha esgoto série normal, DN= 40 mm, inclusive conexões  | M  | 50,00  |  |  |
| 15.24 | CDHU      | 46.03.038    | Tubo de PVC rígido PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série reforçada "R", DN= 50 mm, inclusive conexões  | M  | 10,00  |  |  |
| 15.25 | CDHU      | 46.03.040    | Tubo de PVC rígido PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série reforçada "R", DN= 75 mm, inclusive conexões  | M  | 10,00  |  |  |
| 15.26 | CDHU      | 46.03.050    | Tubo de PVC rígido PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série reforçada "R", DN= 100 mm, inclusive conexões   | M  | 15,00  |  |  |
| 15.27 | CDHU      | 46.01.020    | Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 25 mm, (3/4"), inclusive conexões  | M  | 50,00  |  |  |

|              |            |              |   |    |        |  |  |
|--------------|------------|--------------|---|----|--------|--|--|
| 15.28        | CDHU       | 46.01.030    | Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 32 mm, (1'), inclusive conexões   | M  | 15,00  |  |  |
| 15.29        | CDHU       | 46.01.060    | Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 60 mm, (2'), inclusive conexões   | M  | 10,00  |  |  |
| 15.30        | CDHU       | 47.02.020    | Registro de gaveta em latão fundido cromado com canopla, DN= 3/4" - linha especial  | UN | 23,00  |  |  |
| 15.31        | CDHU       | 47.02.030    | Registro de gaveta em latão fundido cromado com canopla, DN= 1" - linha especial  | UN | 2,00   |  |  |
| 15.32        | CDHU       | 49.01.016    | Caixa sifonada de PVC rígido de 100 x 100 x 50 mm, com grelha   | UN | 4,00   |  |  |
| 15.33        | CDHU       | 49.01.030    | Caixa sifonada de PVC rígido de 150 x 150 x 50 mm, com grelha   | UN | 6,00   |  |  |
| 15.34        | CDHU       | 50.05.312    | Bloco autônomo de iluminação de emergência LED, com autonomia mínima de 3 horas, fluxo luminoso de 2.000 até 3.000 lúmens, equipado com 2 faróis  | UN | 4,00   |  |  |
| 15.35        | CDHU       | 50.10.058    | Extintor manual de pó químico seco BC - capacidade de 4 kg  | UN | 2,00   |  |  |
| 15.36        | CDHU       | 50.10.100    | Extintor manual de água pressurizada - capacidade de 10 litros  | UN | 2,00   |  |  |
| 15.37        | licitação  | CGA 90002/25 | FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE NOVA CENTRAL DE ALARME OXIGÊNIO  | UN | 2,00   |  |  |
| 15.38        | licitação  | CGA 90002/25 | FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE NOVA CENTRAL DE ALARME DE AR COMPRIMIDO  | UN | 2,00   |  |  |
| 15.39        | licitação  | CGA 90002/25 | FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE NOVA CENTRAL DE ALARME DE VÁCUO  | UN | 2,00   |  |  |
| 15.40        | licitação  | CGA 90002/25 | FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RÉGUAS GASES MEDICINAIS MEDINDO 1000 x 280 x 50 - CONTENDO: 2 O2, 2 AR, 2 VC, 06 TOMADAS 127V, 07 TOMADAS 220V, 1 SUPORTE PARA RJ45, ESPAÇO PARA CHAMADA   | UN | 10,00  |  |  |
| <b>16.00</b> |            |              | <b>CLIMATIZAÇÃO</b>   |    |        |  |  |
| 16.01        | Composição | Com005       | Sistema de Climatização da UTI Terreo composta por Unidades Condicionadoras de Ar tipo UTA - interligações hidráulicas, elétricas, controles, filtragem bolsa com controle de umidade. Capacidade 16 TR's. Sistema de expurgo para sala de isolamento e exaustão para ambientes sem | cj | 1,00   |  |  |
| <b>17.00</b> |            |              | <b>SINALIZACAO E COMUNICACAO VISUAL</b>   |    |        |  |  |
| 17.01        | CDHU       | 97.02.036    | Placa de identificação em PVC com texto em vinil  | M2 | 6,00   |  |  |
| 17.02        | CDHU       | 97.02.190    | Placa de identificação em acrílico com texto em vinil   | M2 | 1,00   |  |  |
| 17.03        | CDHU       | 97.02.193    | Placa de sinalização em PVC fotoluminescente (200x200mm), com indicação de equipamentos de alarme, detecção e extinção de incêndio  | UN | 10,00  |  |  |
| 17.04        | CDHU       | 97.02.196    | Placa de sinalização em PVC fotoluminescente, com identificação de pavimentos   | UN | 4,00   |  |  |
| 17.05        | CDHU       | 97.02.198    | Placa de sinalização em PVC, com indicação de proibição normativa   | UN | 2,00   |  |  |
| <b>18.00</b> |            |              | <b>LIMPEZA E ARREIMATE</b>  |    |        |  |  |
| 18.01        | CDHU       | 55.01.020    | Limpeza final da obra   | M2 | 230,91 |  |  |
| <b>19.00</b> |            |              | <b>Administração local (Acórdão N° 2622/2013 - TCU - Plenário)</b>  |    |        |  |  |
| 19.01        | Composição | Com002       | Administração local, mobilização e desmobilização. (adaptado de Maçahiko Tisaka - Orçamento na Construção Civil - PINI) - Incluindo engenheiro junior e funcionários de limpeza, materiais e equipamentos para adm local, mob e desmob.   | cj | 1,00   |  |  |
|              |            |              |   |    |        |  |  |
|              |            |              | <b>SUBTOTAL</b>   |    |        |  |  |
|              |            |              | BDI 19,99%  |    |        |  |  |
|              |            |              | <b>PREÇO TOTAL ESTIMADO</b>   |    |        |  |  |

**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

**CRONOGRAMA**

|              |   |
|--------------|---|
| <b>Obra:</b> | Obras de reforma da UTI do Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos |
| <b>Local</b> | Rua Princesa Isabel, nº 270 - Vila Correa                             |

| ITEM                                 | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS                                      | VLR TOTAL | MÊS 01 | MÊS 02 | MÊS 03 | MÊS 04 | MÊS 05 | MÊS 06  |
|--------------------------------------|---|-----------|--------|--------|--------|--------|--------|---------|
| 01.00                                | SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO                               |           | 32,00% | 32,00% |        |        |        | 36,00%  |
| 02.00                                | INÍCIO, APOIO E ADMINISTRAÇÃO DA OBRA                       |           |        |        |        |        |        |         |
| 03.00                                | DEMOLIÇÕES, RETIRADAS E REMOÇÕES                            |           | 80,00% | 20,00% |        |        |        |         |
| 04.00                                | ALVENARIAS E ELEMENTOS DIVISORES                            |           | 35,00% | 35,00% |        |        | 30,00% |         |
| 05.00                                | REVESTIMENTOS   |           |        |        | 30,00% | 30,00% | 40,00% |         |
| 06.00                                | FORRO, BRISE E FACHADA                                      |           |        |        |        | 30,00% | 40,00% | 30,00%  |
| 07.00                                | ESQUADRIA, MARCENARIA E ELEMENTO EM MADEIRA                 |           |        |        | 30,00% | 30,00% | 40,00% |         |
| 08.00                                | ESQUADRIA, SERRALHERIA E ELEMENTO EM ALUMINIO               |           |        |        | 30,00% | 40,00% | 30,00% |         |
| 09.00                                | ESQUADRIA E ELEMENTO EM VIDRO                               |           |        |        | 10,00% | 10,00% |        | 80,00%  |
| 10.00                                | ESQUADRIA E ELEMENTO EM MATERIAL ESPECIAL                   |           |        |        |        | 30,00% | 30,00% | 40,00%  |
| 11.00                                | FERRAGEM COMPLEMENTAR PARA ESQUADRIAS                       |           |        |        |        |        |        | 100,00% |
| 12.00                                | IMPERMEABILIZACAO, PROTECAO E JUNTA                         |           |        |        | 50,00% | 50,00% |        |         |
| 13.00                                | PINTURA   |           |        |        |        | 40,00% | 30,00% | 30,00%  |
| 14.00                                | INST. ELÉTRICAS, TELEFONIA E SISTEMAS ELETRÔNICOS           |           |        |        |        |        |        |         |
| 15.00                                | INST. HIDRÁULICAS, INCÊNDIO E GASES MEDICINAIS              |           |        | 20,00% | 20,00% | 20,00% | 20,00% | 20,00%  |
| 16.00                                | CLIMATIZAÇÃO  |           |        |        |        | 30,00% | 40,00% | 30,00%  |
| 17.00                                | SINALIZACAO E COMUNICACAO VISUAL                            |           |        |        |        |        | 50,00% | 50,00%  |
| 18.00                                | LIMPEZA E ARREIMATE   |           |        |        |        |        |        | 100,00% |
| 19.00                                | Administração local (Acórdão N° 2622/2013 - TCU - Plenário) |           | 6,99%  | 9,69%  | 11,88% | 21,79% | 25,72% | 23,93%  |
| <b>SUBTOTAL DO EMPREENDIMENTO</b>    |   |           |        |        |        |        |        |         |
|                                      | BDI   |           |        |        |        |        |        |         |
| <b>PREÇO TOTAL DO EMPREENDIMENTO</b> |   |           |        |        |        |        |        |         |
|                                      |   |           |        |        |        |        |        |         |
|                                      |   |           |        |        |        |        |        |         |



Composições

Leis Sociais

128,23%

Obra: Obras de reforma da UTI do Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos  
Local: Rua Princesa Isabel, no 270 - Vila Correa

| Código          | Descrição   | Unidade   | Quantidade      | valor unit | Total |
|-----------------|---|-----------|-----------------|------------|-------|
| <b>Com001</b>   | <b>Projeto ASBUILT/Data book para obras de construção e/ou reforma, bem como Manual do Edifício Hospitalar</b>  | <b>cj</b> | <b>1,000000</b> |            |       |
| B.01.000.020113 | Arquiteto junior  | H         | 35,000000       |            |       |
| B.01.000.020115 | Engenheiro junior de civil  | H         | 35,000000       |            |       |
| B.01.000.020122 | Desenhista pleno/cadista  | H         | 50,000000       |            |       |
| B.01.000.020121 | Projetista pleno - nível técnico  | H         | 25,000000       |            |       |
| B.01.000.020112 | Coordenador de projetos   | H         | 20,000000       |            |       |
| B.01.000.020114 | Arquiteto senior  | H         | 25,000000       |            |       |
| Leis sociais    |   |           |                 |            |       |
| <b>Com002</b>   | <b>Administração local, mobilização e desmobilização. (adaptado de Maçahiko Tisaka - Orçamento na Construção Civil - PINI) - Incluindo engenheiro junior e funcionários de limpeza, materiais e equipamentos para adm local, mob e desmob.</b>      | <b>cj</b> | <b>1,000000</b> |            |       |
| B.01.000.020115 | Engenheiro junior de civil  | H         | 185,751146      |            |       |
| B.01.000.010146 | Servente  | H         | 2000,000000     |            |       |
| Leis sociais    |   |           |                 |            |       |
|                 | Materiais: Limpeza/Higiene, material de escritório, energia elétrica, água/esgoto, conta de telefone, vale refeição, vale transporte, combustível / óleo  | mês       | 6,000000        |            |       |
|                 | Equipamentos: Mobiliário, equipamentos de informática   | mês       | 6,000000        |            |       |
| <b>Com003</b>   | <b>Retirada de central de gases e reguas de gases, incluindo a limpeza e entrega para manutenção da unidade</b>   | <b>gl</b> |                 |            |       |
| B.01.000.010101 | Ajudante geral  | H         | 110,000000      |            |       |
| Leis sociais    |   |           |                 |            |       |
| <b>Com004</b>   | <b>Retirada do antigo fancoil e ligações</b>  |           |                 |            |       |
| B.01.000.010101 | Ajudante geral  | H         | 6,000000        |            |       |
| Leis sociais    |   |           |                 |            |       |
| <b>Com005</b>   | <b>Condicionadoras de Ar tipo UTA - interligações hidráulicas, elétricas, controles, filtragem bolsa com controle de umidade. Capacidade 16 TR ´s. Sistema de expurgo para sala de isolamento e exaustão para ambientes sem ventilação natural.</b> | <b>cj</b> | <b>1,000000</b> |            |       |
| 61.10.100       | Tratamento de ar (fan-coil) tipo Air Handling Unit de concepção modular, capacidade de 10 TR  | UN        | 2,000000        |            |       |
| 61.14.080       | Caixa ventiladora com ventilador centrífugo, vazão 1.190 m³/h, pressão 37 mmCA - 220/380 V / 60Hz   | UN        | 3,000000        |            |       |
| 61.20.450       | Duto em chapa de aço galvanizado  | KG        | 1000,000000     |            |       |
| 32.06.030       | Lã de vidro e/ou lã de rocha com espessura de 2´  | M2        | 200,000000      |            |       |
| 32.11.360       | Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 19 a 26 mm, para tubulação de 2´ (ferro)  | M         | 20,000000       |            |       |
| 46.21.046       | Tubo de aço carbono preto sem costura Schedule 40, DN= 2´ - inclusive conexões  | M         | 25,000000       |            |       |
| 47.01.010       | Registro de gaveta em latão fundido sem acabamento, DN= 1/2´  | UN        | 2,000000        |            |       |
| 61.15.060       | Válvula de balanceamento diâmetro 1´ a 2 1/2´   | UN        | 2,000000        |            |       |
| 61.15.090       | Válvula esfera motorizada de duas vias de atuador proporcional diâmetro 2´ a 2 1/2´   | UN        | 2,000000        |            |       |
| 46.26.090       | Junta de união em aço inoxidável para tubo em ferro fundido predial SMU, DN= 150 mm   | UN        | 4,000000        |            |       |
| 46.33.116       | Luva de Redução em polipropileno de alta resistência - PP, preto, tipo PB, DN= 50x40mm  | UN        | 2,000000        |            |       |
| 46.33.130       | Tê 87°30' simples em polipropileno de alta resistência - PP, preto, tipo PB, DN= 50x50mm  | UN        | 2,000000        |            |       |
| 47.20.020       | Filtro ´Y´ em bronze para gás combustível, DN= 2´   | UN        | 1,000000        |            |       |
| 46.33.206       | Tampão em polipropileno de alta resistência PP, preto (PxB), DN=63mm  | UN        | 2,000000        |            |       |
| 61.20.130       | Ligação típica, (cavalete), para ar condicionado ´fancoil ´, diâmetro de 1 1/4´   | CJ        | 4,000000        |            |       |
| 46.01.020       | Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 25 mm, (3/4´), inclusive conexões   | M         | 15,000000       |            |       |
| 61.10.575       | Grelha de retorno/exaustão com registro, tamanho: 0,07 m² a 0,13 m²   | M2        | 2,000000        |            |       |
| 39.02.030       | Cabo de cobre de 6 mm², isolamento 750 V - isolação em PVC 70°C   | M         | 300,000000      |            |       |
| 37.03.210       | Quadro de distribuição universal de embutir, para disjuntores 24 DIN / 18 Bolt-on - 150 A - sem componentes   | UN        | 1,000000        |            |       |
| 40.10.510       | Contator auxiliar - 2na+2nf   | UN        | 2,000000        |            |       |
| Leis sociais    |   |           |                 |            |       |

## INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

**CONTRATO HRFV Nº XXXX/20xx**

**OBJETO:** SERVIÇO DE READEQUAÇÃO 10 LEITOS DE UTI ADULTO PAVIMENTO TÉRREO

**CONTRATADA:** \_\_\_\_\_

**UNIDADE SOLICITANTE:** 090166 – Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos

**MÊS/ANO:** \_\_\_\_\_/20xx

O Instrumento de Medição de Resultados (IMR) é um acordo estabelecido onde é formalizado o nível da prestação de serviço que será exigido entre as partes e que garanta níveis específicos de performance e confiabilidade. Os indicadores de performance não são vistos como meros instrumentos para penalizar a Contratada, mas como forma de possibilitar a melhoria contínua dos serviços prestados.

Para assegurar os serviços, a contratada deverá executá-los de acordo com as rotinas previstas nas especificações contidas no Termo de Referência, de forma contínua e com qualidade, sob a supervisão da contratante, de forma a identificar eventuais falhas ou outras situações que possam influenciar nos níveis de serviço, conforme quadros abaixo:

| DESEMPENHO DAS ATIVIDADES                   | PESO | NOTA (atendimento) |
|---|------|--------------------|
| Execução Física                             | 40%  |                    |
| Conformidade Técnica do Serviços Realizados | 40%  |                    |
| Padrões de Qualidade                        | 20%  |                    |

| CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO   |  |
|--|--|
| A Contratada atendeu todas as solicitações da Unidade?<br>SIM = 1<br>NÃO = 0 |  |

Data: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20xx

E

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Fiscal do Contrato

RG  
Cargo

## ANEXO II

### DECLARAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

\_\_\_\_\_(nome da empresa)\_\_\_\_\_, CNPJ nº\_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_(endereço)\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal infra-assinado, e para os fins do Pregão na forma Eletrônica nº XXXXX/2026, processo nº **024.00162058/2025-25**, DECLARA expressamente que possui ou instalará escritório no Município de São Paulo/SP, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato.

.

Local, \_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(representante legal do licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa)

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DE CONDIÇÕES E VISTORIA**  
**(elaborada pelo licitante)**

**Ao(à)**

**[Nome do Órgão Licitante]**

**Ref.: [Modalidade e Número da Licitação - Ex: Pregão Eletrônico nº 00/2026]**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº **[00.000.000/0000-00]**, com sede na \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, para fins de participação no certame acima referenciado, sob as penas da lei (art. 299 do Código Penal), que:

1. Tomou pleno conhecimento de todas as informações, exigências, termos de referência, projetos e condições locais necessárias para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
2. [Opção A - Se fez Vistoria] Realizou a vistoria prévia no local de execução dos serviços/entrega dos bens, recebendo todos os esclarecimentos técnicos necessários;
3. [Opção B - Se não fez Vistoria] Renuncia ao direito de realizar vistoria, assumindo total responsabilidade pelas condições locais e declarando que estas não influenciarão na formulação da proposta;
4. Que a proposta de preços apresentada engloba todos os custos, ônus, encargos e despesas necessárias para a execução integral do objeto, nada mais podendo ser reclamado a qualquer título.

São Paulo, \_\_\_\_de \_\_\_\_\_de 2026.

**[Assinatura do Representante Legal]**

**[Nome da Empresa]**

**[CNPJ]**

## **ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO**

ESP-HOSP.REG.DR.O.F.COELHO,EM F.DE VASCONCELO

## Contrato 73/2026

## Informações Básicas

|                    |   |                    |                          |
|--------------------|---|--------------------|--------------------------|
| Número do artefato | UASG  | Editado por        | Atualizado em            |
| 73/2026            | 90166-ESP-HOSP.REG.DR.O.F.COELHO,EM F.DE VASCONCELO | ANA PAULA DE MELLO | 11/06/2026 18:57 (v 0.5) |
| Status             |   |                    |                          |
| CONCLUIDO          |   |                    |                          |

## Outras informações

|   |                       |                         |
|---|-----------------------|-------------------------|
| Categoria   | Número da Contratação | Processo Administrativo |
| VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia |                       | 024.00162058/2025-25    |

## 1. Cláusula Primeira

MODELO DE TERMO DE CONTRATO  
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021  
SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA– LICITAÇÃO

HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS "DR. OSÍRIS FLORINDO COELHO"

(Processo Administrativo nº.024.00162058/2025-25)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO,  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, COORDENADORIA DE SERVIÇO DA  
SAÚDE "HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS "DR. OSÍRIS  
FLORINDO COELHO" E .....

O(A) ESTADO DE SÃO PAULO, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, COORDENADORIA DE SERVIÇO DA SAÚDE "HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS "DR. OSÍRIS FLORINDO COELHO", com sede na Rua Prudente de Moraes, 257 – Vila Correa, na cidade de Ferraz de Vasconcelos/Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **46.374.500/0124-43**, neste ato representado(a) pelo(a) Dra Aline Nogueira Vieira, Diretora Técnica de Saúde III, nomeado(a) pelo Decreto 14 de dezembro de 2022, publicado(a) no DOE de .15 de dezembro. de 2022, [portador(a) da identificação funcional\_\_\_\_\_ nº ...../inscrito(a) no CPF sob o nº ..... (se ausente identificação funcional individualizada)], no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº ....., conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº **90100/2026**, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

## CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **SERVIÇOS DE READEQUAÇÃO DE 10 LEITO UTI ADULTO PAVIMENTO TERREO**, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do **Termo de Referência**, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe

## 1.2. Objeto da contratação:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO   | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QTDE TOTAL | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|---|--------|-------------------|------------|----------------|-------------|
| 01   | 216500 - SERVIÇO DE ADAPTAÇÕES, REPAROS, REFORMA, INSTALAÇÃO EM OBRAS CIVIS | 19224  | SERVIÇO           | 01         |                |             |

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de **empreitada por preço global**.

## 2. Cláusula segunda

### CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **06 (seis) meses**, contados do(a) .assinatura do contrato, na forma do artigo [105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.1 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato

2.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

2.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

2.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.3. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

## 3. Cláusula Terceira

### CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no **Termo de Referência**, que constitui parte integrante deste **Contrato**.

## 4. Cláusula Quarta

### CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

## 5. Cláusula Quinta

### CLÁUSULA QUINTA - PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$. .... (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.

5.4. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado

## 6. Cláusula Sexta

### CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 7. Cláusula Sétima

### CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, especificada na subdivisão subsequente.

7.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais, elaboradas com base no Boletim CDHU 200, de novembro/2025, motivo pelo qual esta é a data do orçamento estimado.

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA** (indicar o índice a ser adotado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade).

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.



## 8. Cláusula Oitava

### CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

#### 8.1. São obrigações do Contratante:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;
- 8.1.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;
- 8.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.6. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.1.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de **30 (trinta) dias** para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;
- 8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 8.1.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada pelo art. 93, § 3º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.1.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 8.1.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 8.1.16. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto concernente à última e/ou única medição, quando for o caso:
  - a) "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
  - b) comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
  - c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
  - d) "habite-se", emitida pelo Município; e
  - e) certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
- 8.1.17. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

8.1.18. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, caso haja previsão nos instrumentos da contratação de que o serviço seja executado nas dependências do Contratante, ou em local por ele designado;

8.1.19. Previamente à expedição da ordem de serviço, quando for o caso, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução;

8.1.20. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

## 9. Cláusula Nona

### CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;

9.1.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos:

a) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

b) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento;

c) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

d) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do artigo 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.17. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.19. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.22. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.1.23. Apresentar seus profissionais devidamente identificados por meio de crachá;

9.1.24. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal de seus profissionais que adentrarão no órgão para a execução do objeto da contratação;

9.1.25. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

9.1.26. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos profissionais alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;

9.1.27. Instruir seus profissionais quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante;

9.1.28. Instruir seus profissionais a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer eventual ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.1.29. Instruir os seus profissionais quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante;

9.1.320. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;

9.1.31. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme a(s) área(s) de atuação prevista(s) no **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**, em plena validade;

9.1.32. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

9.1.33. Elaborar o Diário de Obra ou Livro de Ordem, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;

9.1.34. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

9.1.35. No caso de utilização na execução do objeto deste contrato de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no art. 1º do [Decreto estadual nº 66.819, de 2022](#), proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA;

9.1.36. Comprovar a procedência legal de produtos ou subprodutos florestais que sejam utilizados em cada etapa da execução contratual, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação da documentação indicada no **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**, conforme o caso;

9.1.37. No caso de utilização na execução do objeto deste contrato de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do art. 1º do [Decreto estadual nº 67.409, de 2022](#), proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO;

9.1.38. Dar pleno cumprimento ao disposto na [Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007](#), a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição;

9.1.39. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na [Resolução nº 307, de 05/07/2002](#), com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, nos seguintes termos:

9.1.39.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso;

9.1.39.2. Nos termos dos artigos 3º e 10 da [Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002](#), o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.1.39.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;

9.1.39.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

9.1.39.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

9.1.39.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

9.1.39.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

9.1.39.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004;

9.1.40. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.1.40.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na [Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006](#), e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

9.1.40.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da [Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90](#), e legislação correlata;

9.1.41. Deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, conforme tenha sido disciplinado no **Termo de Referência** e em conformidade com o previsto na planilha de formação de preços que integra este instrumento;

9.1.42. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes:

9.1.42.1. de qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços;

9.1.42.2. do uso indevido de patentes ou outros direitos de propriedade intelectual de terceiros;

9.1.42.3. de danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços executados;

9.1.43. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente autorizados pela fiscalização e sob custas do Contratado, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam, necessários ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações do **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**;

9.1.44. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: “habite-se”, licenças ambientais, alvarás, etc.);

9.1.45. Comprovar inscrição no Cadastro Nacional de Obras, no caso de se tratar de hipótese de inscrição obrigatória nos termos da legislação aplicável.

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na

gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

## 10. Cláusula Décima

### CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

## 11. Cláusula Décima Primeira

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

11.1. A contratação conta com garantia de execução prestada pelo Contratado, nos moldes do [art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na modalidade Pregão Eletrônico, no valor de **R\$** \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, observando-se para a definição e aplicação desse percentual, quando o caso, o disposto no parágrafo único do artigo 98 do referido diploma legal.

11.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência contratual.

11.3. Caso seja feita opção pela modalidade de seguro-garantia:

11.3.1. A apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas;

11.3.2. O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora, observando-se, quando for o caso, o disposto no § 2º do artigo 96 e no parágrafo único do artigo 97 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

11.3.3. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, nas condições estabelecidas pelo parágrafo único do artigo 97, c/c o § 2º do artigo 96 da [Lei nº 14.133, de 2021](#) período fique descoberto, nas condições estabelecidas pelo parágrafo único do artigo 97, c/c o § 2º do artigo 96 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.4. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.5.1. prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;

11.5.2. multas moratórias e compensatórias aplicadas pelo Contratante ao Contratado; e

11.5.3. obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS relacionadas à contratação não adimplidas pelo Contratado, quando couber.

11.6. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:

11.6.1. Caso fortuito ou força maior;

11.6.2. Descumprimento das obrigações pelo Contratado decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente ao Contratante;

11.6.3. Hipóteses de isenção de responsabilidade decorrentes de exigência legal ou regulamentar.

11.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada seguindo os mesmos parâmetros.



11.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, o Contratado deverá efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de **10 (dez)** dias úteis, contados da data em que for notificado pelo Contratante para fazê-lo.

11.9. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.9.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do [art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022](#).

11.10. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que a notificação quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º do artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)) ou a comunicação do sinistro pelo Contratante ocorra após expirada a vigência da contratação ou a validade da garantia.

11.11. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta-fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

11.12. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e /ou aplicar sanções ao Contratado.

11.14. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

11.15. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no **Termo de Referência**.

## 12. Cláusula Décima Segunda

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. ) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. ) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii. ) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iv. ) **Multa**:

*Calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento.*

iv.1.) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.12. O descumprimento pelo Contratado das obrigações previstas nos incisos I e II do artigo 11 do [Decreto estadual nº 66.819, de 2022](#), ou nos incisos I e II do artigo 9º do [Decreto estadual nº 67.409, de 2022](#), poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente de sua responsabilização na esfera criminal.



## 13. Cláusula Décima Terceira

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), bem como no art. 1º, § 2º, item 3, do [Decreto estadual nº 55.938, de 2010](#), com a redação que lhe foi dada pelo [Decreto estadual nº 57.159, de 2011](#), na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando o Contratado for sociedade cooperativa.

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

## 14. Cláusula Décima Quarta

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade: **090166**
- II. Fonte de Recursos:
- III. Programa de Trabalho:
- IV. Elemento de Despesa:
- V. Plano Interno:
- VI. Nota de Empenho:

14.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 15. Cláusula Décima Quinta

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

## 16. Cláusula Décima Sexta

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.4. Na presente contratação, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do Contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária (artigo 128 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.5. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.6. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.7. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

## 17. Cláusula Décima Sétima

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

## 18. Cláusula Décima Oitava

### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em **01 (uma) via**, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

Ferraz de Vasconcelos,                      de                      de 2026

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

1-

2-

## 19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ALINE NOGUEIRA VIEIRA**

Autoridade competente

**ANEXO III – RESOLUÇÃO SS 65, DE 01 DE  
ABRIL DE 2024**



# DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 2 de abril de 2024 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

## RESOLUÇÃO SS Nº 65, DE 1 DE ABRIL DE 2024

Dispõe sobre o procedimento, no âmbito da Secretaria da Saúde, visando à aplicação de sanções administrativas previstas na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei federal nº 14.133/2021, e dá as providências correlatas

O SECRETÁRIO DA SAÚDE DO ESTADO DE SÃO PAULO, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de regulamentar os procedimentos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 do referido diploma legal,

### **RESOLVE:**

#### **I . DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 1º** - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações e em outros ajustes regidos pela Lei nº 14.133/2021 (LLCA), deverá obedecer ao disposto nesta resolução.

**Artigo 2º** - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Saúde, que incidir nas infrações relacionadas no art. 155, ficará sujeito às seguintes sanções, previstas no art. 156, ambos da LLCA:

I - advertência;

II – multa na forma prevista no edital ou contrato, de no mínimo 0,5% a no máximo 30% do valor do ajuste;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do mesmo ente federativo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**§ 1º** - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, nos termos do § 9º do art. 156 da LLCA.

**§ 2º** - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**Artigo 3º** - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º, desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como os danos que dela provierem para a Administração Pública;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**§ 1º** - São consideradas circunstâncias agravantes na aplicação da sanção:

1. a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apendos do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Saúde, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2. a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3. a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4. a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

5. a reincidência na infração;

6. a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

**§ 2º** - São circunstâncias atenuantes da sanção:

1. a falha escusável do licitante ou contratado;

2. a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;
3. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;
4. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

## II. DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

### II.1 – Da Advertência

**Artigo 4º** - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração.

### II.2 – Da Multa

**Artigo 5º** - A multa prevista no inciso II do art. 156, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da LLCA, será calculada na forma do edital ou do contrato e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

**Artigo 6º** - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, nos termos do art. 162 da LLCA, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, observados os seguintes critérios:

I - 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

II - 1% (um por cento) ao dia, do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à do inciso I;

**§ 1º** - Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sujeita a multa de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a critério da autoridade competente, que decidirá com fundamento na avaliação do Gestor do contrato.

**§2º**- Os prazos referidos nos incisos I e II e parágrafo primeiro deste artigo considerarão dias corridos.

**§ 3º** – No caso de prestação de serviços contínuos, a multa será de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre a base mensal que seria paga à empresa contratada faltosa no

mês em que houve o descumprimento da obrigação.

**Artigo 7º** - Verificado o descumprimento contratual no prazo e modo convenencionados, se o cumprimento da obrigação não mais atender aos critérios da oportunidade e conveniência administrativa, ou, ainda que haja interesse da Administração, o devedor não cumprir sua obrigação, a multa de mora poderá ser convertida em compensatória, com a promoção da extinção unilateral do contrato, e aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta resolução.

**Artigo 8º** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**Artigo 9º** - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, de imediata perda da garantia de proposta.

**Artigo 10** - A Administração poderá deixar de cobrar a multa de valor inferior a 15 (quinze) UFESP's, mantidos, entretanto, os registros no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

**Artigo 11** - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela Administração, contado do recebimento, pela contratada, da comunicação da recusa.

**§ 1º** - O pedido de prorrogação para a entrega dos bens substituídos ou reexecução do objeto do contrato deverá, se o caso, ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

**§ 2º** - A ausência de regularização do objeto do contrato dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

## **II.3 – Do Impedimento de Licitar e Contratar**

**Artigo 12** - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos I, III, IV, V, VI e VII do “caput” do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelos seguintes prazos:



I – por 2 (dois) meses, no caso de infração prevista no inciso IV do art. 155;

II – por 4 (quatro) meses, no caso de infrações previstas nos incisos V a VII do art. 155;

III – por 1 (um) ano, no caso de infração prevista no inciso II do art. 155;

IV – por 2 (dois) anos, no caso de infração prevista no inciso III do art. 155.

**§ 1º** - Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até o prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

**§ 2º** – A aplicação da sanção prevista neste artigo impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, nos termos do § 4º do art. 156 da LLCA.

## II.4 – Da Declaração de Inidoneidade

**Artigo 13** - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do “*caput*” do artigo 155 da LLCA, bem como, se estiver justificada a imposição de penalidade mais grave, por aquelas previstas nos incisos II a VII do *caput* do mesmo artigo, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 4 (quatro) anos.

**§ 1º** - O prazo a que alude o “*caput*” deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitado o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, nos termos do § 5º do art. 156 da LLCA.

**§ 2º** - Para os fins do inciso X do “*caput*” do artigo 155 da LLCA, A (“comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza”), considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, bem como o cometimento de fraude de qualquer natureza.

## III. DO PROCESSO SANCIONATÓRIO

**Artigo 14** - A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da licitação ou da execução contratual, ao dirigente da Unidade responsável pelo certame ou contrato, a que estiver vinculado.

**Parágrafo único** - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quanto ao início de processo sancionatório para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

**Artigo 15** - Configurada a hipótese de aplicação das sanções de advertência ou multa, os responsáveis, uma vez instaurado o processo sancionatório, serão intimados para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data do recebimento da comunicação, cabendo ao Dirigente da Unidade licitante ou contratante decidir sobre o sancionamento.

**Parágrafo único** - Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constatada, para oportuna decisão conjunta.

**Artigo 16** - Para a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar deverá ser instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, indicados pelo Chefe de Gabinete, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**§ 1º** - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**§ 2º** - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**§ 3º** - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

**§ 4º** - Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à Chefia de Gabinete para fins de avaliação do seu processamento.

**§ 5º** - Após a avaliação do processamento pela Chefia de Gabinete, os autos serão remetidos à análise jurídica, nos termos do § 6º do art. 156 da LCCA.

**Artigo 17** - Após a avaliação do processamento e a análise jurídica, em caso de aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar, o relatório final da comissão a que alude o artigo 15 desta resolução será encaminhado à Chefia de Gabinete, a quem compete aplicar a sanção, nos termos da Resolução SS nº 98/2004, ou outra que venha a substituí-la.

**Artigo 18** - Após a avaliação do processamento e a análise jurídica, em caso de aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, o relatório final da comissão a que alude o artigo 15 desta Resolução será encaminhado ao Secretário da Pasta, autoridade

de competente para aplicação da referida sanção, nos termos do inciso I do § 6º do art. 156 da LLCA.

**Artigo 19** - Da decisão da autoridade que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação, nos termos do art. 166 da LLCA.

**§ 1º** - O recurso de que trata o “caput” deste artigo será dirigido à autoridade sancionadora, que deverá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis decidir se mantém ou reconsidera a decisão recorrida.

**§ 2º** - Caso a autoridade sancionadora decida pela manutenção da decisão recorrida, deverá, imediatamente, submeter o recurso à instância superior, que decidirá sobre as condições de admissibilidade e o seu mérito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos, nos termos do § único do art. 166 da LLCA.

**Artigo 20** - Da decisão da autoridade que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação, e será decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado de seu protocolo.

**Artigo 21** - A imposição das sanções previstas na presente resolução não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado à Administração.

**Artigo 22** - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo, até que sobrevenha decisão final por parte da autoridade competente.

**Artigo 23** - A intimação dos atos no processo sancionatório será feita mediante expedição de ofício ao(s) responsável(eis) relacionado(s) no Termo de Ciência e de Notificação ou na Autorização de Serviços ou de Compras, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico n eles indicados, o qual deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

**§ 1º** - Resultando infrutífera a intimação a que se refere o “caput” deste artigo, será efetuada por meio do Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOE, por 3 (três) vezes consecutivas.

**§ 2º** - Nos processos eletrônicos instaurados nesta Administração, as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações – SEI ou em outro que venha a substituí-lo.

**Artigo 24** - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa aplicada, não ocorrendo a quitação pelo sancionado, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

**Artigo 25** - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida ou suspensa nas hipóteses previstas no § 4º do artigo 158 da LLCA.

**Artigo 26** - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei, nos termos do art. 159 da LLCA.

**Artigo 27** - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, neste caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**Artigo 28** - Independentemente da instauração de processo sancionatório, caso constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, a autoridade competente da Unidade/Coordenadoria poderá determinar, **quando a medida se revelar de interesse público**, a suspensão da execução do contrato, mediante comunicação expressa aos responsáveis indicados no Termo de Ciência e de Notificação, desde que avaliados os aspectos a que se refere o artigo 147 da LLCA.

**Artigo 29** - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

**Artigo 30** - Encerrada a instância administrativa, as sanções aplicadas deverão ser registradas na Relação de Apenados do TCESP, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas às autoridades competentes para fins de anotações nos demais cadastros de controle, inclusive às entidades profissionais, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção.

**Artigo 31** - É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

**III** - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

**IV** - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

**V** - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**Parágrafo Único** - A sanção pela apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame, por prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato, bem como pela prática de ato lesivo, nos termos do artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

#### **IV. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Artigo 32** - A presente resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes.

**Artigo 33** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei federal nº 14.133/2021.

## **ANEXO IV – MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA**

**ANEXO IV****MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA****ANEXO IV.1****MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA****1. PLANILHA DE PROPOSTA**

| Descrição  | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR DO SERVIÇO |
|--|-------------------|------------|------------------|
| 216500 (SIAFISICO)<br>19224 – (CADSERV)<br><br>– SERVIÇO DE ADAPTAÇÕES, REPAROS, REFORMA, INSTALAÇÃO EM OBRAS CIVIS. | SERVIÇO           | 01         |                  |
| VALOR TOTAL  |                   |            |                  |

1.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

1.1.1.1. Valor total do item;

1.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

1.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

1.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

1.5. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

1.5.1. Caso seja definido no início deste Edital o critério de julgamento por maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no subitem anterior.

1.6. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

1.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

1.8. - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do contratado no **Banco do Brasil** S/A (DECRETO Nº 62.867, DE 03 DE OUTUBRO DE 2017).

**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

**PLANILHA ORÇAMENTARIA**

**Obra:** Obras de reforma da UTI do Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos  
**Local:** Rua Princesa Isabel, nº 270 - Vila Correa

| ITEM         | FONTE      | CÓDIGO    | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS   | UNID  | QTDE   | VLR UNIT | VLR TOTAL |
|--------------|------------|-----------|--|-------|--------|----------|-----------|
| <b>01.00</b> |            |           | <b>SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO</b>   |       |        |          |           |
| 01.01        | CDHU       | 01.17.031 | Projeto executivo de arquitetura em formato A1   | UN    | 5,00   |          |           |
| 01.02        | CDHU       | 01.17.051 | Projeto executivo de estrutura em formato A1   | UN    | 2,00   |          |           |
| 01.03        | CDHU       | 01.17.071 | Projeto executivo de instalações hidráulicas em formato A1   | UN    | 5,00   |          |           |
| 01.05        | CDHU       | 01.17.111 | Projeto executivo de instalações elétricas em formato A1   | UN    | 5,00   |          |           |
| 01.07        | CDHU       | 01.17.151 | Projeto executivo de climatização em formato A1  | UN    | 5,00   |          |           |
| 01.09        | Composição | Com001    | Projeto ASBUILT/Data book para obras de construção e/ou reforma, bem como Manual do Edifício Hospitalar  | cj    | 1,00   |          |           |
| <b>02.00</b> |            |           | <b>INÍCIO, APOIO E ADMINISTRAÇÃO DA OBRA</b>   |       |        |          |           |
| 02.01        | CDHU       | 02.03.110 | Tapume móvel para fechamento de áreas  | M2    | 30,00  |          |           |
| 02.02        | CDHU       | 02.05.202 | Andaime torre metálico (1,5 x 1,5 m) com piso metálico   | MXMES | 100,00 |          |           |
| 02.03        | CDHU       | 02.08.020 | Placa de identificação para obra   | M2    | 24,00  |          |           |
| <b>03.00</b> |            |           | <b>DEMOLIÇÕES, RETIRADAS E REMOÇÕES</b>  |       |        |          |           |
| 03.01        | CDHU       | 03.01.020 | Demolição manual de concreto simples   | M3    | 10,00  |          |           |
| 03.02        | CDHU       | 03.01.040 | Demolição manual de concreto armado  | M3    | 3,00   |          |           |
| 03.03        | CDHU       | 03.02.040 | Demolição manual de alvenaria de elevação ou elemento vazado, incluindo revestimento   | M3    | 5,00   |          |           |
| 03.04        | CDHU       | 03.03.020 | Apicoamento manual de piso, parede ou teto   | M2    | 90,00  |          |           |
| 03.05        | CDHU       | 03.03.040 | Demolição manual de revestimento em massa de parede ou teto  | M2    | 20,00  |          |           |
| 03.06        | CDHU       | 03.03.060 | Demolição manual de revestimento em massa de piso  | M2    | 230,91 |          |           |
| 03.07        | CDHU       | 03.04.020 | Demolição manual de revestimento cerâmico, incluindo a base  | M2    | 218,58 |          |           |
| 03.08        | CDHU       | 03.08.040 | Demolição manual de forro qualquer, inclusive sistema de fixação/tarugamento   | M2    | 100,00 |          |           |
| 03.09        | CDHU       | 03.09.020 | Demolição manual de camada impermeabilizante   | M2    | 170,41 |          |           |
| 03.10        | CDHU       | 04.08.020 | Retirada de folha de esquadria em madeira  | UN    | 16,00  |          |           |
| 03.11        | CDHU       | 04.09.020 | Retirada de esquadria metálica em geral  | M2    | 3,00   |          |           |
| 03.12        | CDHU       | 04.09.060 | Retirada de batente, corrimão ou peças lineares metálicas, chumbados   | M     | 6,00   |          |           |
| 03.13        | CDHU       | 04.11.020 | Retirada de aparelho sanitário incluindo acessórios  | UN    | 6,00   |          |           |
| 03.14        | CDHU       | 04.11.080 | Retirada de registro ou válvula embutidos  | UN    | 10,00  |          |           |
| 03.15        | CDHU       | 04.30.060 | Remoção de tubulação hidráulica em geral, incluindo conexões, caixas e ralos   | M     | 300,00 |          |           |
| 03.16        | CDHU       | 04.17.020 | Remoção de aparelho de iluminação ou projetor fixo em teto, piso ou parede   | UN    | 38,00  |          |           |
| 03.17        | CDHU       | 04.17.080 | Remoção de barramento de cobre   | M     | 5,00   |          |           |
| 03.18        | CDHU       | 04.17.100 | Remoção de base de disjuntor tipo QUIK-LAG   | UN    | 45,00  |          |           |
| 03.19        | CDHU       | 04.22.100 | Remoção de tubulação elétrica aparente com diâmetro externo acima de 50 mm   | M     | 50,00  |          |           |
| 03.20        | CDHU       | 04.22.120 | Remoção de tubulação elétrica embutida com diâmetro externo acima de 50 mm   | M     | 30,00  |          |           |
| 03.21        | CDHU       | 04.21.160 | Remoção de quadro de distribuição, chamada ou caixa de passagem  | M2    | 2,00   |          |           |
| 03.22        | CDHU       | 04.19.080 | Remoção de fundo de quadro de distribuição ou caixa de passagem  | M2    | 2,00   |          |           |
| 03.23        | CDHU       | 05.04.060 | Transporte manual horizontal e/ou vertical de entulho até o local de despejo - ensacado  | M3    | 50,00  |          |           |
| 03.24        | CDHU       | 05.07.050 | Remoção de entulho de obra com caçamba metálica - material volumoso e misturado por alvenaria, terra, madeira, papel, plástico e metal   | M3    | 50,00  |          |           |
| 03.25        | Composição | Com003    | Banco de madeira com encosto e pés em ferro fundido pintado  | UN    | 1,00   |          |           |
| <b>04.00</b> |            |           | <b>ALVENARIAS E ELEMENTOS DIVISORES</b>  |       |        |          |           |
| 04.01        | CDHU       | 14.04.210 | Alvenaria de bloco cerâmico de vedação de 14 cm  | M2    | 21,00  |          |           |
| 04.02        | CDHU       | 14.20.010 | Vergas, contravergas e pilaretes de concreto armado  | M3    | 21,00  |          |           |
| 04.03        | CDHU       | 14.30.070 | Divisória sanitária em painel laminado melamínico estrutural com perfis em alumínio, inclusive ferragem completa para vão de porta   | M2    | 21,00  |          |           |
| <b>05.00</b> |            |           | <b>REVESTIMENTOS</b>   |       |        |          |           |
| 05.01        | CDHU       | 17.01.020 | Argamassa de regularização e/ou proteção   | M3    | 10,00  |          |           |
| 05.02        | CDHU       | 17.01.060 | Regularização de piso com nata de cimento e adesivo de alto desempenho   | M2    | 174,21 |          |           |
| 05.03        | CDHU       | 17.02.020 | Chapisco   | M2    | 42,00  |          |           |
| 05.04        | CDHU       | 17.02.220 | Reboco   | M2    | 42,00  |          |           |
| 05.05        | CDHU       | 18.08.062 | Revestimento em porcelanato esmaltado polido para área interna e ambiente com tráfego médio, grupo de absorção B1a, assentado com argamassa colante industrializada, rejuntado | M2    | 41,19  |          |           |
| 05.06        | CDHU       | 19.01.022 | Revestimento em granito, espessura de 2 cm, acabamento polido  | M2    | 14,00  |          |           |
| 05.07        | CDHU       | 19.01.064 | Peitoril e/ou soleira em granito, espessura de 2 cm e largura de 21 cm até 30 cm, acabamento polido  | M     | 4,50   |          |           |
| 05.08        | CDHU       | 21.02.281 | Revestimento vinílico flexível em manta homogênea, espessura de 2 mm, com impermeabilizante acrílico   | M2    | 174,21 |          |           |
| 05.09        | CDHU       | 21.10.081 | Rodapé hospitalar flexível em PVC para piso vinílico, espessura de 2 mm e altura de 7,5 cm, com impermeabilizante acrílico   | M     | 102,00 |          |           |
| 05.10        | CDHU       | 18.11.042 | Revestimento em placa cerâmica esmaltada de 20x20 cm, tipo monocolor, assentado e rejuntado com argamassa industrializada  | M2    | 170,41 |          |           |
| 5.11         | CDHU       | 21.20.500 | Cantoneira em alumínio antiderrapante de 50 x 30 mm  | M     | 20,00  |          |           |
| <b>06.00</b> |            |           | <b>FORRO, BRISE E FACHADA</b>  |       |        |          |           |
| 06.01        | CDHU       | 22.02.030 | Forro em painéis de gesso acartonado, espessura de 12,5mm, fixo  | M2    | 230,91 |          |           |
| <b>07.00</b> |            |           | <b>ESQUADRIA, MARCENARIA E ELEMENTO EM MADEIRA</b>   |       |        |          |           |
| 07.01        | CDHU       | 23.04.600 | Porta em laminado fenólico melamínico com acabamento liso, batente metálico - 80 x 210 cm  | UN    | 9,00   |          |           |
| 07.02        | CDHU       | 23.04.610 | Porta em laminado fenólico melamínico com acabamento liso, batente metálico - 90 x 210 cm  | UN    | 6,00   |          |           |



|              |      |           |   |    |          |  |  |
|--------------|------|-----------|---|----|----------|--|--|
| 07.03        | CDHU | 23.04.620 | Porta em laminado fenólico melamínico com acabamento liso, batente metálico - 120 x 210 cm                                    | UN | 1,00     |  |  |
| 07.04        | CDHU | 23.08.040 | Armário/gabinete embutido em MDF sob medida, revestido em laminado melamínico, com portas e prateleiras                       | M2 | 10,00    |  |  |
| 07.05        | CDHU | 23.08.060 | Tampo sob medida em compensado, revestido na face superior em laminado fenólico melamínico                                    | M2 | 5,40     |  |  |
| 07.06        | CDHU | 23.08.100 | Armário tipo prateleira com subdivisão em compensado, revestido totalmente em laminado fenólico melamínico                    | M2 | 12,00    |  |  |
| <b>08.00</b> |      |           | <b>ESQUADRIA, SERRALHERIA E ELEMENTO EM ALUMINIO</b>  |    |          |  |  |
| 08.01        | CDHU | 25.01.020 | Caixilho em alumínio fixo, sob medida   | M2 | 3,00     |  |  |
| 08.02        | CDHU | 25.01.470 | Caixilho fixo tipo veneziana em alumínio anodizado, sob medida - branco   | M2 | 3,00     |  |  |
| 08.03        | CDHU | 25.02.040 | Porta de entrada de correr em alumínio, sob medida  | M2 | 2,50     |  |  |
| <b>09.00</b> |      |           | <b>ESQUADRIA E ELEMENTO EM VIDRO</b>  |    |          |  |  |
| 09.01        | CDHU | 26.02.040 | Vidro temperado incolor de 8 mm   | M2 | 3,60     |  |  |
| 09.02        | CDHU | 26.04.010 | Espelho em vidro cristal liso, espessura de 4 mm  | M2 | 4,00     |  |  |
| 09.03        | CDHU | 32.06.231 | Película de controle solar refletiva na cor prata, aplicado em vidros   | M2 | 3,60     |  |  |
| 09.04        | CDHU | 26.03.300 | Vidro laminado temperado incolor de 16 mm   | M2 | 58,00    |  |  |
| <b>10.00</b> |      |           | <b>ESQUADRIA E ELEMENTO EM MATERIAL ESPECIAL</b>  |    |          |  |  |
| 10.01        | CDHU | 27.04.040 | Corrimão, bate-maca ou protetor de parede em PVC, com amortecimento à impacto   | M  | 30,00    |  |  |
| 10.02        | CDHU | 27.04.052 | Cantoneira adesiva em vinil de alto impacto   | M  | 42,00    |  |  |
| 10.03        | CDHU | 21.07.010 | Revestimento em laminado melamínico dissipativo   | M2 | 69,60    |  |  |
| 10.04        | CDHU | 23.08.060 | Tampo sob medida em compensado, revestido na face superior em laminado fenólico melamínico                                    | M2 | 35,57    |  |  |
| 10.05        | CDHU | 24.02.056 | Porta corta-fogo classe P.120 de 80 x 210 cm, com uma folha de abrir, completa  | UN | 4,00     |  |  |
| <b>11.00</b> |      |           | <b>FERRAGEM COMPLEMENTAR PARA ESQUADRIAS</b>  |    |          |  |  |
| 11.01        | CDHU | 28.01.020 | Ferragem completa com maçaneta tipo alavanca, para porta externa com 1 folha  | CJ | 14,00    |  |  |
| 11.02        | CDHU | 28.01.030 | Ferragem completa com maçaneta tipo alavanca, para porta externa com 2 folhas   | CJ | 1,00     |  |  |
| 11.03        | CDHU | 28.01.146 | Fechadura eletromagnética para capacidade de atraque de 150 kgf   | UN | 1,00     |  |  |
| 11.04        | CDHU | 28.01.171 | Mola aérea para porta, com esforço acima de 60 kg até 80 kg   | UN | 14,00    |  |  |
| 11.05        | CDHU | 28.20.600 | Fechadura de centro com cilindro para porta em vidro temperado  | UN | 1,00     |  |  |
| 11.06        | CDHU | 28.20.650 | Puxador duplo em aço inoxidável, para porta de madeira, alumínio ou vidro, de 350 mm  | UN | 2,00     |  |  |
| <b>12.00</b> |      |           | <b>IMPERMEABILIZACAO, PROTECAO E JUNTA</b>  |    |          |  |  |
| 12.01        | CDHU | 32.16.060 | Impermeabilização em membrana à base de polímeros acrílicos, na cor branca e reforço em tela poliéster                        | M2 | 74,17    |  |  |
| 12.02        | CDHU | 17.01.020 | Argamassa de regularização e/ou proteção  | M3 | 1,00     |  |  |
| <b>13.00</b> |      |           | <b>PINTURA</b>  |    |          |  |  |
| 13.01        | CDHU | 33.02.060 | Massa corrida a base de PVA   | M2 | 572,40   |  |  |
| 13.02        | CDHU | 33.02.080 | Massa corrida à base de resina acrílica   | M2 | 41,19    |  |  |
| 13.03        | CDHU | 33.10.030 | Tinta acrílica antimofo em massa, inclusive preparo   | M2 | 41,19    |  |  |
| 13.04        | CDHU | 33.10.100 | Textura acrílica para uso interno / externo, inclusive preparo  | M2 | 572,40   |  |  |
| 13.05        | CDHU | 33.11.50  | Esmalte à base água em superfície metálica, inclusive preparo   | M2 | 83,80    |  |  |
| <b>14.00</b> |      |           | <b>INST. ELÉTRICAS, TELEFONIA E SISTEMAS ELETRÔNICOS</b>  |    |          |  |  |
| 14.01        | CDHU | 37.01.080 | Quadro Telebrás de embutir de 400 x 400 x 120 mm  | UN | 1,00     |  |  |
| 14.02        | CDHU | 37.04.260 | Quadro de distribuição universal de sobrepor, para disjuntores 24 DIN / 18 Bolt-on - 150 A - sem componentes                  | UN | 1,00     |  |  |
| 14.03        | CDHU | 37.04.270 | Quadro de distribuição universal de sobrepor, para disjuntores 34 DIN / 24 Bolt-on - 150 A - sem componentes                  | UN | 1,00     |  |  |
| 14.04        | CDHU | 37.04.300 | Quadro de distribuição universal de sobrepor, para disjuntores 70 DIN / 50 Bolt-on - 225 A - sem componentes                  | UN | 1,00     |  |  |
| 14.05        | CDHU | 37.10.010 | Barramento de cobre nu  | KG | 10,00    |  |  |
| 14.06        | CDHU | 37.13.720 | Disjuntor série universal em caixa moldada, térmico fixo e magnético ajustável, tripolar 600 VCA, corrente de 300 A até 400 A | UN | 1,00     |  |  |
| 14.07        | CDHU | 37.13.690 | Disjuntor série universal em caixa moldada, térmico e magnético fixos, bipolar 415 VCA, corrente de 60 A até 100 A            | UN | 3,00     |  |  |
| 14.08        | CDHU | 37.17.090 | Dispositivo diferencial residual de 63 A x 30 mA - 4 polos  | UN | 3,00     |  |  |
| 14.09        | CDHU | 37.13.840 | Mini-disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 10 A até 32 A   | UN | 50,00    |  |  |
| 14.10        | CDHU | 37.13.850 | Mini-disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 40 A até 50 A   | UN | 6,00     |  |  |
| 14.11        | CDHU | 37.20.010 | Isolador em epóxi de 1 kV para barramento   | UN | 16,00    |  |  |
| 14.12        | CDHU | 38.01.040 | Eletroduto de PVC rígido roscável de 3/4" - com acessórios  | M  | 200,00   |  |  |
| 14.13        | CDHU | 38.01.060 | Eletroduto de PVC rígido roscável de 1" - com acessórios  | M  | 100,00   |  |  |
| 14.14        | CDHU | 38.04.040 | Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 3/4" com acessórios  | M  | 150,00   |  |  |
| 14.15        | CDHU | 38.04.060 | Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 1" com acessórios  | M  | 50,00    |  |  |
| 14.16        | CDHU | 38.04.120 | Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 2" com acessórios  | M  | 30,00    |  |  |
| 14.17        | CDHU | 38.04.160 | Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 3" com acessórios  | M  | 60,00    |  |  |
| 14.18        | CDHU | 38.07.210 | Vergalhão com rosca, porca e arruela de diâmetro 1/4" (tirante)   | M  | 200,00   |  |  |
| 14.19        | CDHU | 38.07.300 | Perfilado perfurado 38 x 38 mm em chapa 14 pré-zincada, com acessórios  | M  | 100,00   |  |  |
| 14.20        | CDHU | 38.21.920 | Eletrocalha perfurada galvanizada a fogo, 100 x 50 mm, com acessórios   | M  | 100,00   |  |  |
| 14.21        | CDHU | 38.22.620 | Tampa de encaixe para eletrocalha, galvanizada a fogo, L= 100 mm  | M  | 100,00   |  |  |
| 14.22        | CDHU | 38.23.020 | Suporte para eletrocalha, galvanizado a fogo, 100x50 mm   | UN | 50,00    |  |  |
| 14.23        | CDHU | 39.03.170 | Cabo de cobre de 2,5 mm², isolamento 0,6/1 kV - isolamento em PVC 70°C  | M  | 5.000,00 |  |  |
| 14.24        | CDHU | 39.03.174 | Cabo de cobre de 4 mm², isolamento 0,6/1 kV - isolamento em PVC 70°C  | M  | 500,00   |  |  |
| 14.25        | CDHU | 39.03.178 | Cabo de cobre de 6 mm², isolamento 0,6/1 kV - isolamento em PVC 70°C  | M  | 500,00   |  |  |
| 14.26        | CDHU | 39.21.060 | Cabo de cobre flexível de 16 mm², isolamento 0,6/1kV - isolamento HEPR 90°C   | M  | 100,00   |  |  |

|       |           |              |  |    |        |  |  |
|-------|-----------|--------------|--|----|--------|--|--|
| 14.27 | CDHU      | 39.21.070    | Cabo de cobre flexível de 25 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C  | M  | 100,00 |  |  |
| 14.28 | CDHU      | 39.21.080    | Cabo de cobre flexível de 35 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C  | M  | 50,00  |  |  |
| 14.29 | CDHU      | 39.21.090    | Cabo de cobre flexível de 50 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C  | M  | 50,00  |  |  |
| 14.30 | CDHU      | 39.21.100    | Cabo de cobre flexível de 70 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C  | M  | 50,00  |  |  |
| 14.31 | CDHU      | 39.21.120    | Cabo de cobre flexível de 120 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C   | M  | 840,00 |  |  |
| 14.32 | CDHU      | 39.10.050    | Terminal de compressão para cabo de 2,5 mm²  | UN | 200,00 |  |  |
| 14.33 | CDHU      | 39.10.060    | Terminal de pressão/compressão para cabo de 6 até 10 mm²   | UN | 36,00  |  |  |
| 14.34 | CDHU      | 39.10.080    | Terminal de pressão/compressão para cabo de 16 mm²   | UN | 10,00  |  |  |
| 14.35 | CDHU      | 39.10.120    | Terminal de pressão/compressão para cabo de 25 mm²   | UN | 10,00  |  |  |
| 14.36 | CDHU      | 39.10.130    | Terminal de pressão/compressão para cabo de 35 mm²   | UN | 10,00  |  |  |
| 14.37 | CDHU      | 39.10.160    | Terminal de pressão/compressão para cabo de 50 mm²   | UN | 10,00  |  |  |
| 14.38 | CDHU      | 39.10.200    | Terminal de pressão/compressão para cabo de 70 mm²   | UN | 10,00  |  |  |
| 14.39 | CDHU      | 39.10.246    | Terminal de pressão/compressão para cabo de 120 mm²  | UN | 30,00  |  |  |
| 14.40 | CDHU      | 40.01.020    | Caixa de ferro estampada 4' x 2'   | UN | 20,00  |  |  |
| 14.41 | CDHU      | 40.01.040    | Caixa de ferro estampada 4' x 4'   | UN | 10,00  |  |  |
| 14.42 | CDHU      | 40.01.080    | Caixa de ferro octogonal fundo móvel 4' x 4'   | UN | 20,00  |  |  |
| 14.43 | CDHU      | 40.04.450    | Tomada 2P+T de 10 A - 250 V, completa  | CJ | 50,00  |  |  |
| 14.44 | CDHU      | 40.04.460    | Tomada 2P+T de 20 A - 250 V, completa  | CJ | 30,00  |  |  |
| 14.45 | CDHU      | 40.04.090    | Tomada RJ 11 para telefone, sem placa  | UN | 10,00  |  |  |
| 14.46 | CDHU      | 40.04.096    | Tomada RJ 45 para rede de dados, com placa   | UN | 20,00  |  |  |
| 14.47 | CDHU      | 40.05.020    | Interruptor com 1 tecla simples e placa  | CJ | 15,00  |  |  |
| 14.48 | CDHU      | 40.05.040    | Interruptor com 2 teclas simples e placa   | CJ | 15,00  |  |  |
| 14.49 | CDHU      | 40.05.120    | Interruptor com 2 teclas, 1 simples, 1 paralelo e placa  | CJ | 10,00  |  |  |
| 14.50 | CDHU      | 40.06.060    | Condutete metálico de 1'   | CJ | 20,00  |  |  |
| 14.51 | CDHU      | 40.13.010    | Chave comutadora para amperímetro  | UN | 3,00   |  |  |
| 14.52 | CDHU      | 40.14.010    | Chave comutadora para voltímetro   | UN | 3,00   |  |  |
| 14.53 | CDHU      | 40.20.120    | Placa de 4' x 2'   | UN | 20,00  |  |  |
| 14.54 | CDHU      | 41.31.040    | Luminária LED retangular de sobrepor com difusor translúcido, 4000 K, fluxo luminoso de 3690 a 4800 lm, potência de 35 W a 41 W  | UN | 50,00  |  |  |
| 14.55 | CDHU      | 41.31.087    | Luminária LED redonda de sobrepor com difusor translúcido, 4000 K, fluxo luminoso de 1900 a 2000 lm, potência de 17 W a 19 W   | UN | 11,00  |  |  |
| 14.56 | CDHU      | 41.02.562    | Lâmpada LED tubular T8 com base G13, de 3400 até 4000 Im - 36 a 40 W   | UN | 100,00 |  |  |
| 14.57 | licitação | CGA 90003/25 | Sistema IT médico completo, incluindo Dispositivo Supervisor de isolamento (DSI) gerenciável, acoplador trifásico, concentrador, anunciador, transformador de separação, localizador de falhas, anunciador de alarme e teste | cj | 1,00   |  |  |
| 14.58 | CDHU      | 39.27.020    | Cabo óptico multimodo, 4 fibras, 50/125 µm - uso interno/externo   | M  | 120,00 |  |  |
| 14.59 | CDHU      | 39.11.040    | Cabo telefônico CI, com 20 pares de 0,50 mm, para centrais telefônicas, equipamentos e rede interna  | M  | 200,00 |  |  |
| 14.60 | CDHU      | 39.18.120    | Cabo para rede U/UTP 23 AWG com 4 pares - categoria 6A   | M  | 600,00 |  |  |
| 14.61 | CDHU      | 69.03.340    | Conector RJ-45 fêmea - categoria 6   | UN | 40,00  |  |  |
| 14.62 | CDHU      | 66.08.110    | Rack fechado padrão metálico, 19 x 20 Us x 470 mm  | UN | 1,00   |  |  |
| 14.63 | CDHU      | 66.20.150    | Guia organizadora de cabos para rack, 19' 1 U  | UN | 40,00  |  |  |
| 14.64 | CDHU      | 69.09.260    | Patch panel de 24 portas - categoria 6   | UN | 2,00   |  |  |
| 14.65 | CDHU      | 69.09.300    | Voice panel de 50 portas - categoria 3   | UN | 1,00   |  |  |
| 14.66 | CDHU      | 69.09.360    | Patch cords de 2,00 ou 3,00 m - RJ-45 / RJ-45 - categoria 6A   | UN | 40,00  |  |  |
| 14.67 | CDHU      | 69.20.220    | Bandeja deslizante para rack, 19" x 800 mm   | UN | 2,00   |  |  |
| 14.68 | CDHU      | 66.20.225    | Switch Gigabit 24 portas com capacidade de 10/100/1000/Mbps  | UN | 1,00   |  |  |
| 14.69 | CDHU      | 69.06.030    | Sistema ininterrupto de energia, trifásico on line de 20 kVA (220 V/208 V-108 V), com autonomia 15 minutos   | UN | 1,00   |  |  |
| 15.00 |           |              | <b>INST. HIDRÁULICAS, INCÊNDIO E GASES MEDICINAIS</b>  |    |        |  |  |
| 15.01 | CDHU      | 44.04.050    | Prateleira em granito com espessura de 3 cm  | M2 | 10,00  |  |  |
| 15.02 | CDHU      | 44.01.050    | Bacia sifonada de louça sem tampa - 6 litros   | UN | 4,00   |  |  |
| 15.03 | CDHU      | 30.01.030    | Barra de apoio reta, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de aço inoxidável de 1 1/2" x 800 mm  | UN | 10,00  |  |  |
| 15.04 | CDHU      | 30.01.050    | Barra de apoio em ângulo de 90°, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de aço inoxidável de 1 1/2" x 800 x 800 mm  | UN | 1,00   |  |  |
| 15.05 | CDHU      | 30.01.130    | Barra de proteção para lavatório, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de alumínio acabamento com pintura epóxi   | UN | 2,00   |  |  |
| 15.06 | CDHU      | 30.08.060    | Bacia sifonada de louça para pessoas com mobilidade reduzida - capacidade de 6 litros  | UN | 2,00   |  |  |
| 15.07 | CDHU      | 44.01.110    | Lavatório de louça com coluna  | UN | 12,00  |  |  |
| 15.08 | CDHU      | 44.01.310    | Tanque de louça com coluna de 30 litros  | UN | 1,00   |  |  |
| 15.09 | CDHU      | 44.03.010    | Dispenser toalheiro em ABS e policarbonato para bobina de 20 cm x 200 m, com alavanca  | UN | 12,00  |  |  |
| 15.10 | CDHU      | 44.03.130    | Saboneteira tipo dispenser, para refil de 800 ml   | UN | 12,00  |  |  |
| 15.11 | CDHU      | 44.03.050    | Dispenser papel higiênico em ABS para rolo 300 / 600 m, com visor  | UN | 13,00  |  |  |
| 15.12 | CDHU      | 44.03.310    | Torneira clínica com volante tipo alavanca   | UN | 2,00   |  |  |
| 15.13 | CDHU      | 44.03.210    | Ducha cromada simples  | UN | 3,00   |  |  |
| 15.14 | CDHU      | 44.03.360    | Ducha higiênica cromada  | UN | 6,00   |  |  |
| 15.15 | CDHU      | 44.04.030    | Prateleira em granito com espessura de 2 cm  | M2 | 1,00   |  |  |
| 15.16 | CDHU      | 44.20.100    | Engate flexível metálico DN= 1/2"  | UN | 18,00  |  |  |
| 15.17 | CDHU      | 44.20.200    | Sifão de metal cromado de 1 1/2" x 2"  | UN | 2,00   |  |  |
| 15.18 | CDHU      | 44.20.220    | Sifão de metal cromado de 1" x 1 1/2"  | UN | 18,00  |  |  |
| 15.19 | CDHU      | 44.20.280    | Tampa de plástico para bacia sanitária   | UN | 6,00   |  |  |
| 15.20 | CDHU      | 44.20.300    | Bolsa para bacia sanitária   | UN | 6,00   |  |  |
| 15.21 | CDHU      | 44.20.620    | Válvula americana  | UN | 3,00   |  |  |
| 15.22 | CDHU      | 44.20.640    | Válvula de metal cromado de 1 1/2"   | UN | 12,00  |  |  |
| 15.23 | CDHU      | 46.02.010    | Tubo de PVC rígido branco, pontas lisas, soldável, linha esgoto série normal, DN= 40 mm, inclusive conexões  | M  | 50,00  |  |  |
| 15.24 | CDHU      | 46.03.038    | Tubo de PVC rígido PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série reforçada "R", DN= 50 mm, inclusive conexões  | M  | 10,00  |  |  |
| 15.25 | CDHU      | 46.03.040    | Tubo de PVC rígido PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série reforçada "R", DN= 75 mm, inclusive conexões  | M  | 10,00  |  |  |
| 15.26 | CDHU      | 46.03.050    | Tubo de PVC rígido PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série reforçada "R", DN= 100 mm, inclusive conexões   | M  | 15,00  |  |  |
| 15.27 | CDHU      | 46.01.020    | Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 25 mm, (3/4"), inclusive conexões  | M  | 50,00  |  |  |

|              |            |              |   |    |        |  |  |
|--------------|------------|--------------|---|----|--------|--|--|
| 15.28        | CDHU       | 46.01.030    | Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 32 mm, (1'), inclusive conexões   | M  | 15,00  |  |  |
| 15.29        | CDHU       | 46.01.060    | Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 60 mm, (2'), inclusive conexões   | M  | 10,00  |  |  |
| 15.30        | CDHU       | 47.02.020    | Registro de gaveta em latão fundido cromado com canopla, DN= 3/4" - linha especial  | UN | 23,00  |  |  |
| 15.31        | CDHU       | 47.02.030    | Registro de gaveta em latão fundido cromado com canopla, DN= 1" - linha especial  | UN | 2,00   |  |  |
| 15.32        | CDHU       | 49.01.016    | Caixa sifonada de PVC rígido de 100 x 100 x 50 mm, com grelha   | UN | 4,00   |  |  |
| 15.33        | CDHU       | 49.01.030    | Caixa sifonada de PVC rígido de 150 x 150 x 50 mm, com grelha   | UN | 6,00   |  |  |
| 15.34        | CDHU       | 50.05.312    | Bloco autônomo de iluminação de emergência LED, com autonomia mínima de 3 horas, fluxo luminoso de 2.000 até 3.000 lúmens, equipado com 2 faróis  | UN | 4,00   |  |  |
| 15.35        | CDHU       | 50.10.058    | Extintor manual de pó químico seco BC - capacidade de 4 kg  | UN | 2,00   |  |  |
| 15.36        | CDHU       | 50.10.100    | Extintor manual de água pressurizada - capacidade de 10 litros  | UN | 2,00   |  |  |
| 15.37        | licitação  | CGA 90002/25 | FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE NOVA CENTRAL DE ALARME OXIGÊNIO  | UN | 2,00   |  |  |
| 15.38        | licitação  | CGA 90002/25 | FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE NOVA CENTRAL DE ALARME DE AR COMPRIMIDO  | UN | 2,00   |  |  |
| 15.39        | licitação  | CGA 90002/25 | FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE NOVA CENTRAL DE ALARME DE VÁCUO  | UN | 2,00   |  |  |
| 15.40        | licitação  | CGA 90002/25 | FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RÉGUAS GASES MEDICINAIS MEDINDO 1000 x 280 x 50 - CONTENDO: 2 O2, 2 AR, 2 VC, 06 TOMADAS 127V, 07 TOMADAS 220V, 1 SUPORTE PARA RJ45, ESPAÇO PARA CHAMADA   | UN | 10,00  |  |  |
| <b>16.00</b> |            |              | <b>CLIMATIZAÇÃO</b>   |    |        |  |  |
| 16.01        | Composição | Com005       | Sistema de Climatização da UTI Terreo composta por Unidades Condicionadoras de Ar tipo UTA - interligações hidráulicas, elétricas, controles, filtragem bolsa com controle de umidade. Capacidade 16 TR's. Sistema de expurgo para sala de isolamento e exaustão para ambientes sem | cj | 1,00   |  |  |
| <b>17.00</b> |            |              | <b>SINALIZACAO E COMUNICACAO VISUAL</b>   |    |        |  |  |
| 17.01        | CDHU       | 97.02.036    | Placa de identificação em PVC com texto em vinil  | M2 | 6,00   |  |  |
| 17.02        | CDHU       | 97.02.190    | Placa de identificação em acrílico com texto em vinil   | M2 | 1,00   |  |  |
| 17.03        | CDHU       | 97.02.193    | Placa de sinalização em PVC fotoluminescente (200x200mm), com indicação de equipamentos de alarme, detecção e extinção de incêndio  | UN | 10,00  |  |  |
| 17.04        | CDHU       | 97.02.196    | Placa de sinalização em PVC fotoluminescente, com identificação de pavimentos   | UN | 4,00   |  |  |
| 17.05        | CDHU       | 97.02.198    | Placa de sinalização em PVC, com indicação de proibição normativa   | UN | 2,00   |  |  |
| <b>18.00</b> |            |              | <b>LIMPEZA E ARREIMATE</b>  |    |        |  |  |
| 18.01        | CDHU       | 55.01.020    | Limpeza final da obra   | M2 | 230,91 |  |  |
| <b>19.00</b> |            |              | <b>Administração local (Acórdão N° 2622/2013 - TCU - Plenário)</b>  |    |        |  |  |
| 19.01        | Composição | Com002       | Administração local, mobilização e desmobilização. (adaptado de Maçahiko Tisaka - Orçamento na Construção Civil - PINI) - Incluindo engenheiro junior e funcionários de limpeza, materiais e equipamentos para adm local, mob e desmob.   | cj | 1,00   |  |  |
|              |            |              |   |    |        |  |  |
|              |            |              | <b>SUBTOTAL</b>   |    |        |  |  |
|              |            |              | BDI 19,99%  |    |        |  |  |
|              |            |              | <b>PREÇO TOTAL ESTIMADO</b>   |    |        |  |  |

**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

**CRONOGRAMA**

|              |   |
|--------------|---|
| <b>Obra:</b> | Obras de reforma da UTI do Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos |
| <b>Local</b> | Rua Princesa Isabel, nº 270 - Vila Correa                             |

| ITEM                                 | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS                                      | VLR TOTAL | MÊS 01 | MÊS 02 | MÊS 03 | MÊS 04 | MÊS 05 | MÊS 06  |
|--------------------------------------|---|-----------|--------|--------|--------|--------|--------|---------|
| 01.00                                | SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO                               |           | 32,00% | 32,00% |        |        |        | 36,00%  |
| 02.00                                | INÍCIO, APOIO E ADMINISTRAÇÃO DA OBRA                       |           |        |        |        |        |        |         |
| 03.00                                | DEMOLIÇÕES, RETIRADAS E REMOÇÕES                            |           | 80,00% | 20,00% |        |        |        |         |
| 04.00                                | ALVENARIAS E ELEMENTOS DIVISORES                            |           | 35,00% | 35,00% |        |        | 30,00% |         |
| 05.00                                | REVESTIMENTOS   |           |        |        | 30,00% | 30,00% | 40,00% |         |
| 06.00                                | FORRO, BRISE E FACHADA                                      |           |        |        |        | 30,00% | 40,00% | 30,00%  |
| 07.00                                | ESQUADRIA, MARCENARIA E ELEMENTO EM MADEIRA                 |           |        |        | 30,00% | 30,00% | 40,00% |         |
| 08.00                                | ESQUADRIA, SERRALHERIA E ELEMENTO EM ALUMINIO               |           |        |        | 30,00% | 40,00% | 30,00% |         |
| 09.00                                | ESQUADRIA E ELEMENTO EM VIDRO                               |           |        |        | 10,00% | 10,00% |        | 80,00%  |
| 10.00                                | ESQUADRIA E ELEMENTO EM MATERIAL ESPECIAL                   |           |        |        |        | 30,00% | 30,00% | 40,00%  |
| 11.00                                | FERRAGEM COMPLEMENTAR PARA ESQUADRIAS                       |           |        |        |        |        |        | 100,00% |
| 12.00                                | IMPERMEABILIZACAO, PROTECAO E JUNTA                         |           |        |        | 50,00% | 50,00% |        |         |
| 13.00                                | PINTURA   |           |        |        |        | 40,00% | 30,00% | 30,00%  |
| 14.00                                | INST. ELÉTRICAS, TELEFONIA E SISTEMAS ELETRÔNICOS           |           |        |        |        |        |        |         |
| 15.00                                | INST. HIDRÁULICAS, INCÊNDIO E GASES MEDICINAIS              |           |        | 20,00% | 20,00% | 20,00% | 20,00% | 20,00%  |
| 16.00                                | CLIMATIZAÇÃO  |           |        |        |        | 30,00% | 40,00% | 30,00%  |
| 17.00                                | SINALIZACAO E COMUNICACAO VISUAL                            |           |        |        |        |        | 50,00% | 50,00%  |
| 18.00                                | LIMPEZA E ARREIMATE   |           |        |        |        |        |        | 100,00% |
| 19.00                                | Administração local (Acórdão N° 2622/2013 - TCU - Plenário) |           | 6,99%  | 9,69%  | 11,88% | 21,79% | 25,72% | 23,93%  |
| <b>SUBTOTAL DO EMPREENDIMENTO</b>    |   |           |        |        |        |        |        |         |
|                                      | BDI   |           |        |        |        |        |        |         |
| <b>PREÇO TOTAL DO EMPREENDIMENTO</b> |   |           |        |        |        |        |        |         |
|                                      |   |           |        |        |        |        |        |         |
|                                      |   |           |        |        |        |        |        |         |

Composições

Leis Sociais

128,23%

Obra: Obras de reforma da UTI do Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos  
Local: Rua Princesa Isabel, no 270 - Vila Correa

| Código          | Descrição  | Unidade   | Quantidade      | valor unit | Total |
|-----------------|--|-----------|-----------------|------------|-------|
| <b>Com001</b>   | <b>Projeto ASBUILT/Data book para obras de construção e/ou reforma, bem como Manual do Edifício Hospitalar</b>   | <b>cj</b> | <b>1,000000</b> |            |       |
| B.01.000.020113 | Arquiteto junior   | H         | 35,000000       |            |       |
| B.01.000.020115 | Engenheiro junior de civil   | H         | 35,000000       |            |       |
| B.01.000.020122 | Desenhista pleno/cadista   | H         | 50,000000       |            |       |
| B.01.000.020121 | Projetista pleno - nível técnico   | H         | 25,000000       |            |       |
| B.01.000.020112 | Coordenador de projetos  | H         | 20,000000       |            |       |
| B.01.000.020114 | Arquiteto senior   | H         | 25,000000       |            |       |
| Leis sociais    |  |           |                 |            |       |
| <b>Com002</b>   | <b>Administração local, mobilização e desmobilização. (adaptado de Maçahiko Tisaka - Orçamento na Construção Civil - PINI) - Incluindo engenheiro junior e funcionários de limpeza, materiais e equipamentos para adm local, mob e desmob.</b>     | <b>cj</b> | <b>1,000000</b> |            |       |
| B.01.000.020115 | Engenheiro junior de civil   | H         | 185,751146      |            |       |
| B.01.000.010146 | Servente   | H         | 2000,000000     |            |       |
| Leis sociais    |  |           |                 |            |       |
|                 | Materiais: Limpeza/Higiene, material de escritório, energia elétrica, água/esgoto, conta de telefone, vale refeição, vale transporte, combustível / óleo   | mês       | 6,000000        |            |       |
|                 | Equipamentos: Mobiliário, equipamentos de informática  | mês       | 6,000000        |            |       |
| <b>Com003</b>   | <b>Retirada de central de gases e reguas de gases, incluindo a limpeza e entrega para manutenção da unidade</b>  | <b>gl</b> |                 |            |       |
| B.01.000.010101 | Ajudante geral   | H         | 110,000000      |            |       |
| Leis sociais    |  |           |                 |            |       |
| <b>Com004</b>   | <b>Retirada do antigo fancoil e ligações</b>   |           |                 |            |       |
| B.01.000.010101 | Ajudante geral   | H         | 6,000000        |            |       |
| Leis sociais    |  |           |                 |            |       |
| <b>Com005</b>   | <b>Condicionadoras de Ar tipo UTA - interligações hidráulicas, elétricas, controles, filtragem bolsa com controle de umidade. Capacidade 16 TR´s. Sistema de expurgo para sala de isolamento e exaustão para ambientes sem ventilação natural.</b> | <b>cj</b> | <b>1,000000</b> |            |       |
| 61.10.100       | Tratamento de ar (fan-coil) tipo Air Handling Unit de concepção modular, capacidade de 10 TR   | UN        | 2,000000        |            |       |
| 61.14.080       | Caixa ventiladora com ventilador centrífugo, vazão 1.190 m³/h, pressão 37 mmCA - 220/380 V / 60Hz  | UN        | 3,000000        |            |       |
| 61.20.450       | Duto em chapa de aço galvanizado   | KG        | 1000,000000     |            |       |
| 32.06.030       | Lã de vidro e/ou lã de rocha com espessura de 2´   | M2        | 200,000000      |            |       |
| 32.11.360       | Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 19 a 26 mm, para tubulação de 2´ (ferro)   | M         | 20,000000       |            |       |
| 46.21.046       | Tubo de aço carbono preto sem costura Schedule 40, DN= 2´ - inclusive conexões   | M         | 25,000000       |            |       |
| 47.01.010       | Registro de gaveta em latão fundido sem acabamento, DN= 1/2´   | UN        | 2,000000        |            |       |
| 61.15.060       | Válvula de balanceamento diâmetro 1´ a 2 1/2´  | UN        | 2,000000        |            |       |
| 61.15.090       | Válvula esfera motorizada de duas vias de atuador proporcional diâmetro 2´ a 2 1/2´  | UN        | 2,000000        |            |       |
| 46.26.090       | Junta de união em aço inoxidável para tubo em ferro fundido predial SMU, DN= 150 mm  | UN        | 4,000000        |            |       |
| 46.33.116       | Luva de Redução em polipropileno de alta resistência - PP, preto, tipo PB, DN= 50x40mm   | UN        | 2,000000        |            |       |
| 46.33.130       | Tê 87°30' simples em polipropileno de alta resistência - PP, preto, tipo PB, DN= 50x50mm   | UN        | 2,000000        |            |       |
| 47.20.020       | Filtro ´Y´ em bronze para gás combustível, DN= 2´  | UN        | 1,000000        |            |       |
| 46.33.206       | Tampão em polipropileno de alta resistência PP, preto (PxB), DN=63mm   | UN        | 2,000000        |            |       |
| 61.20.130       | Ligação típica, (cavalete), para ar condicionado ´fancoil´, diâmetro de 1 1/4´   | CJ        | 4,000000        |            |       |
| 46.01.020       | Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 25 mm, (3/4´), inclusive conexões  | M         | 15,000000       |            |       |
| 61.10.575       | Grelha de retorno/exaustão com registro, tamanho: 0,07 m² a 0,13 m²  | M2        | 2,000000        |            |       |
| 39.02.030       | Cabo de cobre de 6 mm², isolamento 750 V - isolação em PVC 70°C  | M         | 300,000000      |            |       |
| 37.03.210       | Quadro de distribuição universal de embutir, para disjuntores 24 DIN / 18 Bolt-on - 150 A - sem componentes  | UN        | 1,000000        |            |       |
| 40.10.510       | Contator auxiliar - 2na+2nf  | UN        | 2,000000        |            |       |
| Leis sociais    |  |           |                 |            |       |

## **ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO**

**ANEXO V**

**MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)**

**ANEXO V.1**

**MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

*(em papel timbrado do licitante)*

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) *cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual;*

b) *no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no artigo 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 6 de junho de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA, em conformidade com o Decreto supracitado;*

c) *no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do artigo 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 28 de dezembro de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO, em conformidade com o Decreto supracitado;*

d) *tem ciência de que o descumprimento do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, ou do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente da responsabilização na esfera criminal; e*

e) *se compromete a cumprir o disposto na Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição.*

*(Local e data).*

\_\_\_\_\_  
*(Nome/assinatura do representante legal)*

**MODELOS REFERENTES À VISTORIA PRÉVIA**

**ANEXO V.2**

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA**

*(elaborada pelo licitante)*

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

*(Local e data)*

\_\_\_\_\_  
*(nome/assinatura do representante legal)*



**ANEXO V.3**

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

*(elaborada pelo licitante)*

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

*(Local e data)*

\_\_\_\_\_  
*(nome/assinatura do representante legal)*

**ANEXO V.4**

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA  
CONTRATAÇÃO**

*(elaborada pelo licitante)*

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de responsável técnico de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

*(Local e data)*

\_\_\_\_\_  
*(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)*